



O CONVENTO DE SANTA MARIA DE CÓS
ALCOBAÇA
UMA PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO

Dissertação de Mestrado em Arquitetura
ANDRÉ SANTOS | orientação PROF. DOUTOR JOSÉ FERNANDO GONÇALVES
| coorientação PROF. DOUTOR RUI LOBO
dezembro.2014 | FCTUC - D'ARQ | UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O CONVENTO DE SANTA MARIA DE CÓS
ALCOBAÇA
UMA PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO

O meu sincero bem-haja ao Prof. Dr. José Fernando Gonçalves, Prof. Dr. Rui Lobo e Arqueólogo Jorge Figueiredo pela sabedoria e conhecimento transmitidos aos longo deste trabalho. Especiais saudações ao Prof. Dr. Saúl António Gomes.

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo a elaboração de um projeto de *Requalificação do Convento de Santa Maria de Cós*. Este cenóbio, localizado no que outrora foram os coutos de Alcobaça, era um convento feminino pertencente à Ordem de Cister. Do que sobra do corpo do mosteiro, parte permanece camuflada em construções locais ou serventias de habitações privadas. As pedras soltas espalhadas no chão e as resistentes que ainda formam parte das paredes da antiga ala dos dormitórios das monjas ilustram a forma de um passado que não teve menos de violento do que de fascinante. Como qualquer projeto de arquitetura, é necessária uma investigação preliminar que permita o conhecimento, por um lado, da área e/ou objeto em estudo, por outro, do estado da arte, dentro das possibilidades do programa de intervenção. Investigação e projeto são o resultado transcrito nas páginas que compõem este trabalho.

Abstract

The aim of the present dissertation is to elaborate a requalification project of the Sta. Maria de Cós' Convent. This monastery, located where once were the Alcobaça's enclosures, consists in a female convent belonging to the Cistercian Order. Of what is left of this monastery' body, part remains hidden in local constructions or in private plots. The loose stones lying on the ground and those that still belong to the existing walls of the old nuns dorm illustrate a past form that was no less violent than fascinating. Like in any architectural project it is required a preliminary investigation. It provides knowledge, on one hand, of the area and / or the study object, on the other, on a scope of possibilities of intervention programs. Research and project development are the result transcribed on the forthcoming pages that form this dissertation.

Índice

Resumo	
Introdução	4
<i>Capítulo I - Lugar</i>	
2013 Início	16
<i>A Vila de Cós</i>	
<i>Estrutura Urbana</i>	
Análise Urbana	28
<i>Capítulo II - História</i>	
1241 Origens	40
<i>Ordem de Cister</i>	
<i>Ordem de Cister em Portugal e a Tutela Feminina</i>	
1532 Afiliação	54
<i>Arquitetura de Cister</i>	
<i>Reconstituição 1500</i>	
1661 Crescimento	76
<i>Arquitetura dos Mosteiros Femininos Portugueses</i>	
<i>Reconstituição 1700</i>	
Reconstituição Crítica	92
<i>Capítulo III - Projeto</i>	
1834 Extinção	106
<i>Monumento Histórico: Riegl e Françoise Choay</i>	
<i>Monumento Histórico: o Caso Português do séc. XIX</i>	
1946 Conservação	126
<i>Conservação: Teorias de Restauro e Cartas Internacionais</i>	
<i>Conservação em Portugal, DGEMN</i>	
2012 Intervenção Programa Preliminar	152
<i>Intervenção no Património, Casos de Estudo</i>	
<i>Programa de Intervenção em Cós</i>	
Proposta	184
Bibliografia e Fonte de Imagens	200
Anexos	212

Introdução



1. Foto antiga, vista norte do Convento, cerca de 1940

Introdução

A intervenção arquitetónica no património histórico tem-se verificado como uma matéria de elevado interesse, tendo vindo a afirmar-se, desde meados do séc. XX, como primordial dentro da disciplina da arquitetura.

Estando aberta a possibilidade de uma livre escolha do tema a retratar no trabalho de dissertação, a matéria que aqui se pretende investigar assentou em dois critérios. Por um lado, procurou responder a uma necessidade genérica de contribuir para uma investigação pertinente dentro da disciplina da arquitetura, a intervenção no património histórico. Por outro, procurou responder a uma vontade individual de contribuir para o conhecimento de um objeto que se revelasse familiar dentro do quadro das referências arquitetónicas pessoais, as obras da Ordem de Cister, muito em especial, no concelho de Alcobaça.

O convento de Santa Maria de Cós é um diamante em estado bruto que repousa sobre a terra. Aos transeuntes, habituados à rotineira passagem às margens deste convento, torna-se difícil a perceção do seu real valor. Desde meados do séc. XX que o mosteiro de Cós tem vindo a ser palco de pontuais intervenções, que embora essenciais, não passaram de simples manobras de manutenção, nunca atingindo a dimensão de um projeto de maior escala, que assumisse visivelmente a forma de uma conservação digna da sua estatura. Recentemente, a Câmara Municipal de Alcobaça (CMA) e a Junta de Freguesia de Cós, contando com uma equipa de responsáveis interessados na conservação do património histórico do concelho, em especial da Vila de Cós, têm levado a cabo uma série de campanhas, desde a aquisição de terrenos, desmantelamento de construções anexas posteriores ao dito convento e respetivas sondagens arqueológicas, com vista a um processo final de intervenção neste património histórico.

O presente trabalho de dissertação tem como objetivo dar resposta a um Programa Preliminar de intervenção neste mosteiro cisterciense de Cós, tendo como base a informação bibliográfica e arqueológica disponível até à data sobre os antepassados deste convento. A antecipação desta proposta de projeto, em relação ao ciclo normal do desenvolvimento dos trabalhos de investigação, visa a criação de uma reflexão crítica sobre o futuro deste património edificado.

A presente prova de dissertação é de natureza teórico-prática. A investigação teórica procura expor o estudo sobre os diversos pontos essenciais ao conhecimento da matéria e programa em análise. A investigação prática procura apresentar elementos gráficos diversos, elaborados a partir do estudo realizado, ilustrados em maior escala num *Volume Iconográfico*. Os momentos escritos e as análises práticas funcionam como complementos, inseridos numa estrutura mista, que procura iniciar o estudo com a teoria, concluindo-se com a prática.

Inicialmente, no *Capítulo I - Lugar*, procura-se uma aproximação ao local, expondo as características físicas e geográficas da *Estrutura Urbana*, bem como uma investigação mais profunda sobre os antecedentes desta povoação, *A Vila de Cós*. Em gesto de conclusão deste capítulo, procede-se à *Análise Urbana*, momento prático de investigação urbanística através de plantas de localização e esquemas interpretativos.

No *Capítulo II - História*, procura-se elaborar uma investigação sobre as raízes históricas do objeto em estudo. Inicia-se este momento pelas origens da *Ordem de Cister*, desvendando os motivos por detrás desta reforma religiosa, passando pela *Arquitetura de Cister* e culminado numa investigação dedicada à *Arquitetura dos Mosteiros Femininos em Portugal*. Como ponto final deste capítulo procede-se à elaboração da *Reconstituição Crítica* do cenóbio feminino. Este momento prático é seguido por uma memória justificativa, procurando esclarecer as diferentes decisões tomadas nesta avaliação histórica do local, que contaram com o auxílio do arqueólogo Jorge Figueiredo e do Prof. Saúl Gomes, com relatórios em *Anexo*.

No último momento, *Capítulo III - Projeto*, o objetivo prende-se com a necessidade de investigar sobre o panorama atual da disciplina da intervenção no património histórico edificado. O nascimento do conceito de *Monumento Histórico* traz, ancorado na sua dimensão, a necessidade de *Conservação* destas obras de arte. Por sua vez, esta última ação possibilitou a permanência até ao espaço contemporâneo destes objetos, transformando-os em matéria de projeto nas *Intervenções no Património*. Em gesto de conclusão, reunindo o conjunto de matérias estudadas ao longo deste trabalho, expõe-se a *Proposta* de projeto para a *Requalificação do Convento Cisterciense de Santa Maria de Cós*.

O convento cisterciense de Cós é o elemento unificador da diferente trama de saberes. Com efeito, as diversas matérias em análise, o *Lugar*, a *História* e o *Projeto*, estão inseridas numa estrutura cronológica respeitante ao mosteiro em estudo.

Os diferentes momentos selecionados na narrativa da vida do convento de Cós servem de introdução a um estudo mais geral das diferentes temáticas. Simultaneamente ao conhecimento da vida do convento, é conseguido um enquadramento teórico, servindo de acordo com as necessidades do presente trabalho, nunca esquecendo o carácter de investigação dentro da disciplina da arquitetura e com vista ao objetivo final da elaboração de um projeto de requalificação do Convento de Santa Maria de Cós.

Das fontes essenciais ao estudo do convento de Cós, sublinha-se a pertinência da investigação levada a cabo pelos historiadores Cristina Sousa e Saúl Gomes, *Intimidade e Encanto, O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós*. Não obstante ser uma investigação que conta com já alguns anos, permanece como a bibliografia de referência ao estudo do Convento de Santa Maria de Cós. Desta dupla de autores importa, também, destacar a disponibilidade do professor Saúl Gomes, docente na Universidade de Coimbra e eterno apaixonada pelo Mosteiro de Cós, ao debate em torno de questões relativas a este convento, em específico, e à Ordem de Cister, em geral. Do seu auxílio sublinham-se as visitas acompanhadas pelo professor ao Convento de Cós e ao Mosteiro de Lorvão, possibilitando o aprofundamento de diversas questões relacionadas com este trabalho.

O trabalho da autora Ana Margarida Louro Martinho, *O Mosteiro de Santa Maria de Cós (Alcobaça), Contributos para a sua Conservação e Valorização*, surge como um complemento à investigação em causa, permitindo criar alternativas à leitura dos dados históricos existentes.

Os diferentes estudos do arqueólogo Jorge Figueiredo, da CMA, relativos aos trabalhos levados a cabo nas áreas envolventes ao convento, o acesso a informação específica não publicada e partilhada no âmbito dos diversos encontros que tiveram lugar no seguimento deste trabalho, bem como a discussão aberta de diversos temas, serviram de referência ao presente estudo.

Dentro do panorama da investigação histórica da Ordem cisterciense, destaca-se o trabalho de Leroux-Dhuys e Henri Gaud, *Las Abadias Cistercienses*. Embora neste último também se verifique o estudo relativo à arquitetura dos mosteiros cistercienses, sobre esta matéria sublinha-se a obra de Georges Duby, *São Bernardo e a Arte Cisterciense*. A síntese destes temas elaborada no trabalho de Artur de Gusmão, *A Real Abadia de Sta Maria de Alcobaça* permitiu a clarificação das diferentes premissas.

Dentro do panorama cisterciense feminino em Portugal, as diferentes publicações dos autores Maur Cocheril, Virgolino Jorge, Nelson Borges e Luis Rêpas foram essenciais. Muitos outros ficaram por estudar, mas a dificuldade de acesso a tal bibliografia, dispersa em inúmeras separatas e publicações periódicas, revelou-se um entrave para este estudo.

Para a definição de *Monumento Histórico*, Alois Riegl e o *Culto Moderno dos Monumentos* serviram de base ao esclarecimento do conceito. Para o enquadramento cronológico desta definição e o estudo relativo ao património histórico, recorreu-se a Françoise Choay, *A Alegoria do Património*. Esta última obra serve também de ponto de partida ao estudo das teorias da *Conservação*, complementado através da obra de José Aguiar, *Côr e Cidade Histórica - Estudos Cromáticos e Conservação do Património*. Por último, refletindo sobre as práticas da arquitetura portuguesa no património edificado, destaca-se o artigo do Prof. Alexandre Alves Costa no *Jornal de Arquitetos* 221 e, mais recentemente, o artigo do Prof. Jorge Figueira na *Revista Património* nº1, 2013.

Os casos de estudo escolhidos para a análise da intervenção no património histórico consistem nos mosteiro do Bouro, Alcobaça, Lorvão e Tarouca. Para o estudo dos diferentes projetos, foram realizadas visitas aos locais, procurando através da experiência do lugar a confirmação do sucesso das intervenções. A bibliografia disponível encontra-se dispersa, recorrendo-se a múltiplas fontes para a elaboração deste estudo. A policromia dos exemplos aqui apresentados não procura ilustrar uma forma específica de diálogo com o património edificado, mas sim confirmar a versatilidade de respostas à questão da intervenção nestas estruturas históricas.

Capítulo I - Lugar

2013 - Início



2. Vista sul do Convento, ano de 2014

2013 - Início

O conceito e o trabalho desenvolvidos até ao momento mereceram a aprovação da Direcção Geral do Património Cultural, encontrando-se autorizada, desde o final de julho, a prossecução da fase I, relativa à demolição de elementos atípicos e sem valor patrimonial.¹ Inicia-se, assim, o Projeto de Valorização do Convento de Santa Maria de Cós, em Alcobaça.

O convento de Cós, localiza-se na vila com o mesmo nome. Aos visitantes que se deslocam vindos de Alcobaça, o acesso mais comum faz-se através da Vila de Maiorga, passando os vales florestados até à depressão da planície fértil onde se implanta o cenóbio feminino. Sobre as origens da vila, os seus antepassados são tão incertos como os do convento que lá se encontra. Num passado recente, tem-se vindo a intensificar em Cós a vontade de intervir no convento que repousa nesta vila. Num esforço que conjuga o empenho das entidades responsáveis, como a CM de Alcobaça e a Junta de Freguesia de Cós, apoiada pela crescente consciencialização da sua povoação, é agora conseguido pôr em marcha um plano que vai permitir dar continuidade à vida deste convento, que conta com mais de sete séculos de história.

Sobre o Convento de Santa Maria de Cós, *nada mais resta hoje do que a igreja, a sacristia com os seus anexos e alguns vestígios arruinados de uma parte o corpo do dormitório.²* O corpo da igreja permanece, na sua globalidade, conservado, mantendo a sua forma desde a sua utilização pelas monjas de São Bernardo. No seu interior, destacam-se os painéis da cobertura. *A decoração dos tetos da igreja e da sacristia de Cós constitui um caso único entre as abadias cistercienses de Portugal e de Espanha.³*

Das construções que definiam os espaços do antigo claustro, resta uma antiga ala, localizada a poente e que corresponde a parte do dormitório das freiras. Camuflado entre as construções que compõem a vila, decorando os jardins das habitações desta povoação ou suportando o peso do tráfego viário das ruas de Cós, encontram-se pedaços de memória desta estrutura monástica.



3. Mapa concelho de Alcobaca

A Vila de Cós

Cós, do grego “Kós”, (...) ilha do mar Egeu, hoje “Coz” ou “Stanchio”⁴, mencionado ao longo da história como *Quod, Cot, Cõod, Quos e Coz*⁵, é hoje uma pequena vila, sede de freguesia, localizada no concelho de Alcobaça, a cerca de 14 km a noroeste desta cidade.

Na base dos debates em torno dos temas vila e convento de Cós, está a velha questão do *Ovo* e da *Galinha*. Sobre as origens da vila, numa breve explicação, encontramos *Cós* descrita como uma povoação muito antiga, já existia no tempo da dominação romana⁶. Pedro Gomes Barbosa, num artigo onde tenta desvendar se estaria ou não *Cós* dentro dos limites do couto de Alcobaça⁷, levanta o mistério da(s) vila(s) de Cós, referida(s) nos documentos históricos como *Coz maior et Coz minor*⁸. Inicia o estudo, afirmando a existência de povoações anteriores à colonização religiosa promovida por D. Afonso Henriques através da doação dos coutos aos monges cistercienses⁹. Segundo o mesmo autor, a existência de duas vilas com o mesmo nome é uma possibilidade, referindo que a primitiva *Cós* se localizava na atual *Póvoa de Cós*¹⁰, fora do controlo dos monges, sendo esta mais antiga, como comprovam os vestígios pré-históricos, romanos e prós-romanos¹¹, encontrados na zona. Sublinha a sua tese, dizendo que a nova *Cós* teria então sido fundada pelos monges para melhor promoverem o aproveitamento das terras¹². O Prof. Saúl Gomes comprova os antepassados longínquos da zona de Cós, acrescentando ainda que, nos próprios muros da cerca conventual, em Setecentos, podiam encontrar-se fragmentos de antigos cipos funerários romanos¹³.

Contudo, no que toca à discussão entre *Cós de Póvoa de Cós* ou *Cós de Cós*, acrescenta ainda, o mesmo autor, novas interpretações suscitadas numa carta de foral datada de 1179, onde é mencionado uma *Povoação das Donas*¹⁴. Poderia esta *Povoação* corresponder à atual aldeia de *Póvoa de Cós*, ou seria respeitante a uma vila nova, (...) cujo povoamento fora organizado e se mantinha controlado pelos cistercienses¹⁵, ou seria ainda o local do edifício monástico? A dúvida permanece.



4. Mapa coutos de Alcobaça

Embora existam referências anteriores, Cós consagra-se recebendo foral pelo monarca D. Manuel I *em 28 de Março de 1513, segundo Pinho Leal, ou em 1 de Outubro de 1514, segundo leitura de João Cabral*¹⁶, contando com um total de 150 habitantes¹⁷ residentes nesta vila.

Numa descrição elaborada por José Saramago, aquando da sua *Viagem a Portugal*, encontramos a seguinte descrição, *Em Cós está o Convento de Santa Maria, ou o que dele resta. Não se espera, em povoação tão apartada dos caminhos habituais, encontrar um edificio assim grandioso, e rico de expressão artística.*¹⁸ No que respeita à descrição do Convento, embora em grande parte destruído, ainda é perceptível a confirmação do seu valor artístico. Contudo, do ponto de vista específico da vila de Cós, o que hoje se observa é a pacatez tão característica de uma qualquer aldeia portuguesa, tornando difícil de prever o ilustre passado desta enquanto ponto estratégico, dentro da rede viária das épocas passadas. Como referem os professores Cristina Sousa e Saúl Gomes, *Cós era ponto de encruzilhada, de passagem de gentes e de mercadorias.*¹⁹ A azáfama dos movimentos mercantis do porto da Pederneira faziam de Cós uma vila de passagem obrigatória, tanto do *calcário estremenho das Serras de Candeeiros e de Aire*²⁰, como das *madeiras do Pinhal Real.*²¹ Nos séculos medievais e modernos encontravam-se em Cós pousada, taberna e estalagem²², ou seja, uma infraestrutura capaz de oferecer aos viajantes o acolhimento necessário. Para mais, a presença do convento, com as suas políticas de controlo das explorações agrícolas, bem como a reputação que esta instituição garantia aos seus moradores, tornava esta vila numa atractiva área de residência. *O Mosteiro das Bernardas, mega - estrutura económica no tecido histórico local das centúrias modernas, fazia a aldeia comungar do seu prestígio.*²³

A influência do cenóbio cisterciense na vila de Cós não era, contudo, sentida somente do ponto de vista social, esta influência era física, bem captada na sua morfologia. *O senhorio da Abadia refletia-se também na estrutura urbana do povoado. A cerca monástica definia contornos non aedificandi que eram estreitamente vigiados e mantidos ativos.*²⁴



5. Panorâmica a partir da Capela de Santa Rita, ano de 2014

Estrutura Urbana

Cós ocupa um território com cerca de 3,9 hectares de área e a sua estrutura caracteriza-se pela existência de dois eixos principais, a rua Detrás ou rua de Cima e a rua Direita, hoje, respetivamente, a rua das Monjas e a rua Prof. José dos Santos Teodoro, que se desenvolvem paralelamente, no sentido norte-sul.

Numa hipótese levantada por Cristina Sousa e Saúl Gomes, aponta-se a rua Detrás como a *antiga artéria*²⁵, só mais tarde surgindo a rua Direita, esta última *conduzindo à Praça ou largo do pelourinho e à portaria do Mosteiro*²⁶. Seria na primeira onde se localizava a igreja matriz de Santa Eufêmia. Embora não especificando datas, os estudos feitos pelo arqueólogo Jorge Figueiredo, no âmbito das campanhas de atualização da rede de saneamento básico na vila, confirmam o passado histórico destas vias, *em quase todos os arruamentos de Cós, por onde se rasgaram valas de saneamento, surgiram antigos níveis das ruas, outrora calcetadas*²⁷. No entanto, a exceção surge quando nos referimos à rua Afonso Barbosa, esta de origem recente, *já a primeira metade do século XX ia avançada*²⁸. A sua construção terá sido justificada pela acentuada topografia da antiga via que permite o acesso às povoações localizadas a este de Cós, a rua da Escola. Do cruzamento da rua Afonso Barbosa com a rua Direita e prolongando-se no sentido norte, permitindo o acesso à capela de Santa Rita, situada no alto na colina, encontra-se a rua de Santa Rita, também esta, um prolongamento da antiga rua Direita e que tem, segundo os historiadores C. Sousa e S. Gomes, *um alinhamento que lhe foi definido seguramente pelo muro da cerca monástica num percurso de sensivelmente 60 metros*²⁹. A rua do Celeiro, antigo prolongamento da rua Detrás, conflui, no seu extremo norte no ponto de cruzamento viário, onde anteriormente se encontraria o *portal nobre da antiga cerca monástica*³⁰.

A norte da povoação, correndo aos pés da igreja do cenóbio, encontra-se um dos elementos que melhor caracterizam a paisagem cisterciense, a água. Com o nome de rio Cós, em alguns documentos também mencionado como rio Lagos, é cruzado na rua de Santa Rita por ponte, já mencionada em documentos no séc. XVIII. O percurso da linha de água viria a ser alterado em 1764³¹.

¹ **Cós, entre o passado e Futuro.** Boletim Informativo da Câmara Municipal de Alcobaça. Alcobaça: DL Publicidade. 2013, nº 4. ISBN 181196-02. pp.09

² COCHERIL, Dom Maur. **Note sur la Décoration de L'Église de l'Abbaye Cistercienne de Santa Maria de Cós Alcobaça.** Alcobaça: Tip. Alcobacense, Limitada. 1983. pp 61

³ Ibid pp 62

⁴ Cf. MACHADO, J.Pedro Apud SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António - **Intimidade e Encanto - O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós.** Leiria: Edições Magno, 1998. ISBN 972-8345-09-7. pp 22

⁵ Cf. SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António - [op.cit.]. pp 22

⁶ ALMEIDA, Dr José António Ferreira de (coord.). **Tesouros Artísticos de Portugal.** Lisboa: Selecções Readers's Digest, 1976. pp 222

⁷ BARBOSA, Pedro Gomes. **Coz Maior et Minor.** In BARROCA, Mário Jorge. **Carlos Alberto Ferreira de Almeida - in Memoriam.** Porto: Faculdade de Letras da Univ. Porto, 1999, vol I. ISBN 137-689-99. pp 140

⁸ Cf. Ibid. pp 141

⁹ Cf. Ibid. pp 139

¹⁰ Cf. Ibid. pp 143

¹¹ Cf. Ibid. pp 144

¹² Ibid. pp 144

¹³ SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António - [op.cit.]. pp 21

¹⁴ Cf. Ibid. pp 22

¹⁵ Ibid. pp 24

¹⁶ Ibid. pp 26

¹⁷ Cf. Ibid. pp 26

¹⁸ SARAMAGO, José. **Viagem a Portugal.** Lisboa: Editorial Caminho, 1991. ISBN 972-42-0224-0. pp 160

¹⁹ SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António - [op.cit.]. pp 21

²⁰ Cf. Ibid. pp 21

²¹ Cf. Ibid. pp 21

²² Cf. Ibid. pp 21

²³ Ibid. pp 27

²⁴ Ibid. pp 29

²⁵ Cf. Ibid. pp 30

²⁶ Cf. Ibid. pp 34

²⁷ FIGUEIREDO, António. **A Propósito de Cós - Contributos de um Acompanhamento Arqueológico**. Espaços ADEPA. Alcobça: ADEPA. 2006, nº2, ISBN 995224-96. pp 57

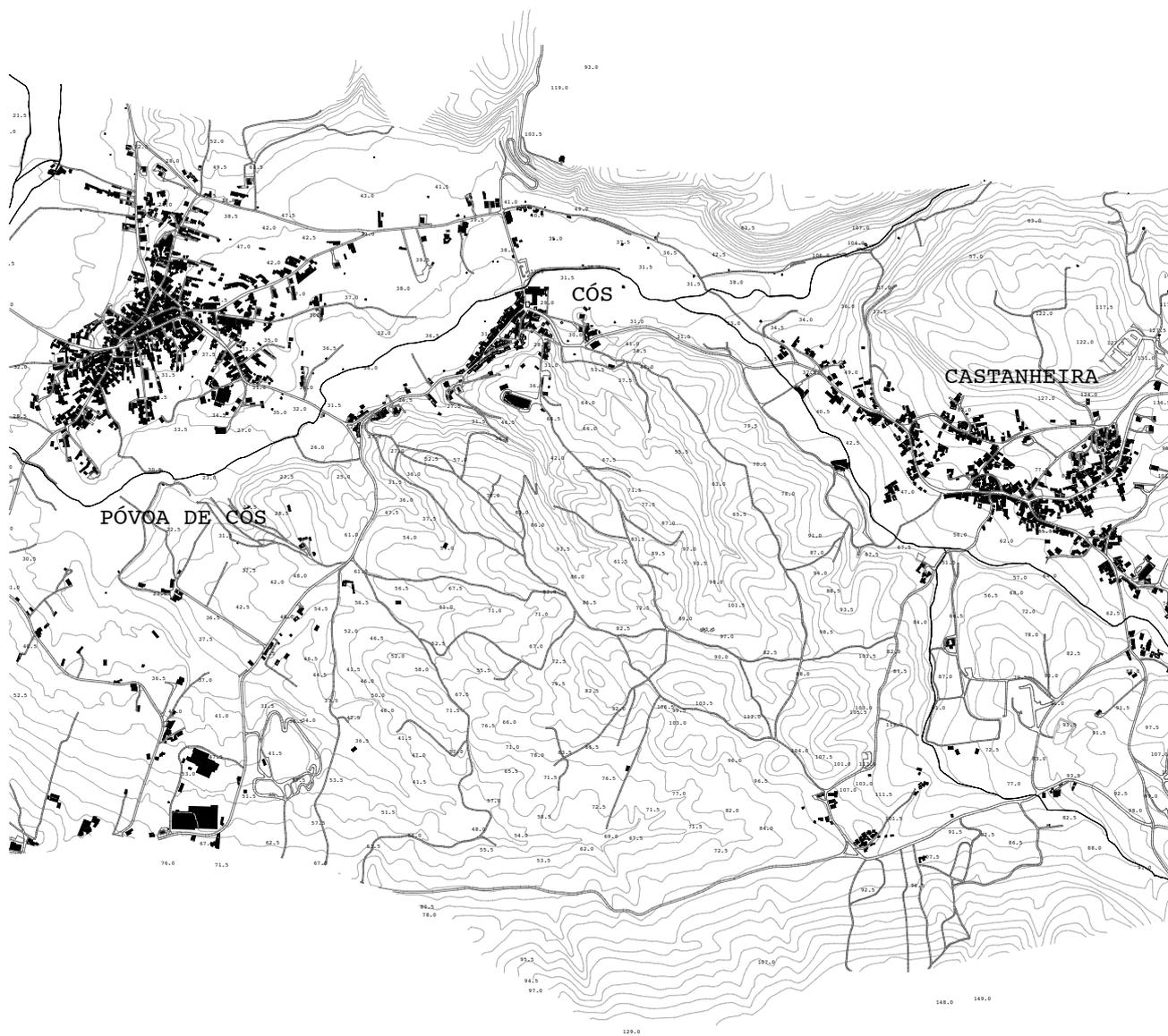
²⁸ Cf. Ibid. pp 59

²⁹ SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António - [op.cit.]. pp 30

³⁰ Cf. Ibid. pp 30

³¹ Cf. Ibid. pp 32

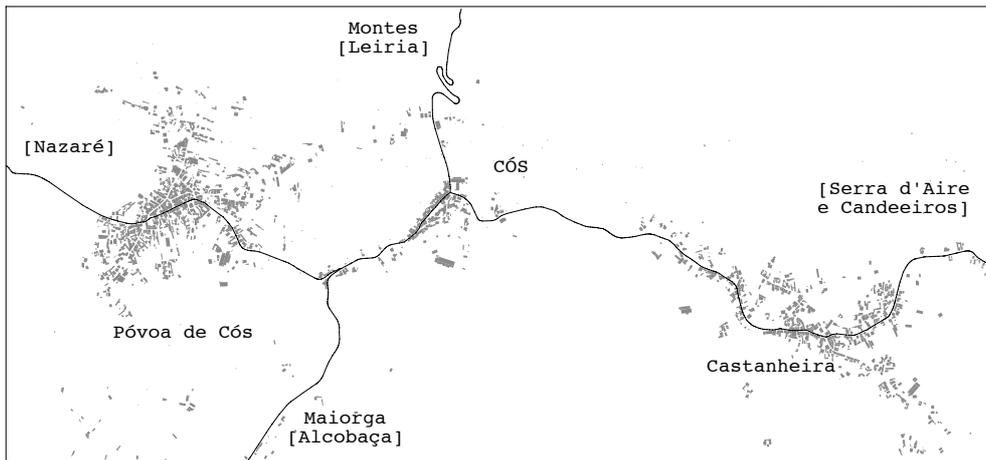
Análise Urbana



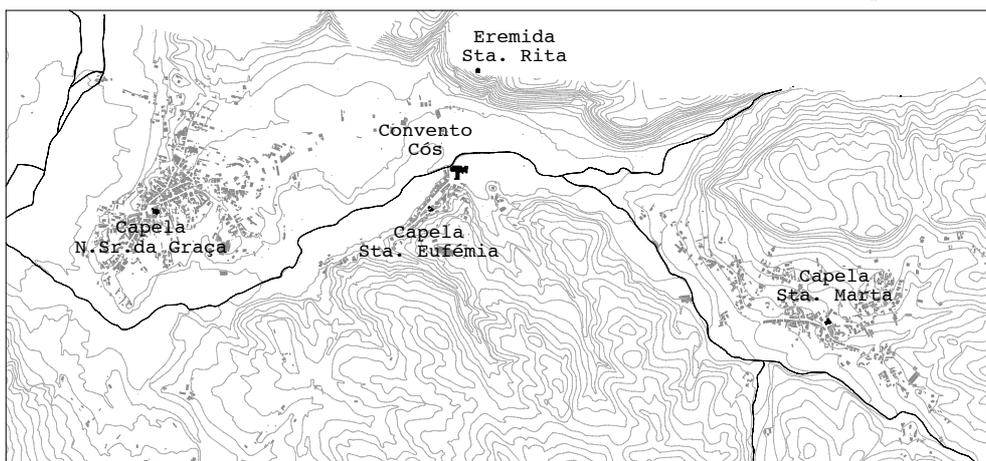
Planta geral, escala 1:20.000



I. Esquema Topográfico



II. Esquema Viário

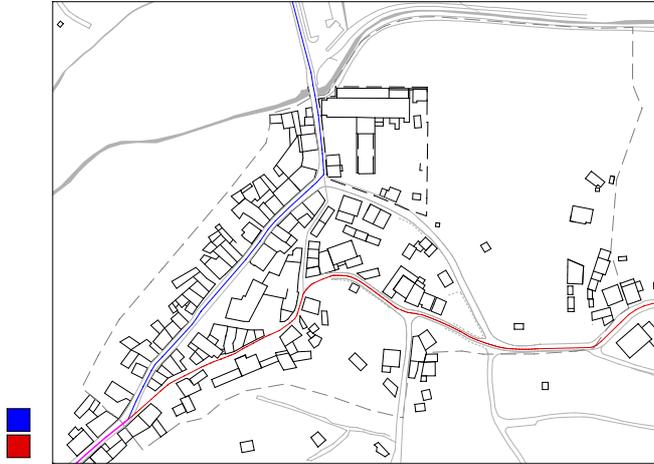


III. Esquema Fluviário e Edifícios Religiosos



Planta Implantação, escala 1:3.000

Rua de Baixo
Rua de Cima



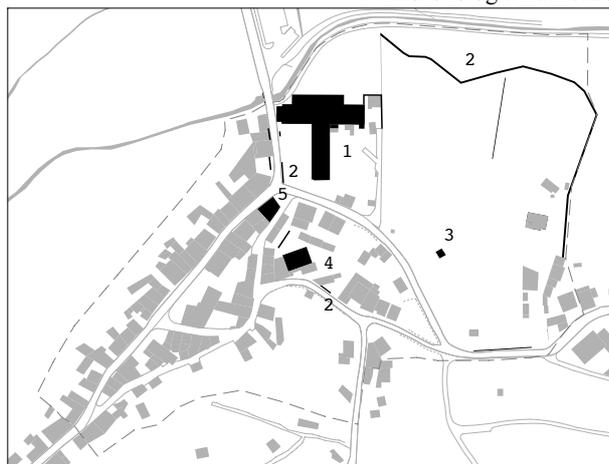
I. Vias históricas

séc. XX - 2014
séc. XVII - séc. XIX
séc. XI - séc XVI

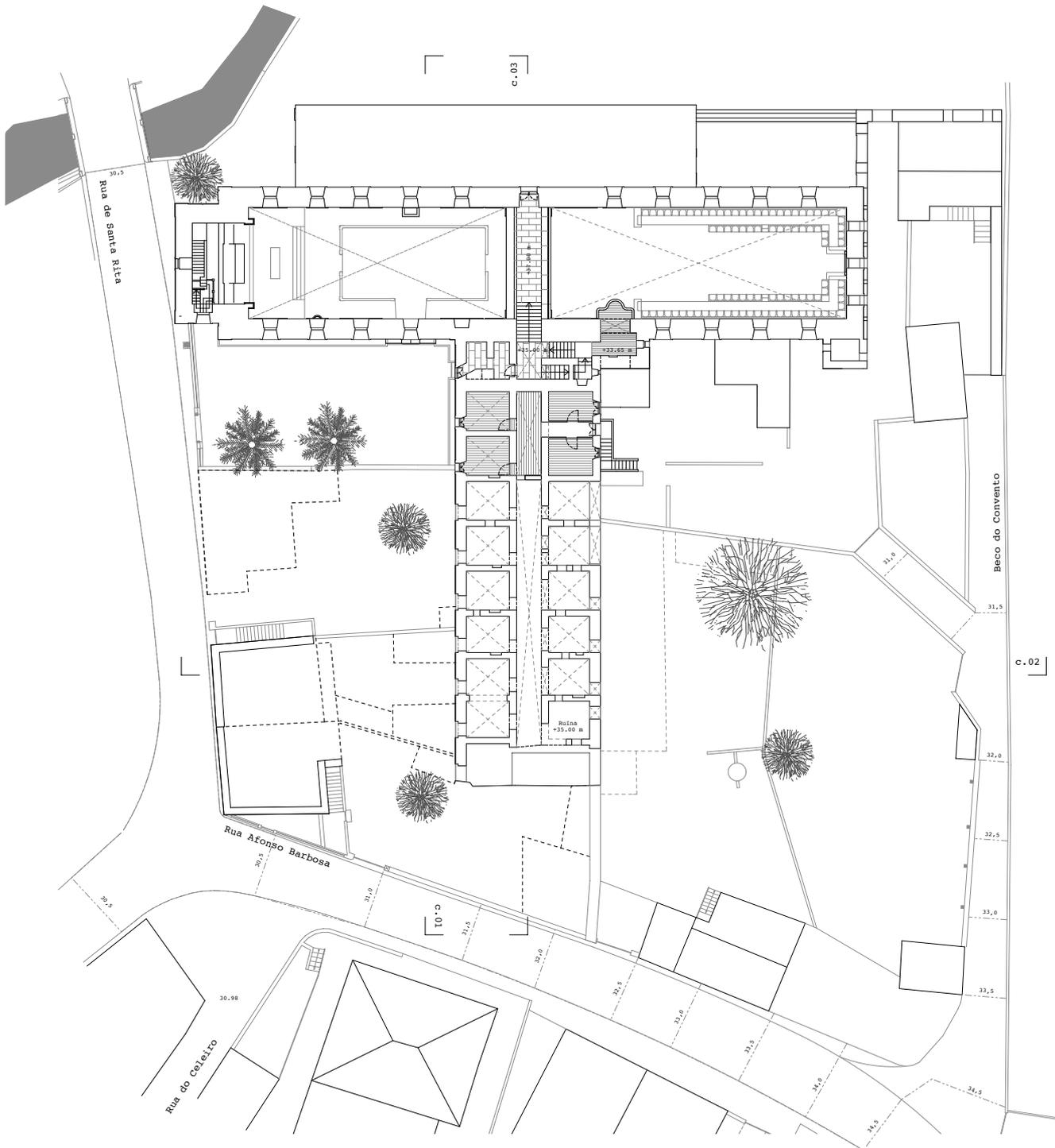


II. Cronologia Edificado

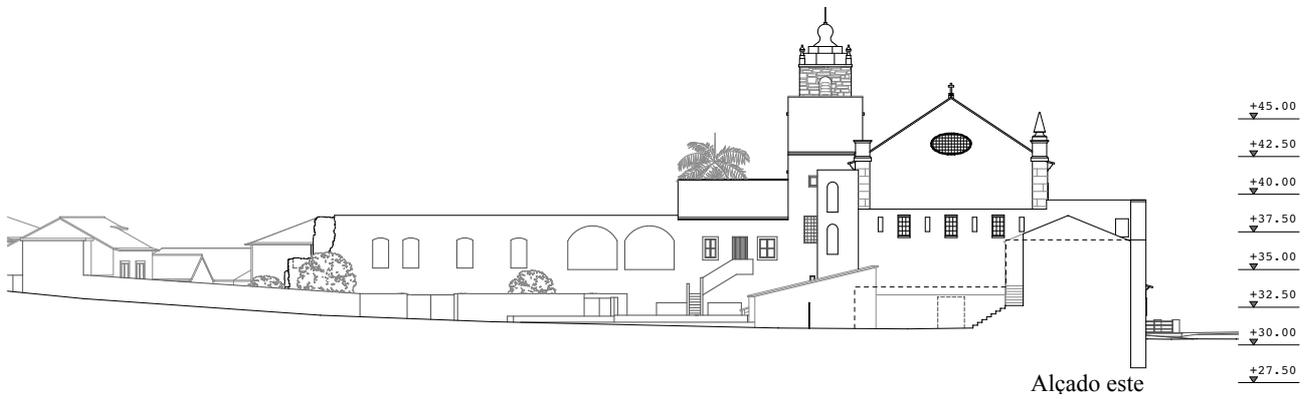
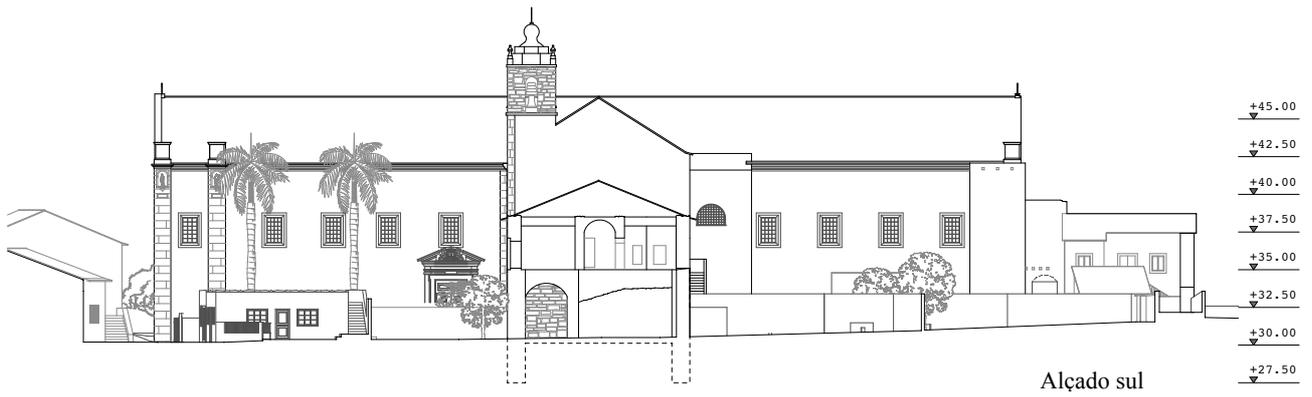
1. Convento de Cós
2. Cerca do Convento
3. Fonte do Convento
4. Celeiro
5. Adegas

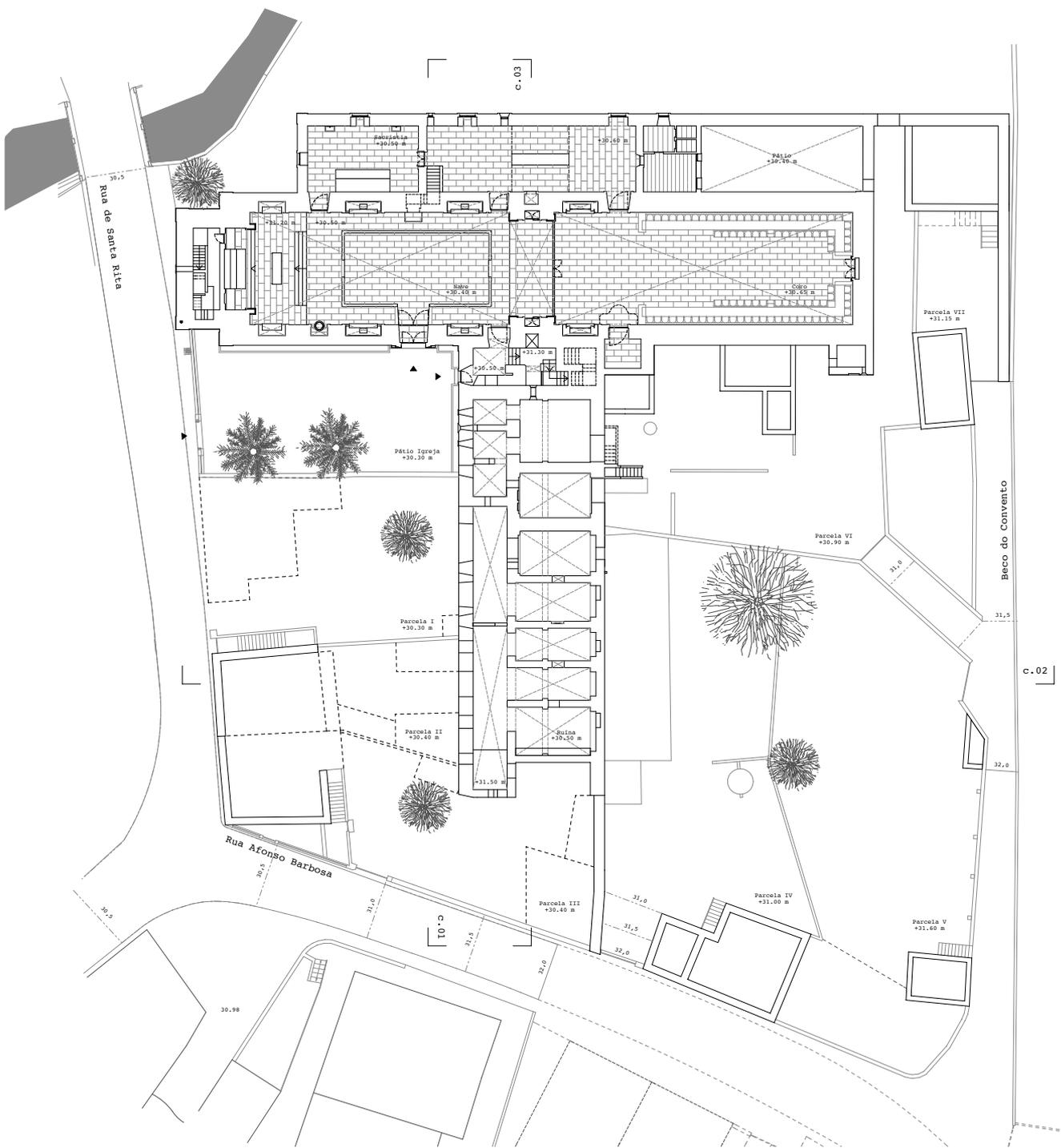


III. Edificado Histórico



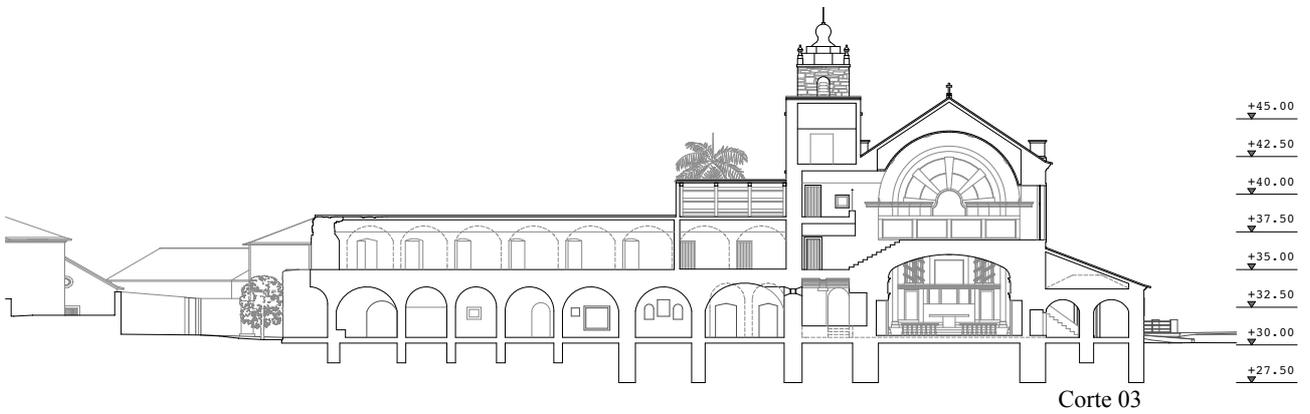
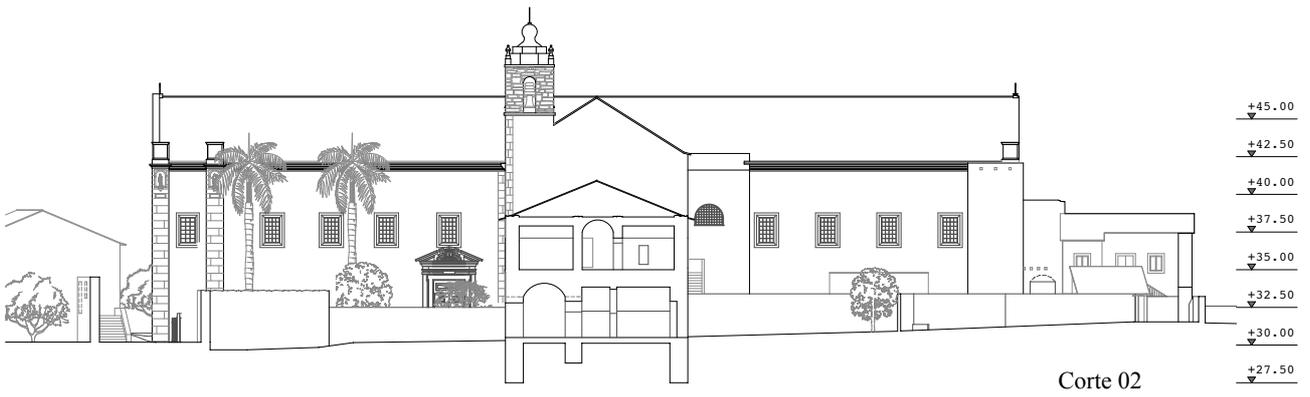
Planta piso 1, escala 1:500





Planta piso 0, escala 1:500

Análise Urbana



Capítulo II - História



6. Pormenor cunhal com imagem de São Bernardo, ano de 1972

1241 - Origens

O primeiro documento onde se registam as “sorores” de Cós data, de facto, de 18 de Maio de 1241, oriundo do cartório abacial de Alcobaça, (...)¹. Pese embora a afirmação de alguns autores que referem o nascimento do Convento Cós como a materialização de um desejo deixado em testamento do rei D. Sancho I², esta fonte proveniente dos claustros de Alcobaça apresenta-se como a mais longínqua referência sobre o cenóbio cisterciense de Cós.

*Sobre as sorores de Cós, ou Casa das Donas³, como surge descrito na época, D. Maur Cocheril, investigador e monge da congregação, refere que esta terá tido origem em algumas piedosas viúvas (...), consagrando o seu tempo a tratar das roupas dos monges.⁴ O Prof. Saúl Gomes, confirma, mencionando ainda o carácter *sui generis* das monjas de Cós, quando confrontando com o panorama cisterciense feminino em Portugal. *Enquanto em Cós as primeiras cistercienses se ocupavam da lavagem das vestes sujas dos monges de Alcobaça, atividade pública e exterior, noutras casas monásticas, como Celas de Alenquer, e depois de Coimbra, ou Arouca e Lorvão, os inícios da vivência monástica feminina enquadram-se num estatuto jurídico definido.*⁵ No entanto, num estudo mais recente onde é procurado o aprofundamento das origens sociais das monjas de Cós, o mesmo autor adianta serem estas monjas, *no último quartel de Duzentos (...) originárias de uma nobreza de mediana importância. (...) Uma nobreza (...) que procurava integrar-se dentro do círculo de benfeitores e de beneficiados que a Abadia de Alcobaça cultivava, (...).*⁶*

Embora os tempos medievos deste cenóbio sejam *mal conhecidos*⁷, na sua estrutura física, Cristina Sousa e o Prof. Saúl Gomes afirmam que *por 1241 já o Convento existia com visibilidade arquitetónica, sendo um edifício-marco referencial na aldeia*⁸. De facto, nos vários documentos históricos, repartidos desde o séc. XIII até ao séc. XIV, é possível perceber a existência de um espaço monástico, composto por uma capela *com a lâmpada de Santa Maria*, celeiro, sacristia, cerca conventual, portaria monástica, câmara da abadessa e parlatório.⁹



7. Gravura dos abades fundadores de Cister: Roberto, Alberico e Estevão Harding

A Ordem de Cister

A Ordem de Cister nasce no ano de 1119¹⁰, num gesto que ilustra a manifestação de descontentamento de alguns monges beneditinos face à deturpação da ideologia de São Bento. Segundo Duby, *a intenção era clara. A verdadeira reforma: nada inventar, mas regressar à pureza da fonte.*¹¹

Dentro dos claustros beneditinos, *o luxo, o ócio e a vida larga e descuidada haviam substituído o inicial espírito austero e humilde da regra criada por São Bento.*¹² Os mosteiros tornavam-se poderosas instituições, enriquecidas pelas generosas contribuições oferecidas pelos seus fiéis. O espírito defendido por São Bento, *pobreza, castidade, renúncia ao mundo*¹³, essencial para a correta elaboração da *lectio divina* e da *opus dei*¹⁴, já não se encontrava, segundo estes monges, reunido. Por outro lado, o trabalho, *que es la mejor protección “contra las tentaciones del demonio”*¹⁵, deixara, também este, de ser uma prática recorrente. Como confirma Artur Gusmão, *o monge devia, pelo próprio trabalho, alcançar a sua subsistência, considerada ao nível do indispensável, mas seria paradoxal a continuação de uma prática que perdera o sentido das realidades. Cedo as abadias possuíram, pelo menos as maiores e mais céleres, mais do que suficiente para os seus encargos diários.*¹⁶

É neste contexto que se assiste, no ano de 1098, ao abandono de um mosteiro beneditino de Molesmes, por parte de São Roberto¹⁷, seu abade, seguido por um pequeno grupo de monges, e a procurarem o encerramento na densa floresta de Cister. Segundo Artur Gusmão, *não se ia intentar a fundação de uma Ordem nova, nem talvez houvesse um plano de ação concreto e amadurecido. Tudo leva a crer que o inicialmente existente fosse simplesmente um esforço de reação - negar a vida fácil, o luxo, o ócio, voltar voluntariamente, como uma redenção suprema, ao trabalho e à humildade, fugir do mundo e encerrar a alma num recanto solitário fora de ação do mundanismo, deixando o monge unicamente entregue aos seus ofícios e ao trabalho.*¹⁸ Uma atitude que George Duby justifica na *ideologia do desprezo pelo mundo.*¹⁹



8. Gravura de São Bernardo

Para o recolhimento dos monges da nova reforma, foi então erigido um mosteiro em honra a *Nossa Senhora*. Na sua forma, esta casa surge *sob a frágil e humilde aparência das tábuas e dos paus de efêmera duração(...)*.²⁰ Por um lado, a pobreza da construção poderia ser em si um símbolo da nova atitude defendida por este grupo de monges de túnica branca, por outro, seria também um sinal das dificuldades atravessadas por esta comunidade.

Embora nos primeiros anos os cistercienses tenham vivido momentos de algumas dificuldades, uma inversão no ritmo de vida desta comunidade seria verificada com a entrada no claustro do jovem de Fontaines, de nome Bernardo, em 1112²¹ e que se fazia acompanhar por um grupo de monges da sua confiança. Os seus votos foram certamente iguais a de qualquer outro monge que ingressou na pequena comunidade cisterciense, contudo, a suas ações destacaram-no, afirmando-se como uma das personagens principais na epopeia desta comunidade religiosa, *pelo que veio a dar de vertebração, de conteúdo, pela retidão e pelo entusiasmo com que, invencível, veio a alimentar e a organizar os alicerces do novo instituto, este jovem senhor de Fontaines, este São Bernardo, foi talvez o verdadeiro fundador da regra cisterciense*.²²

Entre os anos de 1113 e 1115 nascem as primeiras abadias-filhas de Cister, nomeadamente, La Ferté, Pontigny, Claraval, onde se encontrava São Bernardo, e por último, Morimond. Consequentemente, é através da reunião da quadra institucional destas abadias cisterciense que vai surgir em 1119 a redação da *Carta de Caridade*. Este documento, reconhecido pelo Papa Calisto II, nesse mesmo ano, *fazia de todas as edificações cistercienses uma família única, com reconhecimento de maternidade a Cister. Ao mesmo tempo estabeleciam-se os regulamentos que deviam ser observados pela nova família*.²³

Para a história da teologia, a Ordem Cisterciense poderá ter deixado o contributo maior na reaproximação aos ideais de São Bento. Para a *história da humanidade*, ficou *o gótico incipiente dos seus mosteiros, e as novas conceções agrónomas, que fariam das suas granjas autênticas escolas práticas de agricultura*.²⁴



9. Postal da escultura da coroação de D. Afonso Henriques pelo Papa e São Bernardo

Ordem de Cister em Portugal e a Tutela Feminina

Sobre o estudo de Cister em Portugal, Frei Maur Cocheril, afirma que (...) *é difícil alguém pronunciar-se com absoluta certeza acerca das origens da Ordem de Cister em Portugal.*²⁵

As descrições da chegada dos monges brancos ao território português divergem no seu enquadramento geográfico e cronológico. Entre São Cristóvão de Lafões, 1138, e São João de Tarouca, 1144, as opiniões dividem-se. Artur Gusmão, levanta a hipótese de uma chegada mais longínqua. Segundo documentação do Elucidário, os primeiros monges brancos chegados a Portugal acolheram-se no mosteiro de São Cristóvão de Lafões, em 1138.²⁶ Contudo, admite a origem questionável de tal suposição. Dos dados concretos que se apresentam, o mesmo autor refere a existência de cartas datadas de 1139 e 1140, que comprovam a chegada dos mesmos. Curiosamente, Maur Cocheril, refere um documento, mais recente, afirmando que a primeira referência oficial à Ordem, “*secundum ordinem Cisterciensem Deo servientibus*”²⁷, surge através de doação feita a Tarouca por D. Afonso Henriques datada de 1144. A entrada misteriosa dos monges cistercienses permanece um enigma de difícil resolução perante os dados que se apresentam aos historiadores. No entanto, pode adiantar-se que a sua entrada foi dada no tempo de D. Afonso Henriques, e que esta se englobava numa estratégia de afirmação e conquista do território lusitano. Segundo Luís Rêpas, *a Ordem de Cister contava com o apoio do monarca português, D. Afonso Henriques, empenhado em proteger e favorecer a implantação dos monges brancos em Portugal. Em contrapartida, estes ajudavam a desbravar, povoar, organizar e valorizar as terras recentemente conquistadas aos muçulmanos.*²⁸

A regra de São Bernardo não rejeitou o solo português e rapidamente deu sinais de adaptação, florindo ao longo de todo o território conquistado, somando no final do séc. XII um número que transpunha as duas dezenas de mosteiros masculinos. Contudo, *apesar da rápida proliferação das comunidades cistercienses masculinas, as primeiras abadias femininas só surgiram no século XIII (...).*²⁹



10. Gravura de André Gonçalves. Aparição da Beata Sancha às Beatas Teresa e Mafalda

Na Península Ibérica, as origens da presença das comunidades de religiosas remonta à época visigótica. Apesar de *nos séculos que se seguiram à ocupação da Espanha pelos muçulmanos*³⁰ estas casas tenham sido abandonadas, os conventos femininos viriam a ressurgir, mais tarde, neste território, entre os séculos IX e XI, através da existência dos mosteiros dúplices. Posteriormente, no território português, à semelhança do que sucedeu no resto da Europa, *o séc. XIII foi o período de maior expansão do Cister feminino*.³¹

Em Portugal, a presença de comunidades de monjas, já se tinha verificado em séculos anteriores. Segundo a autora Maria Marques, *a única notícia de uma comunidade feminina, antes do século XII, em território futuramente português, refere-se à de Vieira do Minho, ligada a Santa Senhorinha (...)*.³² Na sua totalidade, a Ordem de São Bernardo registou, em Portugal, um conjunto de 14 comunidades femininas, de um total de 34 instituições, 18 masculinas e 2 militares.³³ A introdução das monjas de Cister neste território, no alvorecer de duzentos, época de *maior proliferação de mosteiros femininos*³⁴, devem o seu patrocínio ao monarca D. Sancho I e às suas filhas, rainha D. Teresa, e infantas D. Sancha e D. Mafalda, recolhidas, respetivamente, em São Mamede de Lorvão, Santa Maria de Arouca e Santa Maria de Celas. Segundo Virgolino Jorge, estas teriam optado pela vida em penitência *por vocação espontânea ou imposta para servir a estratégia de interesses paterna (...)*.³⁵ A atitude das filhas do monarca português, vai repercutir-se na massa crítica da aristocracia portuguesa que, a partir de então, passam a olhar para estes lugares com um certo fascínio, atraindo assim mais devotas dispostas a passar o resto das suas vidas na humildade da clausura feminina cisterciense, tornando esta ordem *“por aquelle tempo, deposito de toda a nobreza de Portugal”*³⁶, segundo Frei Francisco Brandão.

Contudo, nem todos os conventos femininos, estariam, naquela época, inseridos na observância de uma *Regra*. Registaram-se casos em que grupos de mulheres se juntavam voluntariamente num mosteiro *renunciando ao mundo*³⁷. É dentro desta esfera comunitária, que se insere o Convento de Cós, *sem regra própria (...)* e *dependente do mosteiro cisterciense masculino, aí instalado [Alcobaça] (...)*.³⁸

¹ SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António. **Intimidade e Encanto - O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós**. Leiria: Edições Magno, 1998. ISBN 972-8345-09-7. pp 69

² Cf. Ibid pp 66

³ Cf. BARBOSA, Pedro Gomes. **Coz Maior et Minor**. In BARROCA, Mário Jorge. **Carlos Alberto Ferreira de Almeida - in Memoriam**. Porto: Faculdade de Letras da Univ. Porto, 1999, vol I. ISBN 137-689-99. pp 141

⁴ Ibid pp 142

⁵ SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António - [op.cit.]. pp 65

⁶ GOMES, Saul António. **Acerca da Origem Social das Monjas Cistercienses de Santa Maria de Cós (Alcobaça) em Tempos Medievos**. In Revista Portuguesa de História t.XXXVI (2002-2003). vol. I. [Consultado em 09 de Fevereiro de 2014] Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12731/1/Saul%20Gomes%2036%20vol%201.PDF>. pp.151

⁷ Cf. SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António. **Intimidade e Encanto - O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós**. Leiria: Edições Magno, 1998. ISBN 972-8345-09-7. pp 65

⁸ Ibid pp 69

⁹ Cf. Ibid pp 76

¹⁰ Cf. LEROUX-DHUYS, Jean François. **Las abadías Cistercienses - História y Arquitetura**. Potsdam: h.f.ullmann, 2006. ISBN 978-3-8331-3470-8. pp 28

¹¹ DUBY, Georges. **O Tempo das Catedrais: a Arte e a Sociedade, 980-1420**. 1ª ed. Lisboa: Estampa, 1993. ISBN 9723309327. pp 82

¹² Cf. GUSMÃO, Artur Nobre de. **A Real Abadia de Alcobaça : estudo histórico-arqueológico**. 2ª ed. Lisboa : Livros Horizonte, 1992. ISBN 9722408356. pp 37

¹³ Cf. LEROUX-DHUYS, Jean François - [op.cit.]. pp 14

¹⁴ Cf. Ibid pp 14

¹⁵ Cf. Ibid pp 14

¹⁶ GUSMÃO, Artur Nobre de - [op.cit.]. pp 37

¹⁷ Cf. Ibid pp 38

¹⁸ Ibid pp 38

¹⁹ Cf. DUBY, Georges - [op.cit.]. pp 78

²⁰ Cf. GUSMÃO, Artur Nobre de - [op.cit.]. pp 38

²¹ *Fundada em 1098, a abadia de Cister só começou a prosperar em 1112, depois da entrada de São Bernardo.*

Cf. COCHERIL, Maur. **Abadias Cistercienses Portuguesas**. Lisboa: Lusitania Sacra, 1959. [Consultado em 27 de Março de 2014] Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.14/4973> . pp 68

²² Cf. GUSMÃO, Artur Nobre de - [op.cit.]. pp 39

²³ Cf. Ibid pp 39

²⁴ Cf. Ibid pp 40

²⁵ COCHERIL, Maur - [op.cit.]. pp 61

²⁶ Cf. GUSMÃO, Artur Nobre de - [op.cit.]. pp 41

²⁷ COCHERIL, Maur - [op.cit.]. pp 76

²⁸ RÊPAS, Luís Miguel Malva de Jesus. **Os Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal: a Herança Medieval. Fundações e Fundadores**. In MARINAS, M^a Isabel Viforcós; SÁNCHEZ-BORDONA, M^a Dolores Campos [coord.]. *Fundadores, Fundaciones y Espacios de Vida Conventual. Nuevas Aportaciones al Monacato Feminino*. Leon: Universidad de Leon, 2005. pp 55

²⁹ Cf. RÊPAS, Luís Miguel Malva de Jesus - [op.cit.]. pp 55

³⁰ Cf. MARQUES, Maria Alegria Fernandes. **Estudos Sobre a Ordem de Cister em Portugal**. Lisboa: edições Colibri, 1998. ISBN 972-772-019-6. pp 11

³¹ Cf. RÊPAS, Luís Miguel Malva de Jesus - [op.cit.]. pp 76

³² MARQUES, Maria Alegria Fernandes - [op.cit.]. pp 11

³³ Cf. JORGE, Virgolino Ferreira. **Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal - Notas Sobre a Tipologia dos Sítios e das Igrejas**. In *Revista Cisterciensis*. Outubro-Diciembre 1999, n^o 217. pp 853

³⁴ Cf. MARQUES, Maria Alegria Fernandes - [op.cit.]. pp 20

³⁵ Cf. JORGE, Virgolino Ferreira - [op.cit.]. pp 853

³⁶ Cf. RÊPAS, Luís Miguel Malva de Jesus. **O sagrado e o profano nos mosteiros femininos cistercienses : espaços e ritos**. Torres Vedras : Câmara Municipal, 2008. pp 46

³⁷ Cf. MARQUES, Maria Alegria Fernandes - [op.cit.]. pp 19

³⁸ Cf. Ibid pp 19

1532 - AFILIAÇÃO



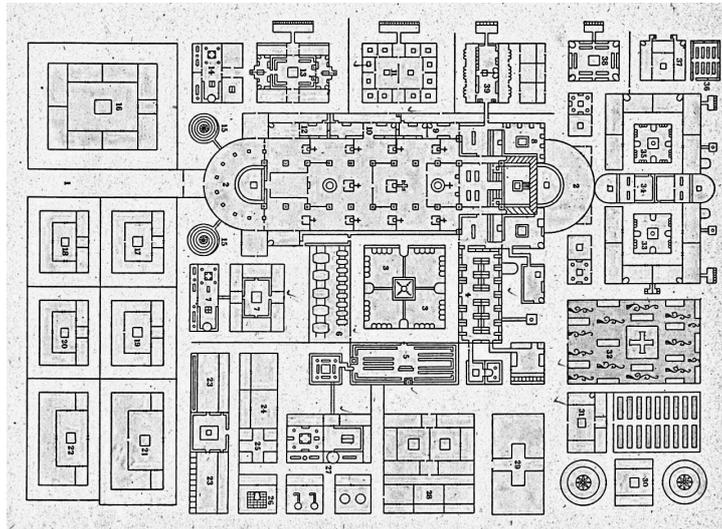
11. Vão-fresta de lavor arcaico, possível cabeceira quinhentista, ano de 2014

1532 - Afiliação

E Dahy ha Alguns annos vendo ho Cardeal Dom afonso como ho Mosteiro de alcobaça aquella tam sa e vertuosa começara, Determjnou com os padres e conuento faze las freyras professas da Ordem de sam Bernardo nosso padre e fez lhe Mosteiro e pos lhe Abadessa e forão se Multiplicando (...) e agora he feito hum Mosteiro muyto Reformado omde se celebrão os offiçios devinos muito beem.¹

Segundo um documento publicado em 1572, elaborado por Frei Hilário das Chagas, o Convento de Santa Maria de Cós é consagrado na Ordem de Cister no tempo do Cardeal-Rei D. Afonso, que se encontrava a desempenhar funções no Mosteiro de Alcobaça entre os anos de 1519-1540². Dom Maur Cocheril especifica ainda, que o convento foi *afiliado (...) cerca de 1530*³, pelo Cardeal-Rei. Segundo este, *o Cardeal Infante D. Afonso, ao tempo abade comendatário de Alcobaça, elevou esta pequena comunidade a abadia regular e deu início em 1532 às necessárias construções conventuais que vieram a ser concluídas pelo seu sucessor o Cardeal-Rei D. Henrique*.⁴ A entrada oficial, no séc. XVI, do Convento de Cós na ordem de Cister permanece, na histórica desta comunidade, como um ponto de viragem na vida destas religiosas. Com efeito, este reconhecimento vai permitir uma mutação do cenário da abadia, tanto na sua fisionomia, como no seu estatuto no seio das comunidades masculinas. Neste momento, o convento encontrava-se já na atual localização⁵, segundo nos informa Cristina Sousa e Saúl Gomes. Segundo os mesmos autores, nesta época, identificam-se, inclusive, dois momentos distintos, *o primeiro coincide com os anos de 1519-1527 e contou com a assinatura do Arq.to João de Castilho. A segunda, promovida pelo cardeal D. Henrique, parece ter-se concluído à volta de 1562*⁶, sendo que nesta última se aponte a autoria a *Miguel de Arruda, assistente no Mosteiro de Alcobaça por 1550, onde orientava obras em claustros novos*.⁷

Do ponto de vista da arquitetura, *as obras realizadas foram certamente profundas, pois afetavam quer muros e paredes estruturais, quer as coberturas dos edifícios conventuais*.⁸



12. Planta do mosteiro de Saint-Gall, séc. IX

Arquitetura de Cister

A imagem arquitetónica difundida por toda a Europa pela construção dos mosteiros da Ordem de Cister, não pode introduzir a definição de estilo, como se de um movimento de arquitetura se tratasse, *tal a diversidade formal, de planos, de alçados e de programas ornamentais que as suas abadias apresentam.*⁹

Nos mosteiros da ordem de São Bernardo está patente, no entanto, uma uniformidade, que lhe atribui um *ar de família*¹⁰. Esta unidade, expressa-se através de um plano regulador que orienta toda a construção dos diferentes espaços. Por detrás do seu plano construtivo, e à semelhança das suas origens teológicas, encontra-se a Regra de São Bento. Os mosteiros beneditinos são, na sua forma mais elementar, a matriz geradora do plano que São Bernardo procurou difundir nas suas abadias, segundo a máxima *ora et labora*¹¹. Segundo o autor Georges Duby, referindo-se à arquitetura cisterciense, *no claustro. Aqui nada difere, pela sua disposição, dos outros claustros beneditinos. Cister não inventa nada, segue estritamente a Regra.*¹² Expandindo o campo cronológico da pesquisa sobre a organização dos mosteiros cistercienses, Artur Gusmão, esclarece que esta *é uma disposição geral que já no século V fora empregada em Chaqqâ, na Síria e que se vulgarizou e repetiu no Ocidente com a construção do mosteiro de Saint-Gall, no século IX. E, fundamentalmente, este plano pode recuar-se ainda mais, visto tratar-se de uma persistência do atrium romano e construções anexas.*¹³

De facto, na procura de uma reforma à regra de São Bento, a ordem de Cister, não podia negligenciar as suas origens. Contudo, os mosteiros de Cister distanciam-se dos primeiros, procurando (re)introduzir novos valores, esses que forçaram os monges de Molesmes a renunciarem à sua casa e a refugiarem-se na floresta: o rigor e a simplicidade. *A ideologia cisterciense construída sobre a trama do desprezo pelo mundo, nada quer acrescentar, mas sim cortar, podar, purificar - e é por essa razão que o edifício de Cister não é outro senão o de Cluny, mas despido de ornamentação. O novo mosteiro nada renega do monaquismo tradicional, a não ser aquilo que o corrompeu.*¹⁴



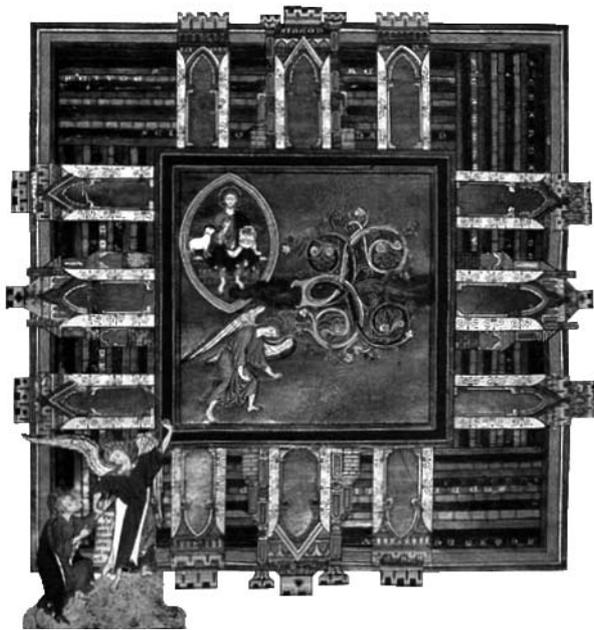
13. Vista interior do mosteiro de Alcobaça

É sobre este espírito de renúncia dos valores deturpados introduzidos na vida monacal da ordem de São Bento que São Bernardo vai redigir as suas cartas, fazendo fortes referências à opulência destes espaços espirituais. Sobre o Claustro, refere “*a diversidade de formas é de tal forma grande que se passa o tempo a decifrar os mármore em vez de ler os manuscritos, que se ocupa o dia a contemplar estas curiosidades em vez de meditar sobre a lei de Deus.*”¹⁵

As críticas de São Bernardo à *folie* dos mosteiros beneditinos, em especial aos seguidores da regra de Cluny, prosseguem. Nos seus manuscritos ficam lançadas as bases para uma arquitetura que se requer exemplo de um homem que aspira à perfeição. *Para los cistercienses y para Bernardo de Claraval, el ascetismo y la pobreza que los monjes practicaban en su vida diaria constituían el espíritu del Císter, que la arquitectura debía reflejar, favoreciendo a su vez el desarrollo de una vida monacal todavía más próxima a la perfección.*¹⁶ Importa, contudo, sublinhar que a pobreza não é aqui sinónimo de precariedade da obra, *sus construcciones tenían que durar y resistir al tiempo. (...) “Hay que ponerse de acuerdo sobre la noción de pobreza. Hablamos más bien de desnudez”*¹⁷

A arquitetura, funciona, nestes espaços, como um meio para um fim mais desejado e para o qual todo o monge cisterciense anseia alcançar. Como tal, do mesmo modo que não é permitido o contacto com o mundo exterior, por pena de contaminação da alma, também o mosteiro não deve conter, na sua forma, elementos perturbadores do espírito. Como descreve Duby, *o monge deve expulsar da sua volta tudo o que é supérfluo. Assim, deve reduzir tudo às linhas estruturais, à forma nua, porque, “afirma-o para os simples que não sabem distinguir a cor da forma: a forma é essencial ao ser”.*¹⁸ Acrescenta ainda, *que é apenas pela forma, “essencial ao ser”, que se ouve falar o claustro cisterciense, que se repete incansavelmente a união do despojamento e do rigor.*¹⁹

No plano da arquitetura, também o mosteiro requeria a sua áurea de ascetismo: *o edificio cisterciense deve ser a projeção de um sonho de perfeição moral, como os edificios que Boullée e Ledoux sonharam construir.*²⁰

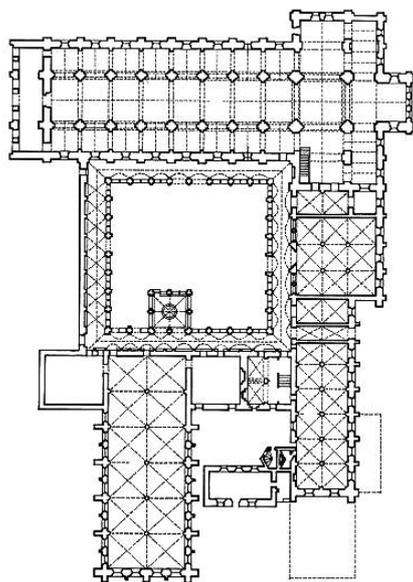


14. Gravura de Jerusalém Celeste

O mosteiro cisterciense constrói-se como símbolo de uma arquitetura que através do jogo concreto da matéria procura a alegoria do espaço. No monaquismo em geral, e no caso de Cister, em especial, este espaço desenvolve-se num misto de alusões. Segundo Georges Duby, *era desta Mansão, da Jerusalém Celeste, que a abadia pretendia ser a imagem. Eis a razão pela qual ela tinha, vista do exterior, a aparência de uma praça-forte. Cidadela do bem, inexpugnável, guarnecida de torres, sofrendo investidas das forças do mal, mas desafiando-as.*²¹

As exigências do espaço vivido dentro da clausura transpunham os limites físicos das paredes dos mosteiros cistercienses, não passando despercebido perante o Capítulo cisterciense o meio ambiente em que este se insere. Os lugares por estes preferidos surgem descritos por São Bernardo, que os ilustra do seguinte modo, *“uma solidão escondida no mais profundo das florestas, e encerrada no seu anel de colinas, onde viviam escondidos os servidores de Deus”.*²² Deste modo, a *genius loci* cisterciense, permitia a confirmação de dois fatores, um espiritual, que remete para as origens beneditinas, a ermida no *deserto*, lugar este que, segundo Leroux-Dhuys, era naquela época, simbolizado pelos bosques, e um outro geográfico, uma vez que era nestes espaços descritos pelo abade cisterciense que a abundância de água se fazia sentir em maior grau²³. Qualidade que será confirmada pelas suas abadias por toda a Europa, marcando, também, a imagem da Ordem de Cister. *“Bernardus valles, colles Benedictus amabat, Franciscus vicios, magnas Dominicus urbes.”*²⁴

Na passagem à prática, no processo de implantação do Mosteiro, o abade cisterciense seguido de doze monges fixavam-se, inicialmente, numa zona provisória, num abrigo, sem plano diretor, cercado por um muro de madeira²⁵. Deste modo os monges poderiam confirmar o sucesso da sua implantação, atestando as condições para a prática da vida em clausura. A história confirma a importância desta operação, do qual são exemplos Claraval I e Alcobaça, onde os monges brancos alteraram a implantação primitiva dos mosteiros. *Para que possa desabrochar, exige o local mais bem exposto do espaço, o que nem sempre foi imediatamente descoberto.*²⁶

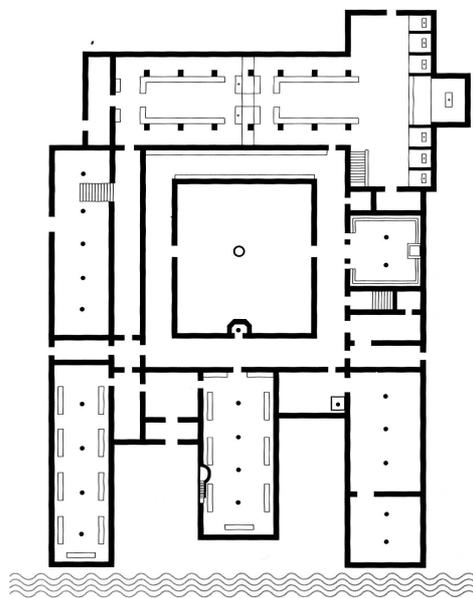


15. Planta de Fontenay

“Queremos, pois, desde agora... que em todas as nossas ações não haja nenhuma diferença e que nós vivamos unidos pela mesma caridade, a mesma regra e os mesmos usos”.²⁷ É neste sentido que a ordem de Cister vai se expandir por todo o território europeu, mantendo, na sua génese, a disposição dos *lugares regulares*²⁸ das suas casas.

A influência da organização beneditina no espaço cisterciense é um facto. No entanto, dentro da esfera dos Mosteiros cistercienses, o exemplo que se apresenta como caso de estudo dos monges brancos é Fontenay²⁹. Este mosteiro foi consagrado entre os anos de 1139 e 1147 e é, segundo Leroux-Dhuys, *la niña de sus [Bernardo] ojos*.³⁰ Dom Maur Cocheril, confirma a admiração de São Bernardo por este monumento, destacando, inclusive, a preferência por este tipo de cabeceiras na igreja³¹. Segundo Georges Dubys, *a igreja é o maior edificio, o ponto de cristalização de todo o empreendimento cisterciense*.³² Os restantes espaços monásticos encontravam-se subordinados e este³³. Orientado no sentido este-oeste, este espaço encontrava-se repartido em dois coros, cada um respeitante a cada grupo de Monges, os do Coro e os Conversos.

A norte ou sul da igreja, conforme a orografia específica do local o permitisse, encontravam-se os restantes espaços. A nascente, no seguimento do prolongamento do transepto, surgia a Sacristia, a Sala Capitular, o Locutório e o Scriptorium ou a Sala dos Monges. No primeiro piso encontrar-se-ia o Dormitório dos monges. Este conjunto de espaços dizem respeito somente à comunidade de monges do coro. Deste grupo destaca-se a importância da Sala do Capítulo, (...) *colocada sob o dormitório, suportando o seu peso e, por tal facto, abobadada. É o local do conselho, o equivalente à grande sala de audiências das abadias senhoriais*.³⁴ Segundo Artur Gusmão, *a casa mais importante da abadia, depois da igreja*.³⁵ A sua forma era quadrada em planta, tinha porta ladeada por duas janelas viradas para o claustro e três janelas para o exterior, permitindo a entrada de luz pela manhã, hora das reuniões. *La arquitetura de la sala capitular reflejaba la dignidad de su función*.³⁶ O dormitório funcionava como um amplo espaço, comum a todos os monges, exceto o abade, com cela própria.



16. Planta tipo cisterciense

Na ala paralela à igreja localizava-se o Refeitório, compreendido entre o Calefatorium e a Cozinha. Estes edifícios encontravam-se, sempre que o terreno o permitisse, dispostos perpendicularmente ao respetivo flanco, de modo a poderem ser expandidos sem necessidade de alteração dos restantes espaços³⁷. Localizado em frente ao refeitório, para que os monges antes de cada refeição pudessem lavar as mãos, encontrava-se a fonte, num volume que definia o seu espaço. Este era o lugar de delírio artístico do arquiteto, espaço de exacerbação das formas³⁸.

A última ala, a poente, dizia respeito aos aposentos dos monges conversos. Aqui encontrava-se todo o tipo de infraestruturas essenciais à vida destes monges, com respetivo refeitório e dormitório, evitando assim a sua intervenção dentro do espaço restrito do seus superiores, os monges do coro. Este grupo de religiosos tinha como função a elaboração dos trabalhos mais pesados, dos quais se destaca o cultivo dos terreno pertencentes às granjas do mosteiro³⁹. A desagregação destes monges nos séc. XIII e XIV, ditou outros usos a estes espaços, transformados em hospedaria, palácio abacial, biblioteca ou celeiro.

Os monges do coro dedicavam-se, na rotina da clausura, ao trabalho na enfermaria, no jardim monástico ou à copia de manuscritos. A Enfermaria localizava-se a este do corpo monástico, *a fin de que los vientos dominantes de poniente se llevasen los efluvios lejos del claustro*.⁴⁰ Esta área, em alguns casos, evoluiu na sua forma tomando o aspeto de um mosteiro.

No centro do mosteiro está Claustro, *construído sobre o cruzamento dos quatro pontos cardeais, transforma-se num imenso quadrante onde se encerram todos os ritmos do cosmos*.⁴¹ Segundo Leroux-Dhuys, estes espaços tinham, geralmente, uma forma quadrangular. O quadrado que seria, na ótica de Duby, objeto regulador da forma do convento, *a chave de todas as estruturas da construção cisterciense*.⁴² Segundo o mesmo, *o edifício é quadrado como a cidade de Deus e esta quadratura evoca no espírito meditativo, simultaneamente, os quatro rios do Jardim do Éden, as quatro nascentes que são os Evangelhos, as quatro virtudes cardeais; enfim a quaternidade primordial que reside no ser do próprio Deus*.⁴³



17. Pormenor do antigo vão quinhentista na torre sineira, 2014; 18. Pormenor do antigo cunhal junto à casa do órgão, 2014; 19. Portal manuelino, 1958; 20. Interior da Casa da Roda, 2014

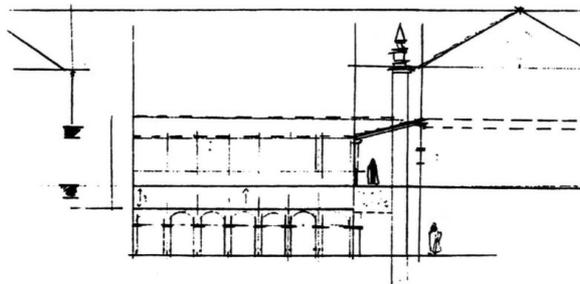
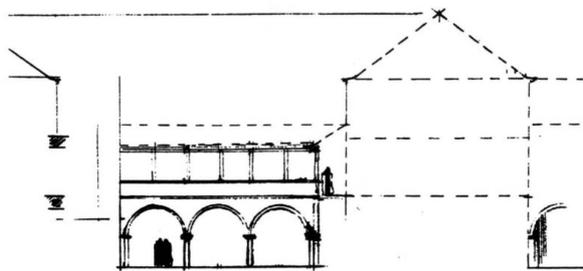
Reconstituição 1500

A identificação das diferentes intervenções levadas a cabo neste século não são possíveis de serem clarificadas na sua plenitude. Contudo, da primeira campanha, deve-se a construção *do magnífico portal manuelino*,⁴⁴ atualmente situado no extremo nascente do coro das religiosas, mas que, anteriormente, *deveria marcar a entrada no coro ou noutra local importante do Mosteiro da primeira metade de Quinhentos*.⁴⁵

Do conjunto arquitetónico que compõe os espaços regulares do Mosteiro, é possível adiantar a existência da antiga Igreja, Claustro, Dormitório e Casa da Grade. A igreja do séc. XVI supõe-se que seria localizada a sul da atual, *aonde hoje está a Capella de Nossa Senhora do Carmo, e se conservão os vestígios da Capella-mor com parte do tecto da Igreja, em que nós vimos em hum dos painéis pintada a Jmagem de Nossa Senhora, e a de S. Bernardo*⁴⁶, segundo descrição de Frei Manuel de Figueiredo, datada de 1780.

Os professores Cristina Sousa e Saúl Gomes, defendem a hipótese inicialmente levantada pelo monge cisterciense, apontando, neste sentido, provas arqueológicas que permitem reconstituir esta igreja. Segundo os investigadores, o *muro ou coluna*⁴⁷ no interior da torre sineira e o *antigo cunhal ou pilastra na casa do órgão*⁴⁸, identificados no séc. XX nas campanhas de restauro da DGEMN, poderão corresponder, respetivamente, ao *cunhal nordeste da capela-mor*⁴⁹ e ao *cunhal noroeste do corpo da nave da igreja*.⁵⁰ O limite poente da igreja, seguia, segundo os mesmos autores, a orientação do atual corpo do dormitório em ruínas. A análise de outros elementos, como parte da *escadas*⁵¹ e os *vestígios de antigos vãos de iluminação entretanto entaipados*,⁵² que se encontram, também, na torre sineira, poderão confirmar a integração de elemento da obra de quinhentos nas campanhas posteriores, de acordo com os historiadores.

Seguindo a descrição destes autores, a disposição da igreja apresenta-se como um dado controverso, pois a orientação da capela-mor a poente contraria a regra de organização cisterciense, *ad orientem*.⁵³



21. Reconstituição das hipótese A e B do “Claustro Velho” pelo ano 1780,
desenho Arq. João Nuno Soares

Noutro sentido, Ana Margarida Martinho, num recente trabalho sobre o convento cisterciense de Cós, defende que *a igreja quinhentista (...) teria o presbitério orientado a nascente. A poente teria que ficar o coro, a partir do qual as monjas tinham acesso ao espaço do dormitório e aos outros lugares regulares.*⁵⁴ Acrescenta ainda, que *a entrada na nave dos fiéis localizava-se no alçado norte da primitiva igreja onde, provavelmente, se abria o magnífico portal manuelino.*⁵⁵ No entanto, nesta segunda hipótese de organização da igreja, ficam por apresentar referências arqueológicas que suportem esta hipótese. Face aos argumentos apresentados pelos autores C. Sousa e S. Gomes, neste trabalho toma-se como referência a orientação da cabeceira da igreja, nesta época, a poente.

Sobre o claustro, as descrições existentes datam já de uma nova campanha de intervenção. No entanto, este espaço terá sido preservado na sua estrutura, razão pela qual surge mencionado em 1780 como *D. Henrique* ou o *Velho*⁵⁶. Numa descrição detalhada de Cristina Sousa e Saúl Gomes, o claustro apresentava, na sua geometria, *alas com cerca de 13 metros, permitindo três tramos ao nível do piso térreo. (...) O Claustro henriquino seria de sobrado, coberto por alpendre cujo entablamento assentaria em colunas de fustes lisos como aquela que foi descoberta integrada numa parede por detrás do púlpito.*⁵⁷

Em último, o dormitório das monjas, *que conserva o seu nome [D. Henrique]*⁵⁸, desenvolvia-se a sul do corpo desta igreja. De acordo com os investigadores acima mencionados, a sua localização coincidia com a do atual dormitório, de construção posterior, comprovado através da existência dos *silhares lavrados*⁵⁹ na casa da grade. Sobre este último espaço, os mesmos autores referem *que se deve ter mantido in situ.*⁶⁰

Sobre as restantes áreas que constituem os espaços regulares do convento cisterciense de Cós, os documentos históricos analisados não permitem a sua precisa reconstituição arquitetónica. Através do número de monjas, consegue-se, no entanto, uma aproximação à escala deste mosteiro. Entre os anos de 1560 e 1593, o número de religiosas oscilou entre as 40 e as 50 professoras.⁶¹

¹ SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António - **Intimidade e Encanto - O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós**. Leiria: Edições Magno, 1998. ISBN 972-8345-09-7. pp 259

² Cf. Ibid pp 83

³ COCHERIL, Maur. **Abadias Cistercienses Portuguesas**. Lisboa: Lusitania Sacra, 1959. [Consultado em 27 de Março de 2014] Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.14/4973>. pp 109

⁴ COCHERIL, Dom Maur. **Note sur la Décoration de L'Église de l'Abbaye Cistercienne de Santa Maria de Cós Alcobaça**. Alcobaça: Tip. Alcobacense, Limitada. 1983. pp 61

⁵ SOUSA, Cristina Maria André de Pina e ; GOMES, Saul António - [op.cit.]. pp 24

⁶ Ibid pp 91

⁷ Ibid pp 93

⁸ Cf. Ibid pp 92

⁹ Cf. TEIXEIRA, Ricardo. **Arqueologia dos Espaços Cistercienses no Vale do Douro**. In Cister no Vale do Douro. Porto: Edições Afrontamento, 1999. pp 215

¹⁰ Cf. CUNHA, João Alves da. **A Multidisciplinaridade da Arquitetura Cisterciense: Pistas para o Estudo e Salvaguarda da sua Autenticidade**. In Revista Lusitana Sacra. Lisboa. ISSN 0076-1508. 2ª S. 17 (2005). [Consultado em 05 de Abril de 2014] Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.14/4516>. pp 439

¹¹ Cf. RÊPAS, Luís Miguel Malva de Jesus. **O sagrado e o profano nos mosteiros femininos cistercienses : espaços e ritos**. Torres Vedras : Câmara Municipal, 2008. pp 44

¹² DUBY, Georges. **São Bernardo e a arte cisterciense**. 1ª ed. Porto: Asa, 1997. ISBN 9724118134. pp 139

¹³ GUSMÃO, Artur Nobre de. **A Real Abadia de Alcobaça: estudo histórico-arqueológico**. 2ª ed. Lisboa : Livros Horizonte, 1992. ISBN 9722408356. pp 88

¹⁴ DUBY, Georges - [op.cit.]. pp 85

¹⁵ Ibid pp 143

¹⁶ LEROUX-DHUYS, Jean François. **Las abadias Cistercienses - História y Arquitetura**. Potsdam: h.f.ullmann, 2006. ISBN 978-3-8331-3470-8. pp 39

¹⁷ Ibid pp P.39

¹⁸ DUBY, Georges - [op.cit.]. pp 144

¹⁹Ibid pp 145

²⁰ Cf. Ibid pp 107-108

²¹ Ibid pp 54

²² Ibid pp 83

²³ LEROUX-DHUYS, Jean François - [op.cit.]. pp 46

²⁴ Ibid pp 46

²⁵ Cf. Ibid pp 38

²⁶ DUBY, Georges - [op.cit.]. pp 136

²⁷ Cf. COCHERIL, Maur. **Abadias Cistercienses Portuguesas**. Lisboa: Lusitania Sacra, 1959. [Consultado em 27 de Março de 2014] Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.14/4973>. pp 67

²⁸ GUSMÃO, Artur Nobre de - [op.cit.]. pp 90

²⁹ LEROUX-DHUYS, Jean François - [op.cit.]. pp 52

³⁰ Ibid pp 52

³¹ COCHERIL, Maur - [op.cit.]. pp 80

³² DUBY, Georges - [op.cit.]. pp 151

³³ Cf. Ibid pp 151

³⁴ Ibid pp 140

³⁵ GUSMÃO, Artur Nobre de - [op.cit.]. pp 89

³⁶ LEROUX-DHUYS, Jean François - [op.cit.]. pp 64

³⁷ Cf. Ibid pp 72

³⁸ Cf. Ibid pp 74

³⁹ Cf. Ibid pp 75

⁴⁰ Ibid pp 67

⁴¹ DUBY, Georges - [op.cit.]. pp 149

⁴² Ibid pp 155

⁴³ Ibid pp 147

⁴⁴ Cf. SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António - [op.cit.]. pp 92

⁴⁵ Cf. Ibid pp 97

⁴⁶ Ibid pp 93

⁴⁷ Ibid pp 93

⁴⁸ Ibid pp 93

⁴⁹ Ibid pp 93

⁵⁰ Ibid pp 93

⁵¹ Cf. Ibid pp 94

⁵² Cf. Ibid pp.93

⁵³ Cf. LEROUX-DHUYS, Jean François - [op.cit.]. pp 53

⁵⁴ MARTINHO, Ana Margarida Louro - **Mosteiro de Santa Maria de Cós (Alcobaça). Contributos para a sua Conservação e Valorização**. Leiria: Folheto Edições ; Design, 2011. ISBN: 978-989-8158-94-9. pp 67

⁵⁵ Ibid pp 67

⁵⁶ Cf. SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António - [op.cit.]. pp 94

⁵⁷ Ibid pp 94

⁵⁸ Cf. Ibid pp 93

⁵⁹ Cf. Ibid pp 94

⁶⁰ Ibid pp 94

⁶¹ Cf. Ibid pp 103



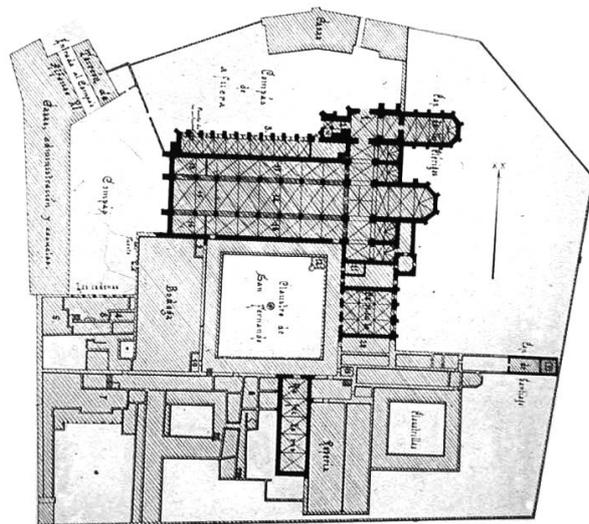
22. Cabeceira da igreja do convento de Cós, ano de 2014

1661 - Crescimento

As obras de renovação praticamente total do Mosteiro estavam em curso em 1661. Datava deste ano uma lápide colocada junto à imagem de São José no cunhal sul do dormitório monástico, que indicava terem sido concluídas com êxito debaixo da sua proteção.¹

Estava iniciado, assim, o processo de maturação da comunidade de Cós. Com efeito os anos que se vão seguir, e até ao séc XVIII, representam o momento de melhor forma desta comunidade. A consolidação da comunidade religiosa sentida em Cós e em alguns mosteiros cistercienses portugueses, é apontada como a era de reafirmação da Ordem no território português. O período de crise sentido nos claustros cistercienses nos séculos precedentes, nomeadamente entre os séculos XIV e XVI, levaram a um afastamento destas abadias em relação à casa-mãe. No culminar destas divergências, criou-se a *Congregação Cisterciense de Santa Maria de Alcobaça, em 26 de Outubro de 1567²*, atribuindo, deste modo, autonomia às abadias portuguesas. Segundo a autora Ana Martins, *esta foi uma época de renovação espiritual, de grandes obras e restauros, de investimento na formação, tudo o que levou à existência de monges ou monjas que eram em simultâneo grandes intelectuais e homens e mulheres de elevado valor.³* Segundo os documentos respetivos à comunidade de monjas, Cós: *“era comunidade grande porque passa de cem freiras”. 110 religiosas é a estatística das religiosas em 1721.⁴* O próprio convento conta em 1787 com um número total de 106 celas, *este número coincide com os lugares do cadeiral do coro, levantado justamente por finais de Seiscentos.⁵*

No entanto, as últimas décadas de setecentos ditariam o ponto final neste capítulo eufórico da comunidade cisterciense. O terramoto de 1755 que obrigou as monjas de Cós a abandonarem a clausura à procura de refúgio, seria um presságio aos tempos difíceis que se adivinhavam para esta comunidade. *Depois da abundância, o final de Setecentos abre o tempo da crise e do esgotamento de novas profissões na clausura.⁶*



23. Planta do mosteiro de Santa Maria la Real de las Huelgas, séc. XIII

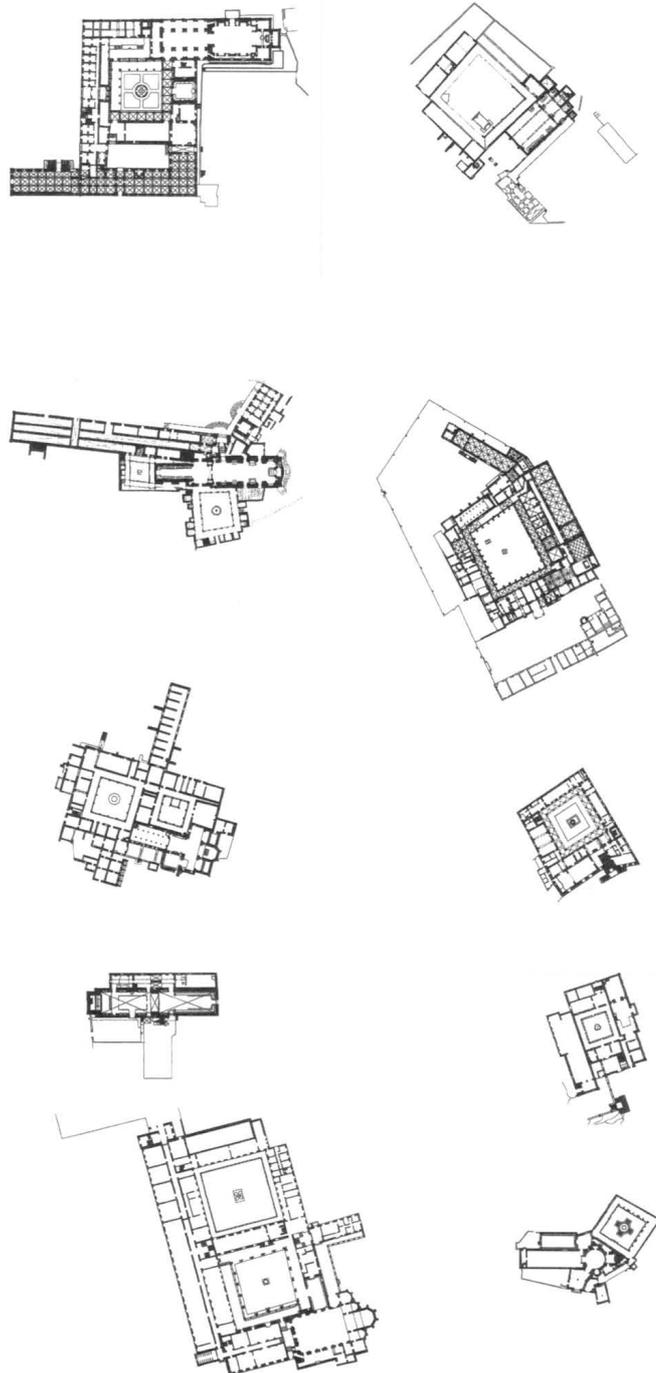
Arquitetura dos Mosteiros Femininos Portugueses

No contexto europeu, o primeiro mosteiro cisterciense a ser edificado foi o mosteiro de Tart, na Bélgica, na centúria de duzentos. No panorama português, segundo Luis Rêpas, para a construção dos mosteiros das monjas bernardas, a grande referência de espaço monástico era o vizinho *Mosteiro de Santa Maria la Real de las Huelgas, instituído na cidade de Burgos, em 1187, por Dom Afonso VIII, rei de Castela.*⁷

As comunidades cistercienses femininas são introduzidas em Portugal um século após a entrada dos seus homónimos masculinos. Na sua proliferação neste território, destacam-se dois momentos-chave, sendo que a primeira representa as fundações monásticas das rainhas, filhas de D. Sancho I, e a segunda representa a expansão para Sul, com o aparecimento das restantes comunidades.⁸

O aparecimento posterior das comunidades femininas no seio da comunidade cisterciense implicou uma alteração no paradigma da sua construção. Como refere Luis Rêpas, referindo-se sobre o séc. XIII, *a vida dos mosteiros da Ordem já se encontrava significativamente afastada dos primeiros textos normativos emanados pelo Capítulo Geral.*⁹ Ao analisar-se a implantação dos conventos portugueses, este facto confirma-se. O lugar de implantação dos conventos das monjas brancas em território luso, não responde às imposições prescritas por São Bernardo e pelos seus abades. Com efeito, *a maioria das nossas comunidades cistercienses femininas estabeleceu-se em zonas férteis e de grande beleza natural, mas próximas de povoações (Odivelas, Tavira, Portalegre, Mocambo, Xabregas, Celas e Castris) ou relativamente abertas à circulação (Arouca, Cós e Almoster).*¹⁰

Sobre a arquitetura dos conventos cistercienses portugueses, segundo o historiador Virgolino Jorge, as variações nos diferentes mosteiros, tornam difícil a síntese de uma linguagem comum. Por outro lado, este fator permite, também, concluir que estes mosteiros procuravam uma maior adaptação ao local específico da sua implantação, justificando na génese da cultura local, soluções técnico-construtivas.



24. Conventos cistercienses femininos portugueses:
 São Pedro de Arouca, Santa Maria de Almofter, São Mamede de Lorvão, São Bento de Cástris,
 São Bernardo de Portalegre, N. Sra de Nazaré de Mocambo, Santa Maria de Cós,
 N. Sra de Tabosa, São Dinis de Odivelas e Santa Maria de Celas

Apesar de na sua implantação e construção os cenóbios femininos se desviarem da norma cisterciense, no que respeita à disposição dos diferentes espaços do corpo conventual, estes mantinham a sua matriz, que desde a época romana vinha a confirmar o seu sucesso. Como refere Virgolino Jorge, *a disposição funcional dos diversos espaços comunitários, em torno do claustro, obedecia à planta tradicional da abadia cisterciense, adaptada às exigências evolutivas do quotidiano contemplativo feminino.*¹¹

Dentro do espaço da clausura feminina, destaca-se a existência da casa da roda, elemento que permitia a troca de bens com o mundo exterior, sem a necessidade de estabelecer o contacto visual. Uma outra particularidade destes mosteiros, diz respeito ao mirante. Como descreve o Prof. Nelson Borges, estes espaços *assumiam a forma de torreões e galerias, quer num, quer noutro caso, rasgados de múltiplas janelas ou varandas, sempre protegidas por rótulas ou adufas. Ali se podia gozar a tranquilidade do sol no Inverno ou a frescura dos ares no Verão e também, certamente, lançar um olhar discreto sobre o mundo exterior.*¹² A mais notória diferença verifica-se nas igrejas destes mosteiros. Este espaço de culto estava dividido, também, em dois coros. O coro dos fiéis, mais próximo do altar, destinava-se a acolher os fiéis fora da clausura e que tinham acesso a este através de uma porta colocada na lateral deste corpo. O coro das monjas localizava-se na zona mais afastadas do altar, em contacto direto com os espaços regulares do mosteiro. Nos conventos cistercienses portugueses, o Prof. Virgolino Jorge identificou cinco tipos de igrejas diferentes, sendo estas: séc. XIV - planta basilical; séc. XVI - planta cruciforme; séc. XVII - planta sóbria de edifício rectangular, na qual se insere Cós; séc. XVIII - planta monumental; e por último, o caso específico da planta de Celas.¹³

Em suma, pese embora as particularidades espaciais inerentes a estes conventos, no seu confronto com os seus mosteiros masculinos, *as nossas igrejas cistercienses femininas respondem a um esquema simplificado de edifício eclesiástico, em escala e volumetria, e oferecem uma diversidade conceptual superior às congéneres do ramo masculino da Ordem.*¹⁴



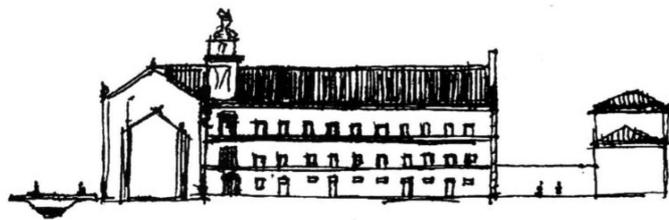
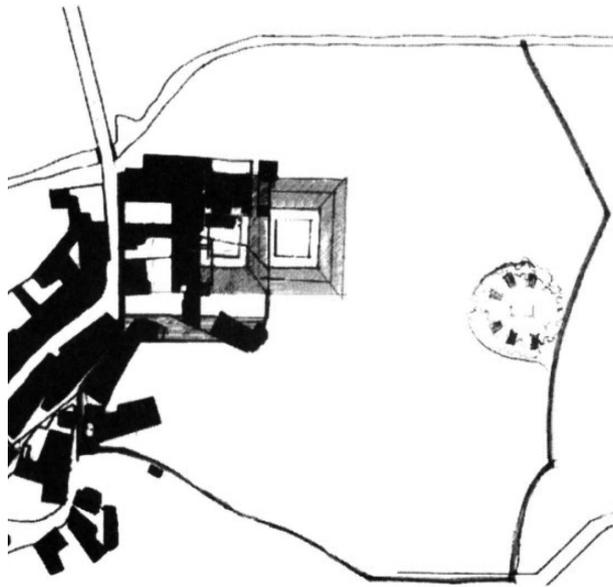
25. Coro das religiosas do convento de Cós, 1958; 26. Vista este, exterior da igreja, 2014;
27. Vista sul, espaço do antigo claustro, 1972

Reconstituição 1700

A reconstituição do Convento de Cós, na centúria de setecentos, revela-se uma tarefa mais imediata do que nas épocas precedentes. Como referem os historiadores Cristina Sousa e Saúl Gomes, *o que, hoje em dia, encontramos na igreja e dependências anexas de Santa Maria de Cós é obra fundamentalmente de finais do século XVII.*¹⁵

À semelhança do que foi verificado na campanha anterior, os documentos históricos disponíveis são escassos. Em 1787, é sabido que *o Claustro, Capitolo, Refeitório, e Mais Oficinas tem o comodo, e grandeza precisa.*¹⁶ Do ponto de vista arquitetónico, o convento de Cós refletia, *os casos de Lorvão e de Arouca*¹⁷. Não obstante da particularidade destes dois conjuntos religiosos, enquanto mosteiros inseridos dentro de uma esfera social distintamente superior, em Cós verificava-se, à semelhança destes exemplos, a existência de dois claustros, *que deveriam ser paralelos se tivermos em atenção as imagens das paredes nascente e sul do coro da década de 1950, onde ainda são visíveis vestígios do encaixe das antigas coberturas das alas dos claustros*¹⁸. O primeiro claustro corresponderia ao *Claustro Velho*¹⁹, proveniente da campanha anterior, e o segundo a um *claustro considerado novo*.

A descrição apresentada, relativa à posição do novo claustro, elaborada pelos autores C. Sousa e S. Gomes, carece, no entanto, de outras bases arqueológicas, que permitam perceber melhor a escala deste espaço do convento. Com efeito, a justificação apontada por estes autores comprova, na realidade, a existência de um corpo localizado a nascente do coro das monjas. Esta ala do convento desenvolvia-se perpendicularmente ao corpo da igreja, compreendido entre o limite exterior nascente do coro e uma parede, que dista cerca de 12 metros da anterior, integrada em parte da construção de uma habitação ali situada e como parte da fundação do muro que limita a propriedade do terreno anexo ao convento. No que respeita ao espaço do claustro *Velho*, a descrição apontada pelos historiadores, permite a identificação do eixo de dois braços paralelos, a nascente, e a poente.

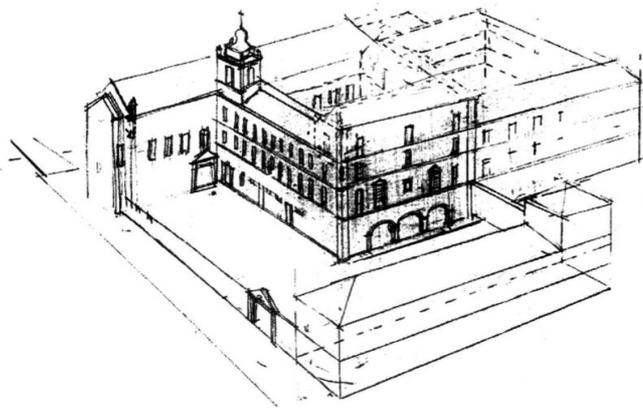
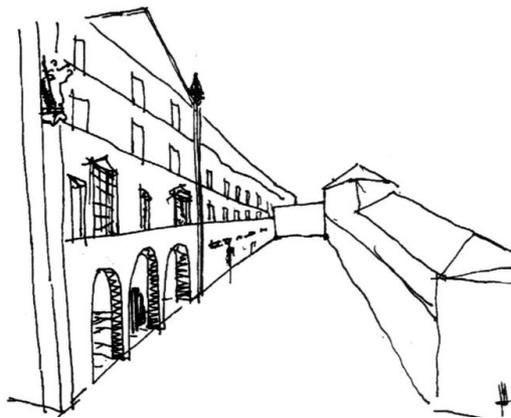


28. Reconstituição do convento de Santa Maria de Cós pelo ano 1780,
desenho Arq. João Nuno Soares

A ala do dormitório das monjas localizado a poente, ainda hoje parcialmente existente, sob a forma de um corpo abandonado, tinha, segundo relato de Frei Manuel de Figueiredo, *três pisos (térreo, primeiro e segundo andares) correndo de norte para sul, possuindo onze janelas em cada um dos dois pisos superiores. Depois desse cunhal sudoeste e até: “ao fim do dormitorio tem este outra figura e maior elevação de frente por ser obra mais moderna com duas janellas Conventuaes e maes nove, trez em cada andar”*.²⁰ Sobre esta última figura, acrescenta o monge cisterciense, seria *“a portaria principal que cobre hum alpendre, de trez arcos de abobeda e Sobre a porta hum cordeiro com esta letra = Johanes et nomen ejus, et mirati sunt universi.”*²¹

No que respeita ao estado atual do dormitório, verifica-se um corpo com dois pisos de altura. Contudo, o limite superior da cobertura deste dormitório, tal como descrito anteriormente, é possível de ser confirmado, através da observação da pendente da torre sineira. Na escala real de desenho, a descrição desta ala corresponderia, segundo os historiados Cristina Sousa e Saúl Gomes, a um comprimento de cerca 38 metros.²² O limite sul da frontaria do mosteiro poderá indicar o alinhamento da ala oeste-este do convento.

*A obra da igreja é obra mais tardia.*²³ A sua construção ter-se-á iniciado em 1669 pelo altar e terminado em 1671²⁴, data que consta no portal lateral de acesso a este espaço. Por sua vez, este pórtico, dava para um terreiro, delimitado através do corpo da igreja, a norte, o dormitório, a este, e a cerca monástica, a oeste e sul. Aqui seria o local de receção para os ilustres visitantes chegados de fora e, a partir de 1665, através da aprovação de D. Afonso VI, espaço de realização da feira no dia 16 de Setembro, dia Santa Eufémia.²⁵ A entrada para o terreiro, fazia-se através do portão da cerca. No passado, *ao penetrar dentro da cerca monástica, entrando: “para o Terreiro por huma porta que tem muito mal figuradas, e mal abertas as armas da Ordem”*. Entrada que levaria à portaria.²⁶ A localização concreta deste elemento não é possível de adiantar. Como referido anteriormente, este deveria encontrar-se no que hoje é o ponto de confluência das ruas do Celeiro, Afonso Barbosa e Prof. José dos Santos Teodoro.



29. Reconstituição do convento de Santa Maria de Cós pelo ano 1780: vistas do pórtico de entrada e casa dos padres, desenho Arq. João Nuno Soares
30. Reconstituição do convento de Santa Maria de Cós pelo ano 1780: perspetiva geral, desenho Arq. João Nuno Soares

Paralelo à frontaria da igreja, a sul, iniciava-se o: “principio de hum novo dormitorio com quatro cellas em dois andares que mandou fazer o Geral Frei Manoel Mendonça em 1776.²⁷ Os autores C. Sousa e S. Gomes apontam que seria neste novo edifício que se encontravam “as cazas da residencia dos Padres, que são modernas, e tem acomodações muito bastantes para os quatro Religiozos, que tem rexidido aqui que são casa da entrada, Cella do Padre com Camera, refeitorio, Cozinha, Dispensa, e na parte Superior huma chamada Torre para acomodaçoens de Criados; todas em hum pé direito de altura desproporcionado à grandeza das Cazas.”²⁸

Na recente intervenção realizada em Cós, pelo arqueólogo Jorge Figueiredo, foi identificado na rua Afonso Barbosa *um compartimento revestido a azulejo de tipo seiscentista, indiciando uma área de elevado potencial arqueológico.*²⁹ Na clarificação da origem destes elementos, o arqueólogo recorre ao trabalho dos autores C. Sousa e S. Gomes, para a afirmar a possibilidade destes serem pertencentes à casa dos padres. Na rua do Celeiro, foram detectados elementos, *muito provavelmente correspondente à desaparecida cerca do mosteiro.*³⁰

Circunscrito ao corpo conventual das monjas de Cós, compreendido entre este e a cerca monástica, encontrar-se-iam pequenos locais de devoção das monjas. *“Alem de varias Jrmidas e Cappellas que o Mosteiro tem dentro de si, e na Serca, tem huma parte da Mesma Serca, no sentro della, hum Monte chamado Montserrat; Sercado de Muro, e no meyo delle huma admiravel jrmida de Nossa Senhora, da Invocaçam do mesmo Monte, muyto bem ornada, e juncto a ella há outras mais jrmidas, pequenas a Jmitaçam do proprio Monsserrate (...).”³¹* Segundo a ilustração de C. Sousa e S. Gomes, este monte localizava-se a nascente do corpo conventual, onde hoje se encontra uma propriedade privada.

Dentro da cerca monástica existia, também, *huma Singular fonte de que bebe o Convento*³², hoje ainda identificável, mas actualmente pertencente a terrenos privados. Segundo a autora Ana M. Martins, *das diversas “arquiteturas” que compunham a cerca monástica de Cós, resta apenas esta fonte.*³³

¹ SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António - **Intimidade e Encanto - O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós**. Leiria: Edições Magno, 1998. ISBN 972-8345-09-7. pp 137

² Cf. GOMES, Saul António. **A Congregação Cisterciense de Santa Maria de Alcobaça nos Séculos XVI e XVII: Elementos para o seu Conhecimento**. In Revista Lusitana Sacra. Lisboa. ISSN 0076-1508. 2ª S. 18 (2006). Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.14/4559>. pp 375

³ MARTINS, Ana Maria Tavares. **Arquiteturas de Cister em Portugal: uma Investigação Patrimonial e Arquitetónica**. In CARREIRAS, José Albuquerque [dir.]. **Mosteiros de Cister - História, Arte, Espiritualidade e Património**. Tomo I. Leiria: Jorlis, 2013. ISBN 978-989-98209-1-3. pp 188

⁴ Cf. SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António - [op.cit.]. pp 102

⁵ Cf. Ibid pp 102

⁶ Cf. Ibid pp 105

⁷ RÊPAS, Luís Miguel Malva de Jesus. **O sagrado e o profano nos mosteiros femininos cistercienses: espaços e ritos**. Torres Vedras: Câmara Municipal, 2008. pp 46

⁸ RÊPAS, Luís Miguel Malva de Jesus. **Os Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal: a Herança Medieval. Fundações e Fundadores**. In MARINAS, M^a Isabel Viforcós; SÁNCHEZ-BORDONA, M^a Dolores Campos [coord.]. **Fundadores, Fundaciones y Espacios de Vida Conventual. Nuevas Aportaciones al Monacato Feminino**. Leon: Universidad de Leon, 2005. pp 77

⁹ RÊPAS, Luís Miguel Malva de Jesus. **O sagrado e o profano nos mosteiros femininos cistercienses : espaços e ritos**. Torres Vedras: Câmara Municipal, 2008. pp 45

¹⁰ Cf. JORGE, Virgolino Ferreira. **Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal - Notas Sobre a Tipologia dos Sítios e das Igrejas**. In Revista Cisterciem. Outubro-Diciembre 1999, nº 217. pp 856

¹¹ Ibid pp 857

¹² BORGES, Nelson Correia. **Arquitetura Monástica Portuguesa na Época Moderna - Notas de Uma Investigação**. In Revista Museu. IV série, 1998, nº7. pp. 34-42

¹³ Cf. JORGE, Virgolino Ferreira - [op.cit.]. pp 857-859

¹⁴ Cf. Ibid pp 859

¹⁵ SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António - [op.cit.]. pp 101

¹⁶ Cf. Ibid pp 302

¹⁷ Cf. Ibid pp 137

¹⁸ Cf. Ibid pp 137

¹⁹ Cf. Ibid pp 137

²⁰ Ibid pp 137

²¹ Ibid pp 137

²² Cf. Ibid pp 137

²³ Cf. Ibid pp 138

²⁴ Cf. Ibid pp 138

²⁵ Cf. Ibid pp 320

²⁶ Cf. Ibid pp 138

²⁷ Cf. Ibid pp 163

²⁸ Ibid pp 163

²⁹ FIGUEIREDO, António. **A Propósito de Cós - Contributos de um Acompanhamento Arqueológico**. Espaços ADEPA. Alcobaça: ADEPA. 2006, n^o2, ISBN 995224-96. pp 59

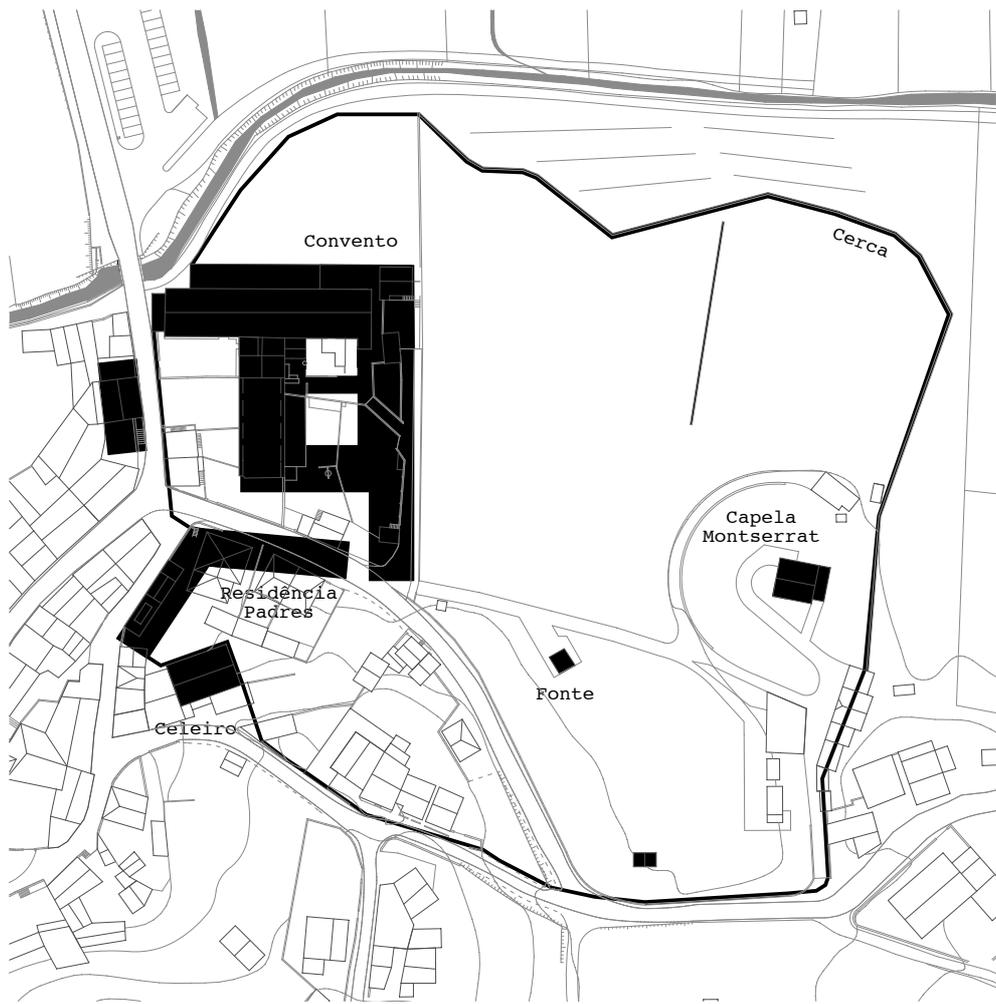
³⁰ Ibid pp 59

³¹ Cf. SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António - [op.cit.]. pp 132

³² Cf. Ibid pp 164

³³ MARTINHO, Ana Margarida Louro - **Mosteiro de Santa Maria de Cós (Alcobaça). Contributos para a sua Conservação e Valorização**. Leiria: Folheto Edições ; Design, 2011. ISBN: 978-989-8158-94-9. pp 33

RECONSTITUIÇÃO CRÍTICA



Reconstituição urbana, séc XVIII, escala 1:2.000

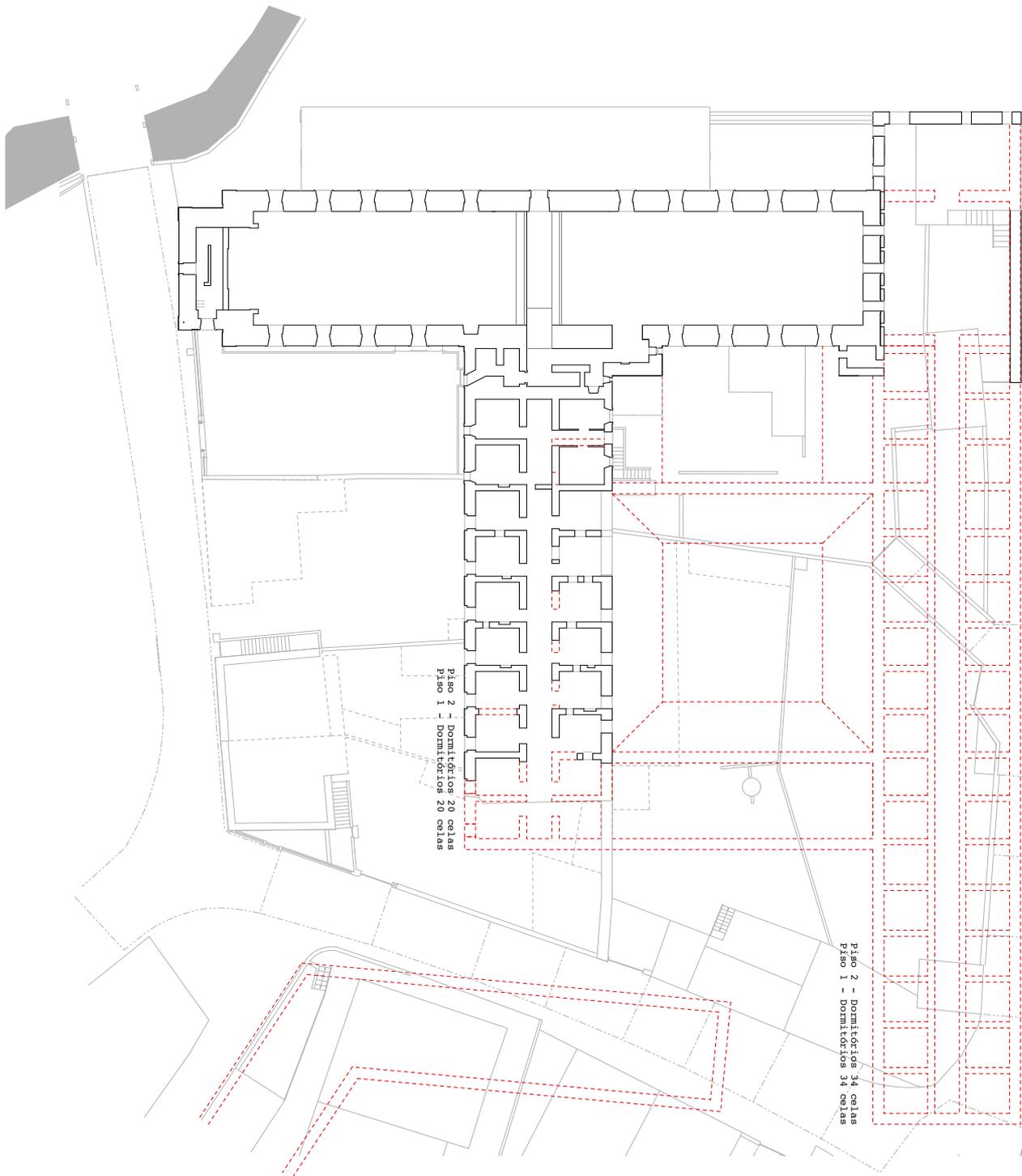
Reconstituição Crítica

A investigação bibliográfica realizada nas páginas antecedentes é, neste momento do trabalho, confrontada com novas informações referentes ao convento de Santa Maria de Cós, recolhidas no seguimento das diversas deslocações elaboradas ao local, tendo em vista a elaboração de uma proposta crítica de reconstituição deste mosteiro, a adotar, posteriormente, como base de trabalho à *Proposta* de projeto.

Do ponto de vista urbano, na época de setecentos, a reconstituição da cerca do mosteiro, já anteriormente ilustrada na obra dos historiadores Cristina Sousa e Saúl Gomes, consegue-se através da união das diversas marcas desta estrutura, dispersas ao longo da vila de Cós. O limite norte da cerca é, ainda hoje, na sua generalidade, identificável, servindo como muro de divisão de propriedades. O desenho desta parte da estrutura, com um momento de depressão no seu ponto médio, poderá indicar, segundo o Prof. Saúl Gomes¹, uma inversão na forma deste elemento², justificado através da alteração da linha de água do rio Cós, que anteriormente deveria correr mais próximo da fachada norte da igreja.

A rua do Celeiro, tal como o nome sugere, daria acesso ao celeiro das monjas cistercienses. Reza a lenda popular que o edifício em pedra que se localiza no alto desta colina, hoje propriedade privada, serviria esse propósito. Como referiu Saúl Gomes³, estas estruturas localizavam-se, normalmente, no limite da cerca dos conventos, permitindo um ponto de contacto entre o interior/exterior, ou seja, entre os agricultores e as freiras proprietárias.

Junto ao edifício do celeiro, encontrar-se-ia um outro edifício que seria, muito possivelmente, pertencente ao convento. Em registos fotográficos antigos, é possível confirmar a existência de um outro edifício neste local, de estrutura em pedra. Uma visita ao interior da propriedade, de construção mais recente, que ali se encontra, permite confirmar a existência de parte deste edificado, hoje reaproveitado como muro de suporte para o pátio interior desta habitação. No que respeita à função deste edifício, levanta-se a hipótese deste poder ter sido uma extensão do corpo da habitação dos padres ou o espaço respeitante ao noviciado.



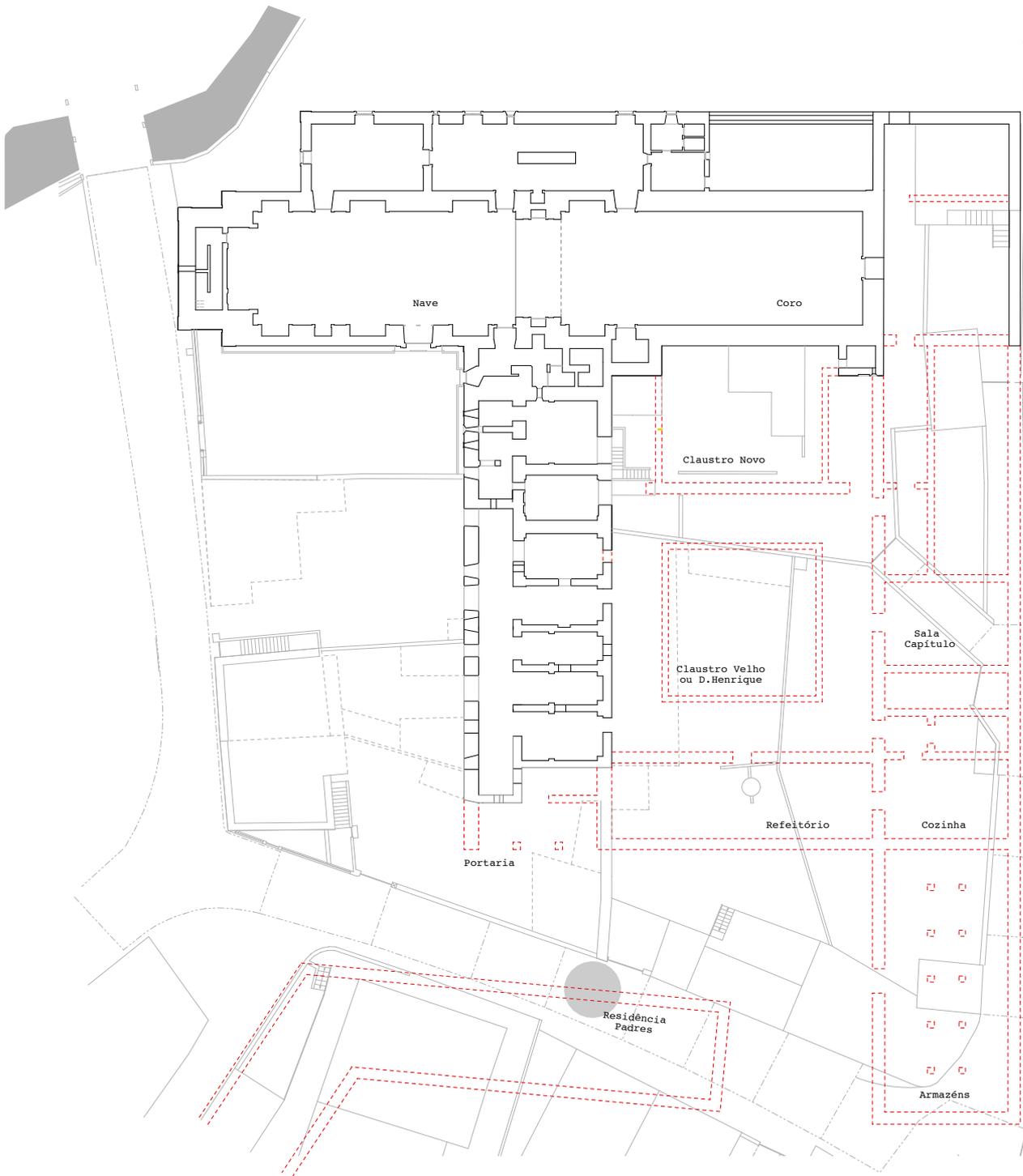
Piso 1, reconstituição séc XVIII, escala 1:500

Na rua de Santa Rita, do lado de fora da cerca monástica, conjectura-se sobre a existência de algumas habitações respeitantes à criadagem⁴ que auxiliavam na gestão do complexo monástico. É aqui que ainda hoje se encontra um portal antigo, que poderia servir de entrada a uma das referidas habitações. Este elemento encontra-se, atualmente, integrado numa construção posterior. No entanto, a sua proporção desajustada sugere que este se elevava a partir de uma cota do chão mais baixa, aproximando-se do nível do convento.

No que respeita aos espaços do convento, a proposta de reconstituição apresentada baseia-se numa planta que se aproxima, na sua fisionomia, ao caso do mosteiro cisterciense de Arouca. A escolha desta referência, não só atesta o que anteriormente foi referido pelos historiadores C. Sousa e S. Gomes⁵, mas também se enquadra dentro das possibilidades de implantação do mosteiro de Cós.

A ala poente é ainda hoje identificável. O suposto comprimento total deste corpo do convento é adiantada pelos historiadores⁶, 38m, medida que não difere muito do atual comprimento, 37m. Com efeito, no remate sul, parte da parede em pedra ali existente, regista a permanência de elementos trabalhados, possivelmente pertencentes a uma portaria outrora ali localizada. A partir do desenho rigoroso do número total de vãos⁷ do primeiro piso, como registado nos documentos, obtém-se um comprimento total de 41m. A diferença entre este valor e a medida atual deste corpo é de 4m. Segundo as descrições estudadas, aqui verificava-se a existência de um portal com arcadas no piso inferior⁸. Neste sentido, a variação de medidas entre uma suposta fachada e o comprimento total deste corpo poderia ser o espaço da arcada. Se dividirmos a largura total deste corpo, 12m, pelas três arcadas referidas por Frei M. Figueiredo, temos, novamente, um valor de 4m, o que confirma o desenho de uma galeria formada por três arcadas de forma quadrangular regular.

Anexo à frontaria, no sentido oeste-este, seria o local de implantação da cozinha, refeitório e calefatorium, ou simplesmente, do refeitório⁹, segundo o método de distribuição dos mosteiros cistercienses. No alçado interior da ala poente, a sul, registam-se indícios do que poderá ter sido o arranque de uma parede.



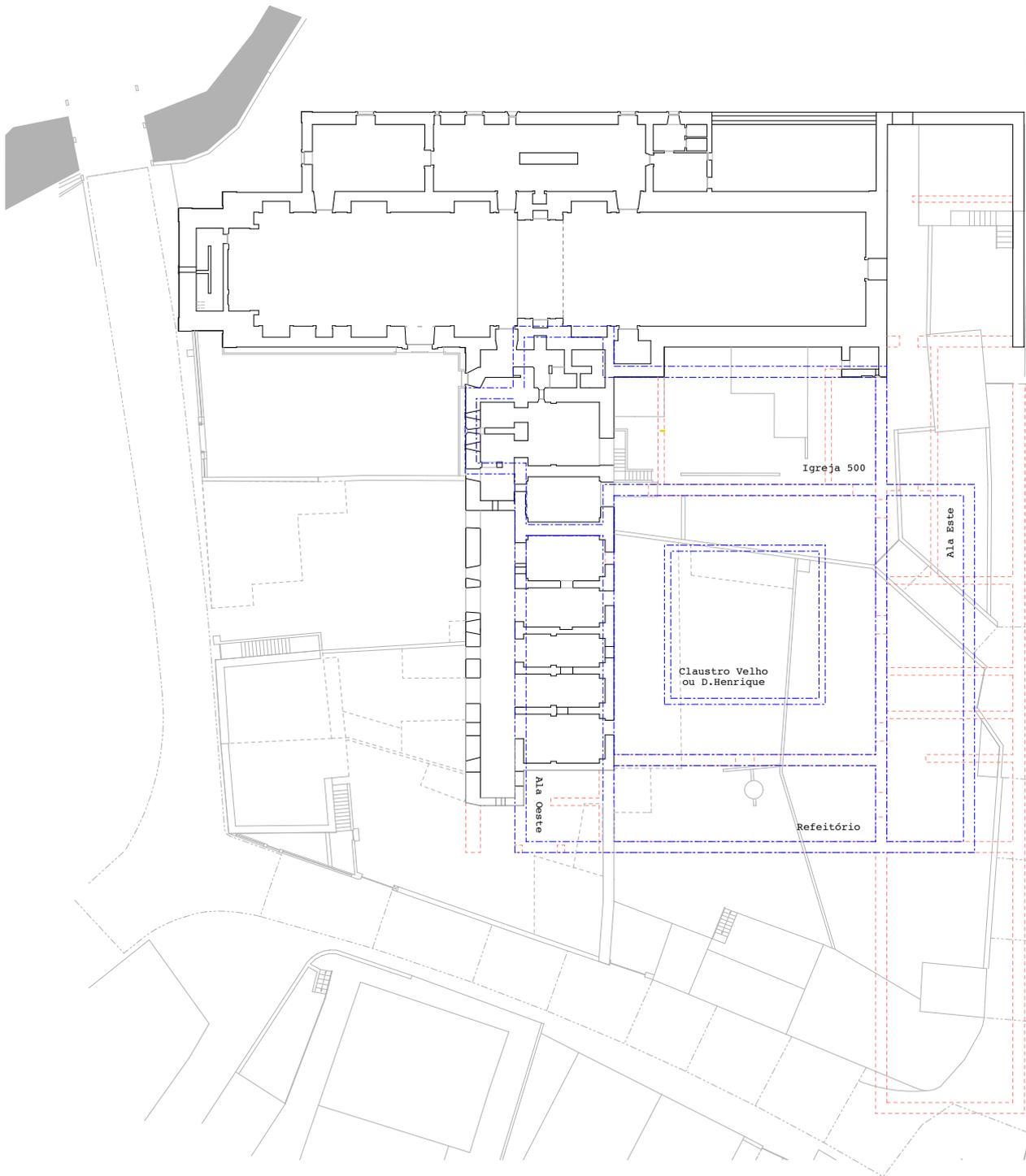
Piso 0, Reconstituição séc XVIII, escala 1:500

Compreendido entre esta parede e o alinhamento da frontaria do dormitório, desenha-se um espaço com cerca de 8m de largura. Esta medida reduzida poderá significar que aqui se encontrava, somente o refeitório, ocupando a totalidade do corpo, não permitindo espaço para as restantes áreas. Esta disposição, embora não adotada na generalidade do plano cisterciense, era uma alternativa, também, recorrente. No caso de Arouca, esta disposição verifica-se, encontrando-se a cozinha disposta no cruzamento deste corpo com a ala anexa, correspondendo em Cós, ao cruzamento com a ala a nascente.

O esquema de organização da ala oeste-este, segundo a regra de cister¹⁰, não se coloca, uma vez que a existência da casa dos padres a escassos metros deste corpo não possibilitava a construção de um volume muito extenso nesta área. Numa interpretação surgida neste trabalho, a singular medida deste corpo poderia dever-se ao facto do reaproveitamento deste espaço, outrora pertencente a uma campanha arquitetónica anterior e que contava com uma regra proporcional distinta. Como foi referido, o claustro velho¹¹, de quinhentos, deverá ter sido mantido na campanha de setecentos, bem como algumas outras divisões.

A ala a nascente¹² surgiria no prolongamento das paredes resistentes localizadas a norte deste conjunto. Esta ala lançava-se num volume de proporções idênticas à ala em ruína, cerca de 12m de largura, mas aqui transpondo o limite da fachada da frontaria e do refeitório deste mosteiro, definindo um segundo espaço exterior, possivelmente destinado às tarefas diárias do convento. A medida deste corpo é justificada a partir do número de celas inseridas nesta proposta, um total de 106 no conjunto total dos dois dormitórios, tal como documentado¹³. Seria nesta ala, no ponto médio de contacto com o claustro que se encontraria a sala do capítulo¹⁴.

O claustro¹⁵ segue a proposta dos historiadores C. Sousa e S. Gomes. Os limites deste espaço, segundo o eixo norte-sul são identificáveis¹⁶. Segundo os eixos oeste-este, mais a sul, esta ala encontrar-se-ia paralela ao volume do refeitório, distanciando cerca de 4m desta. Por sua vez, paralela a esta, afastada em cerca de 13m¹⁷, encontraria-se a fachada norte, encerrando o espaço quadrado do claustro.



Reconstituição séc XVI, escala 1:500

O acesso ao espaço do claustro velho, através do corpo em ruína, ainda hoje pode ser compreendido. A sala localizada mais sul deste corpo, bem como a que se encontra no prolongamento da entrada central que vem do terreiro, apresentam a existência de duas aberturas, de proporções semelhantes, atualmente ocultadas através de um enchimento em tijolo. A primeira abertura, daria acesso à ala do refeitório, a segunda, ligeiramente desviada em relação ao ponto central deste claustro, daria acesso à ala poente.

No que respeita à obra de quinhentos, sobre o caso específico da igreja, segundo a descrição dos professores C. Sousa e S. Gomes, reconhece-se parte dos limites deste corpo¹⁸. A reconstituição, de acordo com estes autores, implica que a igreja anteriormente existente tivesse o corpo da nave excessivamente largo o que, conjugado com a permanência do claustro velho, não seria possível de co-existir, coincidindo o corpo desta igreja com o espaço norte do quadrado do claustro. No entanto, se as estruturas postas a descoberto na torre sineira e na casa do órgão, pertencessem, em alternativa, ao braço do transepto de uma igreja de tipologia em cruz, tipologia referida pelo historiador Virgolino Jorge como característica deste século¹⁹, e cuja proporção da nave seria mais reduzida, é então possível a existência deste elemento e o claustro velho, segundo a reconstrução aqui proposta.

A posição do claustro auxilia no esclarecimento da disposição das restantes alas desta campanha. O corpo poente encontrar-se-ia no prolongamento do braço do transepto, o que confirma os silhares²⁰ existentes na casa da grade, embora invalide a permanência, no mesmo local, desta estrutura de comunicação. O refeitório apresentava a mesma fisionomia que na campanha de setecentos e a ala nascente, construída dentro da mesma matriz, encerrava o espaço do claustro.

Com a nova campanha, a edificação de uma nova igreja, terá levado à demolição da anterior, originando um novo espaço exterior, este que poderia corresponder ao novo claustro, ou funcionando simplesmente como pátio exterior, permitindo a entrada de luz para os diferentes espaços anexos, dos quais se evidencia a fachada sul da nova igreja, tal como verificado no caso de Arouca.

-
- ¹ Tema discutido aquando da reunião de 12 de Março de 2014, com o Prof. Dr. Saúl António Gomes. Ver anexo pp. 214-216
- ² Confrontar com informação já referida no subcapítulo 2013 - Início. pp 22
- ³ Tema discutido aquando da reunião de 12 de Março de 2014, com o Prof. Dr. Saúl António Gomes. Ver anexo pp. 214-216
- ⁴ Cf. SOUSA, Cristina Maria André de Pina e ; GOMES, Saul António - **Intimidade e Encanto - O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós**. Leiria: Edições Magno, 1998. ISBN 972-8345-09-7. pp 24
- ⁵ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 1661 - Crescimento. pp 82
- ⁶ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 1661 - Crescimento. pp 84
- ⁷ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 1661 - Crescimento. pp 84
- ⁸ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 1661 - Crescimento. pp 84
- ⁹ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 1532 - Afiliação. pp 64
- ¹⁰ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 1532 - Afiliação. pp 62
- ¹¹ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 1661 - Crescimento. pp 82
- ¹² Confrontar com informação já referida no subcapítulo 1661 - Crescimento. pp 82
- ¹³ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 1661 - Crescimento. pp 76
- ¹⁴ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 1532 - Afiliação. pp 62
- ¹⁵ Confrontar com informação já referida em ambos os subcapítulos 1532 - Afiliação e 1661 - Crescimento. pp 68 e pp 82
- ¹⁶ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 1661 - Crescimento. pp 82
- ¹⁷ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 1532 - Afiliação. pp 68
- ¹⁸ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 1532 - Afiliação. pp 66
- ¹⁹ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 1661 - Crescimento. pp 80
- ²⁰ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 1532 - Afiliação. pp 68

Capítulo III - Projeto



31. Ala do antigo dormitório do convento de Santa Maria de Cós, ano de 1972

1834 - Extinção

Em Maio de 1834, a comunidade cisterciense de Cós extinguiu-se. O Futuro era certamente sombrio para o Mosteiro.¹

No mosteiro de Santa Maria de Cós, bem como em todos os outros conjuntos religiosos em Portugal, o dia 28 de Maio do ano de 1834, fica registado como o ponto final da história destas instituições. Decretado em documento régio, este exige *a total e imediata extinção dos mosteiros, conventos, colégios, hospícios e todas as casas religiosas e ordens regulares, independentemente da sua denominação, instituto ou regra.²*

Os discursos mais sensíveis descrevem este ponto como o momento onde se verificaram as maiores atrocidades ao património religioso, *arresto compulsivo e maciço dos seus [ordens religiosas] numerosos e valiosos bens.³* Em Cós, *Perdeu-se muito, quase tudo.⁴* De facto, a expulsão dos monges das suas casas conjugado com a lei republicana da separação entre o poder público e a igreja, no ano de 1911, levou à destruição de grande parte do seu legado. O historiador V. Jorge refere que *na sequência deste espírito persecutório anticlericalista e iconoclasta, muitas igrejas e edifícios religiosos foram violentamente profanados e vendidos ao desbarato ou vandalizados e caíram em inexoráveis escombros e cinzas.⁵*

O Convento de Cós comprova o espírito vivido na época. Como relatam os professores Cristina Sousa e Saúl Gomes, *a obra conventual espartilhou-se nas mãos de pequenos proprietários rurais que foram adaptando os cómodos monásticos a novas funções (adega, celeiro ou casa da tulha), apropriando-se de uma das antigas alas de dormitórios para habitação, transformando os antigos espaços claustrais em pocilgas e galinheiros, abrindo-se aqui e ali, pequeninas parcelas de quintal. A própria cerca foi rompida, pouco restando das suas marcas que não seja, hoje em dia, a memória do traçado sugerida por algumas estradas envolventes.⁶* No entanto, a sua maior destruição terá sido causada pela utilização deste convento como *pedreira barata⁷*, de fornecimento das construções locais, segundo referem os mesmos autores.



32. Parthenon, séc XIX

O Monumento Histórico: definição segundo Alois Riegl

A definição de *monumento histórico* é comumente atribuída ao historiador de arte vienense Alois Riegl, 1858-1905. A sua investigação elaborada no decorrer da preparação de uma nova legislação para a conservação dos monumentos, *Der moderne Denkmalkultus*, é tida neste trabalho como ponto de partida para o início de um novo capítulo desta investigação, agora dedicado ao estudo da complexidade inerente às temáticas da intervenção do património, culminando com a elaboração de uma proposta final de intervenção no monumento cisterciense de Santa Maria de Cós.

*Segundo a definição vulgarmente corrente, é obra de arte toda a obra humana tangível, ou audível, que apresenta valor artístico; é um monumento histórico toda a obra deste tipo que possua valor histórico.*⁸

É deste modo que Alois Riegl esclarece a definição de monumento histórico. Na sua dimensão específica, esta categoria de monumentos, distingue-se da classe de monumentos intencionais, pela sua não intencionalidade, *posto que os produtores de outrora quissem satisfazer com estas obras, (...) sobretudo certas necessidades estritamente práticas ou necessidades ideais que lhes eram específicas a si próprios, aos seus contemporâneos, e, quando muito, aos seus herdeiros mais próximos, e, por via da regra, não pensassem de modo nenhum que estavam a legar aos vindouros dos séculos seguintes testemunhos da sua (dos produtores) vida e criação artística e cultural, (...).*⁹ Apesar desta distinção, o monumento histórico, engloba, na sua dimensão, ambas categorias, *na classe dos monumentos históricos, o círculo alarga-se àqueles que se referem sem dúvida, ainda a um momento determinado mas cuja escolha está determinada pelas nossas preferências subjetivas.*¹⁰

O autor prossegue o seu estudo em torno dos *monumentos históricos* e através da desconstrução da sua estrutura adianta a categoria de *valores* inerentes à sua lógica, sendo estes divididos em dois tipos principais, *valor de memória* e *valor de atualidade*.

As duas categorias de valores principais apresentadas, distinguem-se pela dimensão temporal a que cada conceito diz respeito, sendo o primeiro incidente sobre o momento passado e o segundo sobre o momento presente, a contemporaneidade.

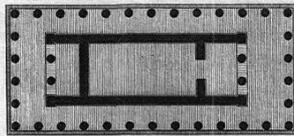
No que respeita o *valor de memória*, este divide-se em *valor de antiguidade*, *valor histórico* e *valor de memória intencional*. O *valor de antiguidade* define-se como um dado físico, característico da inevitabilidade do tempo, *erosão*, *pátina*¹¹, no corpo do monumento, sendo, portanto, um valor mais visual, perceptível e consequentemente mais apelativo à imediatez da sensibilidade humana. O *valor histórico*, ao contrário do primeiro não se exprime através da forma, mas antes através do símbolo, ou seja, do seu significado, *o facto de ter sido criado outrora como obra humana*.¹² Por último, o *valor de memória intencional* caracteriza-se como a vontade humana por detrás da criação do monumento, ou a sua intencionalidade.

No que respeita o *valor de atualidade*, este encontra-se repartido entre uma dimensão prática, o *valor de uso*, e uma dimensão sensível, *valor de artístico*, este último, por sua vez composto por *valor artístico de novidade* ou *relativo*. O *valor de uso* caracteriza-se pelo sentido de utilização na contemporaneidade que o monumento apresenta, a sua função. O *valor artístico*, no sentido das *exigências da vontade artística moderna*,¹³ divide-se entre *valor de novidade*, que corresponde à *coesão de forma e cor*,¹⁴ com maior destaque nas obras contemporâneas, pela ausência de efeito da passagem do tempo, e por último, o *valor relativo*, respeitante à capacidade de um monumento antigo poder exercer um papel moderno do ponto de vista da *conceção, forma e cor que são especificamente as delas*.¹⁵

O balanço entre os diferentes valores anteriormente enumerados vai resultar, no final, na materialização do corpo do *monumento histórico*. Embora esta definição dada por Alois Riegl se inscreva num determinado contexto espaço-temporal específico da história, esta representa, ainda hoje, a base teórica indispensável para o estudo da problemática dos monumentos históricos.

N^o 1.

Plan du Temple de Thésée



6 12 18 24 30 36 42 48 54 60 Pies

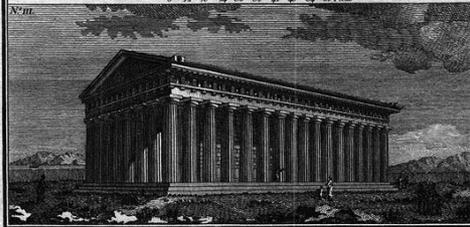
N^o 2.

Élévation de la Façade du Parthénon



6 12 18 24 30 36 42 48 54 60 Pies

N^o 3.



Vue du Parthénon

N^o 3.

O Monumento Histórico: evolução segundo François Choay

O monumento histórico, no seu significado como hoje o conhecemos, não foi uma consequência imediata de uma ação no tempo, mas antes o somar de um conjunto de ações, repartidas ao longo da história. Segundo Françoise Choay, *a expressão monumento histórico só entrou nos dicionários na segunda metade do século XIX*,¹⁶ referindo ainda, que *a origem do monumento histórico deve ser procurada igualmente bastante antes do aparecimento do termo que o designa*.¹⁷

Longe da noção de monumento histórico, o interesse pelos monumentos do passado remonta à Grécia, que desde o séc. II a.C. até ao séc. VI, o sentimento de prestígios e o prazer que emanava do seu espólio artístico encontrado nas cidades da antiga civilização levou à sua expropriação por parte do império romano. Estes objetos trazidos para Roma, serviam principalmente como elementos decorativos sendo dispostos, desde o espaço público, como o caso das termas, até ao espaço doméstico, refletindo o estilo de vida da grande civilização. *São modelos, apropriados para suscitar uma arte de viver e um requinte que só os Gregos tinham conhecido*.¹⁸

Em Roma, no final idade Média, os monumentos pagãos que então se encontravam sem qualquer utilidade eram reutilizados nas suas mais variadas formas, *os grandes edifícios da Antiguidade são transformados em pedreiras, ou então recuperados e desvirtuados*.¹⁹ Englobados num misto de motivações que oscilavam entre as razões práticas, crise, e a, ainda jovem, sensibilidade *humanitas*, atração intelectual, não se estava ainda perante o *monumento histórico*, como explica Françoise Choay, *a alteridade de uma cultura diferente não era assumível. Os edifícios são investidos de inocência e familiaridade, sem hesitações nem escrúpulos, como o são as formas plásticas e os textos filosóficos*.²⁰

Embora não consumado o novo objeto, não deixa de ser notável o despertar de uma consciência perante os *edifícios e obras de arte da Antiguidade*²¹ em Roma, que vai ter o seu apogeu no séc. XV, ou a fase “*antiquisante*”, segundo Choay.



34. Gravura do Coliseu, séc XIX

Durante o séc. XV, observa-se o nascimento do *monumento histórico*. Essencial para esta consumação foi a confluência de interesses que juntou humanistas e artistas, ou seja, a história e a arte, reforçada pelas tomadas de atitude dos papas, como Pio II, na defesa do património arquitetónico de Roma.

Os humanistas e os artistas, contemplam dois géneros distintos de visões sobre o mundo. Entre a arte e a história, a união que adveio desta consumação possibilitou uma compreensão mais capaz da complexidade das antiguidades, então existentes dentro da cidade de Roma. *No fim do processo “de impregnação mútua”, artistas e humanistas traçaram, em conjunto, o território da arte e articularam-no com o da história para aí implantar o monumento histórico.*²² Uma prova desta emancipação intelectual da época é o tratado de arquitetura de Alberti, *De re aedificatoria*, que tem a arquitetura romana como o símbolo da perfeição, e a consumação de um percurso de aperfeiçoamento histórico, iniciado fora dos limites deste império.

Os Papas e as bulas publicadas em prol da defesa do património arquitetónico, vêm sublinhar a importância deste legado. As *Antiguidades* de Roma, segundo estes, *“conferem à dita Cidade o seu adereço mais belo e o seu maior encanto (...) sobretudo, o que ainda é mais importante, esses mesmos edifícios permitem-nos perceber melhor a fragilidade da condição humana”*.²³ Não obstante da postura conservadora face ao património, as suas atitudes, na realidade, contradizem-na, continuando a destruir-se os monumentos em prol das novas construções por estes ordenadas, uma atitude que se repetiu ao longo da história, ainda hoje verificável nas nossas cidades.

*É assim que, em Roma, no cenário do Quattrocento italiano, os três discursos da perspetivação histórica, da perspetivação artística e da conservação contribuem para o aparecimento de um objeto novo: reduzido apenas às antiguidades, por e para um público limitado a uma minoria de eruditos, de artistas e de príncipes, esse objeto não deixa de ser a forma primitiva do monumento histórico.*²⁴

Nas décadas que se seguiram, nomeadamente nos séculos XVII e XVIII, assiste-se a uma dupla expansão dos *monumentos históricos*, tanto pelo seu contexto geográfico como pelo seu *corpus* do saber.

Por um lado, a Europa cada vez mais dinâmica, abrindo-se aos mais diversos territórios, vai possibilitar a descoberta de novos espólios das civilizações mãe, bem como a criação de uma nova categoria de antiguidades, as *antiguidades nacionais*.²⁵ Por outro lado, ambas as investigações dos antiquários, a expansão das antiguidades a um novo público, e as novas visões sobre a arte trazidas pela nuvem intelectual do iluminismo, vão atribuir novos estatutos aos *monumentos arquitetónicos*.²⁶

Embora neste momento, alguns autores introduzam a discussão do tema da conservação, nomeadamente em França e em Inglaterra, os métodos aqui utilizados não passaram muito além da conservação iconográfica. Em França, a entrada em vigor do novo poder liberal, possibilitou a passagem dos bens até então exclusivos do clero e da nobreza para as mãos do povo. Estes bens variam nas suas mais diversas formas, desde *conventos, igrejas, castelos e palácios particulares*.²⁷ Perante a incapacidade de garantir a gestão de todo este património imóvel, o estado revolucionário optou, tanto pela *Solução de facilidade*²⁸ da venda a privados, tendo como desfecho o seu loteamento, transformação em pedreira e consequente destruição, como pela apropriação destes Monumentos, como foi o caso dos conventos religiosos, na sua maioria *transformados em prisões (...) ou em casernas*.²⁹

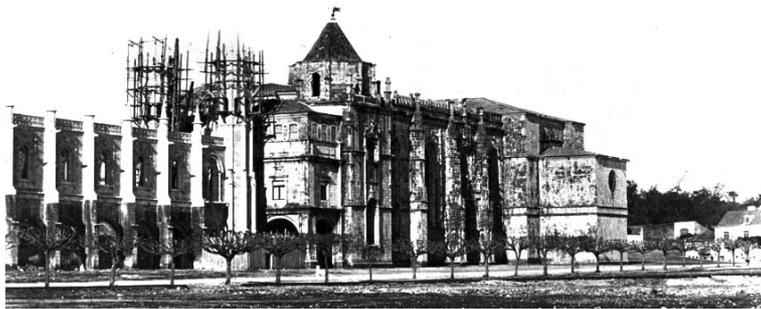
No seu oposto, as inúmeras destruições perpetuadas durante a revolução liberal francesa ao seu património arquitetónico, movidas pelas mais diversas intenções, sejam privadas, nacionalistas ou económicas, vão suscitar a criação, pela primeira vez neste território, de uma legislação que protege e conserva os monumentos históricos. *A conservação do património histórico não foi então, durante a Revolução, nem uma ficção nem uma aparência. Essa experiência durou seis anos e determinou a longo prazo a evolução da conservação monumental em França*.³⁰

Também um pouco mais a norte no território europeu, em Inglaterra, verifica-se uma situação semelhante. No limite, poderia dizer-se que a mesma oposição entre destruição e proteção no tratamento do património vividas em França, caracteriza também o período durante a revolução industrial em Inglaterra, mas aqui com um impacto e uma dimensão substancialmente diferente, fazendo deste momento o início da consagração do *monumento histórico*.

*A revolução industrial enquanto processo em desenvolvimento planetário concedia virtualmente ao conceito de monumento histórico uma conotação universal, aplicável à escala mundial. Enquanto processo irremediável, a industrialização do mundo contribuiu, por um lado, para generalizar e acelerar as legislações de proteção do monumento histórico e, por outro, para fazer do restauro uma disciplina autónoma, solidária com os progressos da história de arte.*³¹

Se por um lado, a revolução industrial provocou uma rutura com os valores tradicionais, possibilitando a criação de uma distância face ao *monumento histórico* e delimitando-o na sua temporalidade, por outro, ela vai também, suscitar a reestruturação da classe de valores destes monumentos. (...) *a chegada da era industrial enquanto processo de transformação, mas também de degradação do ambiente humano, contribui, juntamente com outros fatores menos importantes, como o Romantismo, para inverter a hierarquia de valores atribuídos aos monumentos históricos e para privilegiar pela primeira vez os valores de sensibilidades, nomeadamente estéticos.*³²

É neste contexto que vimos surgir as vozes indignadas de Ruskin e Morris, a reclamar sobre a chama cinzenta da industrialização da Europa, e a sair das cidades, indo ao encontro de uma *arquitectura vernacular*, na vontade de assumir o valor individual da civilização humana. Mas é também aqui, que estes, juntamente com o seu homónimo francês Viollet-le-Duc, entre outros exploram o debate em torno de disciplina da conservação e restauro dos monumentos históricos, segundo respetivas ideologias.



35. Mosteiro dos Jerónimos, séc XIX

O Monumento Histórico: o Caso Português do séc. XIX

Como refere Choay, *desde os anos 50 do século XIX que, apesar das diferenças do seu grau de industrialização, a maior parte dos países europeus consagrou o monumento histórico.*³³

Em Portugal, como no resto da Europa, a consagração do monumento histórico, aparece em simultâneo com o sentimento restaurador e conservador deste legado patrimonial. *Foi nesta época que se colocou em Portugal a problemática da salvaguarda, consequência da existência de um vasto conjunto de edifícios e de outros objetos arquitetónicos, grandemente enriquecido com a nacionalização dos bens das ordens religiosas em 1834 (a que a lei de 1911 de separação do Estado da Igreja forneceu segunda e significativa tranche), que se viram desprovidos de ocupação e em risco de desaparecimento.*³⁴

No confronto do contexto português do século XIX com o contexto internacional, segundo o ponto de vista específico da evolução da consagração do monumento histórico, encontra-se, mais uma vez, a curiosa oposição entre a destruição versus proteção, verificado anteriormente, também, em França, na época da revolução liberal, e em Inglaterra, durante a modernização industrial. Perante estes dados, será legítimo afirmar que em Portugal a exclausuração no ano de 1834 é o ponto-chave da afirmação do monumento histórico? É uma questão complexa e como foi visto anteriormente, através da explicação do nascimento do monumento histórico no contexto internacional, o passo na afirmação deste objeto não pode ser lido através de um momento isolado, mas num somatório de diversas ações surgidas ao longo dos tempos, em diversos contextos.

Independentemente da complexidade por detrás do despoletar desta epopeia do monumento histórico em Portugal, certo é que, a partir do século XIX, a questão da conservação no território português torna-se um ponto central, dando-se início a um enriquecedor debate teórico, motivado pela prática das crescentes campanhas de intervenção neste património arquitetónico.

¹ Cf. SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António - **Intimidade e Encanto - O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós**. Leiria: Edições Magno, 1998. ISBN 972-8345-09-7. pp 171

² Cf. MARTINS, Ana Maria Tavares. **Arquiteturas de Cister em Portugal: uma Investigação Patrimonial e Arquitetónica**. In CARREIRAS, José Albuquerque [dir.]. Mosteiros de Cister - História, Arte, Espiritualidade e Património. Tomo I. Leiria: Jorlis, 2013. ISBN 978-989-98209-1-3. pp 188

³ Cf. JORGE, Virgolino Ferreira. **Conservação do Património e Igreja**. In Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa. Série IV, 1º Tomo 2000/02, nº 94. Lisboa: Ramos, Afonso ; Moita Lda. pp 15

⁴ SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António - [op.cit.]. pp 171

⁵ JORGE, Virgolino Ferreira - [op.cit.]. pp 15

⁶ SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António - [op.cit.]. pp 171

⁷ Ibid pp 171

⁸ RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos - e Outros Ensaios**. Lisboa: Edições 70, 2013. ISBN: 978-972-44-1713-4. pp 10

⁹ Ibid pp 14

¹⁰ Ibid pp 17

¹¹ Cf. Ibid pp 29

¹² Cf. Ibid pp 34

¹³ Cf. Ibid pp. 48

¹⁴ Cf. Ibid pp 49

¹⁵ Cf. Ibid pp 58

¹⁶ CHOAY, Françoise - **Alegoria do Património**. Lisboa: Edições 70, 2013. ISBN: 978-972-44-1274-0. pp 26

¹⁷ Ibid pp 27

¹⁸ Ibid pp 36

¹⁹ Ibid pp 37

²⁰ Ibid pp 41

²¹ Cf. Ibid pp 45

²² Ibid pp 51

²³ Ibid pp 54

²⁴ Ibid pp 59

²⁵ Cf. Ibid pp 70

²⁶ Cf. Ibid pp 69

²⁷ Cf. Ibid pp 110

²⁸ Cf. Ibid pp 107

²⁹ Cf. Ibid pp 111

³⁰ Ibid pp 122

³¹ Ibid pp 137

³² Ibid pp 136

³³ Ibid pp 137

³⁴ TOMÉ, Miguel. **Património e Restauro em Portugal: 1920-1995**. 1ª ed. Porto : Faculdade de Arquitetura da UP, 2002. ISBN 972948354X. pp 16



36. Convento de Cós, vista norte, ano de 1967

1946 - Conservação

Apesar dos indícios de decadência, Cós manteve-se como centro histórico da freguesia. (...) A igreja seria classificada, recordemo-lo, como imóvel de interesse público pelo Decreto nº35 443, de 2 de Janeiro de 1946.¹

Cós passaria, a partir da segunda metade do século XX, a pertencer ao grupo do património protegido pela DGEMN, segundo categoria aprovada em decreto no ano de 1931².

Nas intervenções da DGEMN, a postura *racionalista e purista*³ foi, segundo o Prof. Paulo Varela Gomes, indistintamente aplicada tanto nos claustros femininos como masculinos, levando a uma indiferenciação, ou seja, anulação das particularidades dos diferentes espaços. *Os técnicos e teóricos da DGEMN nos anos de 1930 a 1950, no quadro das culturas dominantes na sua época, quiseram transformar os mosteiros de freiras em lugares perspéticos, neutros, sem marcas da sexualidade. Inevitavelmente, acabaram por criar lugares onde se lê, inscrita na lisura das paredes, na rudeza da pedra à vista e na brancura dos rebocos, apenas a marca da sexualidade dominante: a masculina.*⁴ No entanto, Cós não terá sofrido tamanha transformação. O primeiro relatório elaborado, no ano de 1955, sublinhava a necessidade de *medidas de restauro e de salvaguarda imediatas*,⁵ identificando os diferentes pontos a intervir, entre eles, a cobertura da igreja, a parede leste do coro, altares, cadeiral do coro e a reintegração de construções anexas identificadas como pertencentes ao antigo complexo monástico. A resposta da DGEMN, nesse mesmo ano, é, no entanto, tímida, concentrando os seus esforços somente ao nível dos problemas estruturais da igreja e sacristia.

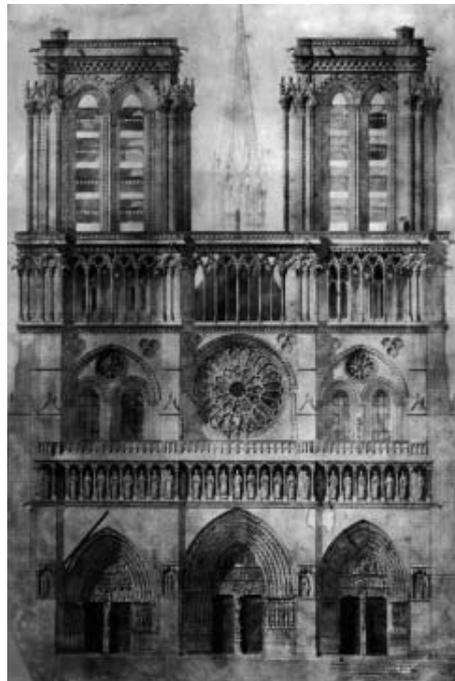
Ao longo dos anos que se seguem registam-se pequenas intervenções com vista à conservação deste património, sem se registar, no entanto, nenhuma iniciativa do Estado com o objetivo da aquisição de parte do imóvel às entidades privadas, que vão dando continuidade à construção de pequenos anexos junto ao monumento. Somente em 1980⁶ se regista a aquisição de uma pequena parcela a nascente do coro, possibilitando a libertação, neste ponto, do corpo da igreja.

Conservação

Segundo a definição corrente, conservação significa *ato de conservar; de manter intacto ou não deixar deteriorar; preservação; estado do que é conservado ou preservado; preparação de um alimento de modo a poder ser guardado sem se deteriorar; RELIGIÃO continuação do ato criador pela qual Deus sustenta o ser das criaturas, removendo as causas que provocariam a sua destruição; (Do latim conservatiōne-, «conservação»).*⁷

O arquiteto italiano Leonardo Benevolo, numa reflexão em torno da prática da *conservação moderna* do património, adianta uma definição. *A conservação, isto é, uma série de obras cujo fim é unicamente consolidar um artefacto, garantir o seu tempo de duração, pôr de lado as alterações inadmissíveis, enfim, poupá-lo às injúrias do tempo subordinando a esse objetivo, ou mesmo eliminando, qualquer uso moderno.*⁸ Por sua vez, esta insere-se num conjunto vasto de ações, das quais se destaca o *restauro*, a *restruturação* e a *reconstrução*. A primeira diz respeito a uma tarefa de consolidação, removendo registos *incompatíveis*, podendo, por outro lado, proceder-se a alterações que respeitem a estrutura original, de modo a *garantir um uso moderno igual ou análogo ao antigo.*⁹ A segunda compreende uma tarefa mais transformadora, *conservando algumas partes, substituindo ou acrescentando outras*¹⁰, permitindo uma utilização plural, que pode coincidir ou não com a função original. A última tarefa diz respeito à materialização de uma réplica, geral ou parcial de um objeto, com o objetivo final da *conservação, restauro ou a restruturação do conjunto de que o artefacto faz parte.*¹¹ A elaboração destas tarefas de conservação, singulares ou combinadas, inscrevem-se numa ação geral apelidada de *manutenção: o cuidado quotidiano do Homem pelo seu ambiente de vida.*¹²

Neste momento do trabalho, segue-se a apresentação das diferentes teorias de conservação, segundo um grupo específico de autores, repartidos ao longo da história, desde Viollet-Le-Duc, com os primeiros ensaios teóricos sobre a temática da intervenção do património, até ao caso mais recentes de Cesare Brandi.



37. Desenho de Notre Dame, Viollet-le-Duc, 1848

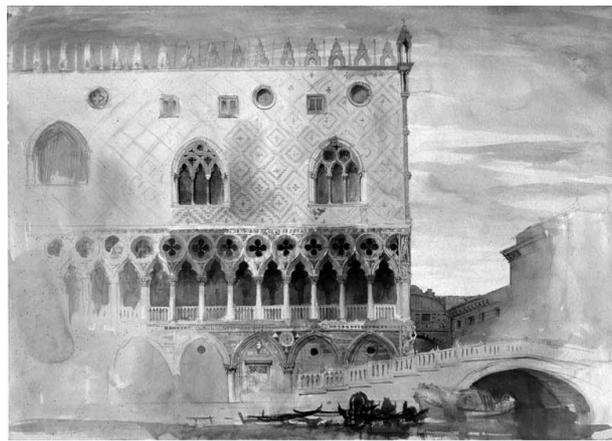
Viollet-le-Duc, 1814-1879

*Restaurar um edifício é restabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido num dado momento.*¹³

Viollet-le-Duc na sua tarefa restauradora, mais do que procurar restituir o passado, procurava antes encontrar no monumento histórico a base de inspiração para a projeção do futuro. *Viollet-le-Duc sente nostalgia pelo futuro e não pelo passado. Esta obsessão explica o endurecimento progressivo da sua atitude restauradora (...).*¹⁴ Consequentemente, esta atitude revela-se também nos mecanismos arquitetónicos da elaboração da tarefa de restauro, *Viollet-le-Duc entendia duplamente a sua atividade como restaurador: por um lado, como uma forma de conhecer profundamente as qualidades formais e construtivas da arquitetura gótica (...), por outro, como território de exploração de novas tecnologias.*¹⁵

O restauro defendido por Viollet-le-Duc, ou *restauro estilístico*, não só procura restabelecer o seu símbolo, a imagem, mas também o seu significado, a sua função, enquanto obra de arquitetura, com permanência na cidade contemporânea. *O restauro estilístico, enquanto solução de natureza filológica para os problemas de projeto, permitiu a Viollet-le-Duc resolver formalmente uma questão que sempre considerou primordial: a imprescindibilidade da reutilização funcional dos monumentos, atribuindo-lhes utilizações concretas enquanto arquiteturas.*¹⁶

A definição de restauro dada por Viollet-le-Duc, no séc XIX¹⁷, vai ser a postura que mais impacto teve na Europa, sendo ainda utilizada no decorrer do séc. XX. Em França, como em diversos países europeus, as ondas nacionalistas, com as *unidades de estilo*¹⁸, bem como a necessidade de uma resposta breve às reconstruções de grande parte das cidades destruídas no decorrer das grandes guerras, encontraram nesta definição a sua base de trabalho. *A doutrina restauracionista francesa foi, sobretudo através de Viollet-le-Duc, muito rapidamente propagada, tornando-se um axioma de maior impacto em toda a Europa.*¹⁹



38. Desenho do Palácio Ducal, Veneza, John Ruskin, 1845

John Ruskin, 1819-1900

*Take proper care of your monuments, and you will not need to restore them.*²⁰

O restauro defendido por Ruskin, e grandemente apoiado por Morris, vai ser o conceito opositor à teoria de Violle-le-Duc. A postura de Ruskin condena o ato de restauro, enquanto ação de interrupção da vida do monumento histórico. O restauro defendido por este é um não-restauro, por outras palavras, conservação. *A maior e mais profunda contribuição de Ruskin foi a sustentação ideológica da conservação como metodologia de preservação patrimonial alternativa ao restauro.*²¹

A postura da vanguarda britânica na viragem do séc. XIX-XX, enquadra-se no espírito romantista da época. Por sua vez, esta revela-se na dimensão espiritual dos monumentos. Para este grupo, a passagem do tempo no decorrer da vida de um monumento era uma inevitabilidade, perante a qual o homem não dispunha dos meios para o contrariar. *Restoration, so called, is the worst matter of Destruction. (...) Do not let us deceive ourselves in this important matter; it is impossible, as impossible as to raise the dead, to restore anything that has ever been great or beautiful in architecture.*²²

Embora admitindo a possibilidade de intervenção pontual no corpo do monumento, as propostas de Ruskin e Morris, mais do que constituírem uma visão formal nos métodos restauracionistas, permitem desvendar a complexidade da dimensão sentimental intrínseca a estes objetos, ou o valor de antiguidade, segundo Riegl. *As suas reflexões constituem uma abordagem ideológica na qual coexistem aspetos profundamente idealistas e por vezes fatalistas, visíveis, por exemplo, na apologia da passividade e de não-intervenção no monumento, ideias muito próximas das posições de sensibilidade do ruinismo.*²³

No confronto com as posições defendidas por Viollet-le-Duc, a diferença estará na leitura da linha temporal. *Esse passado que, segundo Ruskin e Morris, nos incumbe de o conservarmos vivo, morreu sem apelo. A atitude de Viollet-le-Duc restaurador explica-se pela via da constatação deste falecimento.*²⁴



39. Porta Ticinese, Milão: restauro de Camillo Boito, 1861

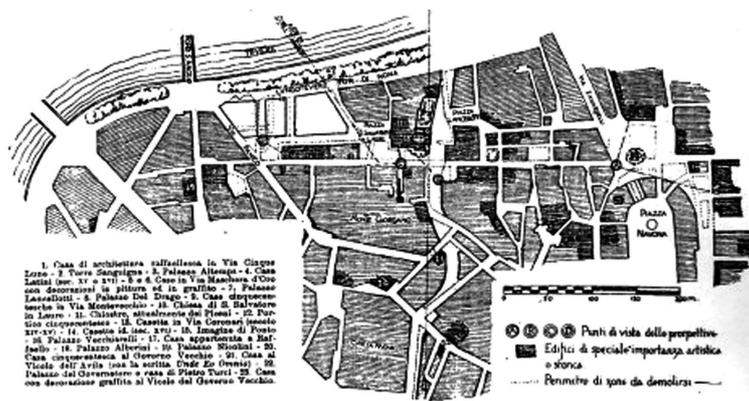
Camillo Boito, 1835 - 1914

Violle-te-Duc e Ruskin encontram-se, assim, como os pioneiros no debate moderno em torno do restauro dos monumentos. As suas posições, embora em grande parte dissonantes, não significa que sejam impossíveis de conciliar, e a teoria de Camillo Boito é prova disso. A sua formação multidisciplinar²⁵ vai-lhe possibilitar o diálogo entre diferentes áreas da realidade da ação de restauro.

A face violetiana de Boito, leva-o a defender a importância da reutilização dos monumentos históricos enquanto objetos arquitetónicos em contexto contemporâneo. *Camilo Boito, como Viollet-le-Duc e ao contrário de Ruskin, acreditava na importância da reutilização para a salvaguarda dos Monumentos.*²⁶ Por outro lado, admite também, a possibilidade de restauro dos monumentos, *praticado senão in extremis, quando todos os outros meios de salvaguarda (...) falharam.*²⁷

Do outro lado da moeda, a face ruskiana de Boito, é ilustrada pela sensibilidade face à noção de autenticidade²⁸ presente no monumento histórico, conceitos implícitos na *patine* descrita pelos ingleses, a qual não é possível de copiar, defendendo, por isso, a utilização de diferentes materiais, demarcando a diferença de tempos. Um outro fator destas influências românticas, é ainda a noção de conservação como estratégia que anula a necessidade de restauro. *[Boito] defendeu, como Ruskin, que a conservação, mais adequada de um monumento se conseguia através de uma cuidadosa manutenção, evitando sempre mais destrutivas operações de restauro.*²⁹

Em suma, a contribuição de Boito, representa um pioneiro contributo, para o aprofundamento das bases da nova disciplina do restauro. *Os conceitos de autenticidade, de hierarquia de intervenções e de estilos restaurador permitiram a Boito estabelecer os fundamentos críticos do restauro enquanto disciplina.*³⁰ Uma disciplina que procura, na sua base, a preservação da autenticidade histórica do monumento, *Camilo Boito, sem negar a importância do valor artístico, destacou o valor primordial do monumento enquanto testemunho e documento histórico.*³¹



40. Plano de Diradamento, Roma, da autoria de Gustavo Giovannoni, 1913

Gustavo Giovannoni, 1873-1947

Gustavo Giovannoni surge na discussão do tema do restauro como defensor das premissas propagandeadas pelo seu conterrâneo, Camillo Boito. No entanto a sua contribuição não será registada tanto ao nível da metodologia circunscrita ao objeto do monumento histórico em si, mas, e numa outra escala, à sua envolvente urbana.

O olhar em torno do património urbano já tinha sido anteriormente direcionado por Ruskin. O Inglês, contrapondo as vicissitudes características das cidades industriais, e mergulhado no espírito do romantismo, encontra nos antigos aglomerados urbanos, no conjunto das *arquitecturas vernaculares*, um lugar de *garantia da nossa identidade, pessoal, local, nacional, humana*.³² Por sua vez, este tema seria ainda mais tarde estudado por Sitte, que vai ver no espaço da cidade antiga lugar de *prazeres estético*³³, não verificados na cidade industrial. *Gustavo Giovannoni é, juntamente com Ruskin e Sitte, um dos pioneiros da invenção e consolidação metodológica do conceito de “conservação do património urbano”*.³⁴

Giovannoni, no entanto, isola-se na discussão do património urbano, destacando um corpo de procedimentos a optar para a sua preservação, sendo estes fortemente influenciados por Boito. Deste conjunto de premissas, o autor reforça a implicação da destruição deste património, sublinhando, paralelamente, os laços que ligam monumento histórico e monumento urbano. *É por isso que isolar ou “libertar” um monumento acaba por significar, a maior parte das vezes, mutilá-lo. As imediações do monumento estão envolvidas com ele numa relação essencial*.³⁵

Do ponto de vista da conservação urbana, Giovannoni esclarece o conceito de *diridamento*, como método de proteção deste património: (...) *diridamento, que evoca o desbaste de uma floresta ou de uma sementeira demasiado densa, para designar as operações que servem para eliminar todas as construções parasitas, acidentais, supérfluas*(...).³⁶



41. Reintegração de lacunas, Leone di Pietra, Roma

Cesare Brandi, 1906-1988

*(...) o restauro constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consciência física e na sua dupla polaridade estética e histórica, com vista à sua transmissão para o futuro.*³⁷

A noção de restauro dada por Brandi, consiste numa das últimas contribuições para esta disciplina e que permanece na atualidade como referência. O autor defende uma leitura que se opõe aos seus antecessores pelo afastamento em relação ao peso do papel histórico do monumento, em oposição ao papel estético da imagem. *O essencial da crítica de Brandi (e também de Pane) às anteriores teorias de conservação centrou-se na sobrevalorização dos aspetos históricos relativamente aos aspetos artísticos, presente, por exemplo, nas teses de Giovannoni e nos documentos doutrinários da década de 30.*³⁸

A ação de restauro defendida por Brandi, tem início no processo intelectual de análise do monumento histórico. Nesta análise serão estudados as diferentes partes constituintes da obra de arte, contrapondo *estrutura e aspeto* ou *matéria e imagem*, com o objetivo de uma correta delimitação da estratégia de intervenção. Na execução prática da tarefa de restauro, o autor define dois princípios base que orientam este processo de intervenção. O primeiro, referente ao corpo do objeto, *só se restaura a matéria da obra de arte.*³⁹ O segundo, referente ao símbolo, *o restauro deve visar o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isto seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem apagar nenhum sinal da passagem da obra de arte no tempo.*⁴⁰

Dentro da dimensão específica da disciplina da arquitetura, no que toca à função do monumento histórico, Brandi esclarece que, uma vez sendo este uma *obra de arte*, a função não representa um papel de relevo no seu *corpus*. Por outro lado, refere, também, e à semelhança das teorias antecedentes, a importância do lugar na matéria da obra de arte, *(...) numa obra de arquitetura com exterior, a dimensão interior-exterior exige a conservação do espaço ambiente no qual o monumento foi construído.*⁴¹

Convenções Internacionais - Atenas, Veneza e Cracóvia

O conjunto das ideologias anteriormente expostas exerceram, ao longo do tempo, um papel determinante na redação das diferentes Cartas das Conferências Internacionais de Restauro. Estes encontros que juntam autores de diversas nacionalidades e provenientes de distintas áreas de estudo, visam a elaboração de estratégias comuns para a conservação dos monumentos e de todo o património construído.

A primeira Carta elaborada neste âmbito, a *Carta de Atenas*, data de 30 de Outubro de 1931⁴². Neste relatório estabeleceram-se os *princípios e critérios aplicáveis à conservação do património, os quais iriam constituir a base de diferentes legislações nacionais europeias do património arquitetónico*.⁴³ Embora fazendo referência aos *cuidados particulares*⁴⁴ a *ter na vizinhança de monumentos antigos*⁴⁵, a dimensão de património urbano defendida já na altura por Giovannoni nas suas diversas publicações, não surge aqui englobada, prevalecendo a leitura do monumento histórico enquanto objeto individual, disposto na cidade, *corrente ideológico-monumentalista*, segundo Joaquim Flores, *materializada na “libertação” dos edifícios de exceção*,⁴⁶

A desvalorização do património urbano é também reforçada pela posterior publicação de uma outra Carta de Atenas, no âmbito do encontro dos CIAM, na mesma cidade de Atenas, onde na dimensão urbana prevalecem as preocupações higienistas, no seu confronto com o património histórico. *Embora no documento [Carta de Atenas - CIAM] se reconhecesse a importância cultural dos testemunhos do passado, Le Corbusier entendia que a sua salvaguarda era válida somente se não “implicar o sacrifício de populações mantidas em condições insalubres”, acrescentando que “em caso algum o culto da história e do pitoresco deverá sobrepor-se à salubridade do alojamento”*.⁴⁷

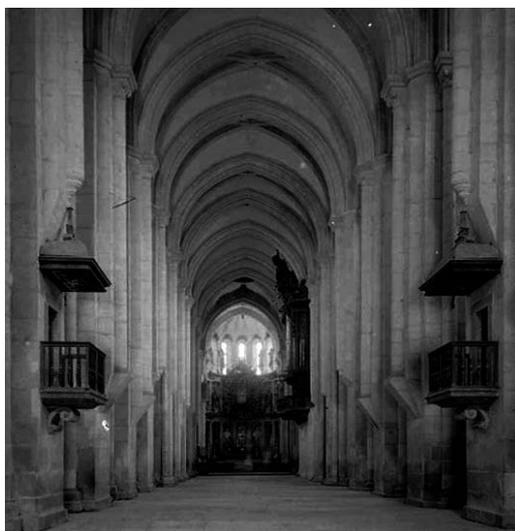
No âmbito da disciplina da reconstrução, (...) a *Carta de Atenas* marca o termo da fase de maior influência do restauro estilístico, evoluindo-se, a partir da sua elaboração, no sentido da conservação estrita.⁴⁸

Do segundo congresso, realizado entre 25 e 31 de Maio de 1964, nasce a *Carta de Veneza, sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios*. Contrariamente ao seu antecessor, este relatório ultrapassou o contexto geográfico europeu, refletindo-se numa série de legislações nacionais, mantendo-se, nos tempos que correm, como um documento de referência.⁴⁹

Do ponto de vista do conceito de monumento histórico, a Carta de Veneza *engloba a criação arquitetónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural.*⁵⁰ Assiste-se aqui ao expandir do conceito de monumento e a uma confirmação das teorias de Giovannoni, também já sublinhadas, posteriormente, por Brandi. Este último autor e a sua teoria representam, na elaboração deste documento, uma das maiores influências.⁵¹

O monumento histórico surge aqui numa nova posição, superando-se no diálogo com as novas realidades. Do ponto de vista da utilização, no confronto com o monumento, é o programa que se deve adaptar às possibilidades por este definidas. De igual modo, prevalece e distingue-se o património da nova intervenção, (...) *a intervenção nova deve manter-se higiénica e claramente diferente da antiga e ajudando a esclarecê-la, deve mostrar-se e mostrá-la.*⁵² Este momento, ao qual Choay atribui como a *fronteira simbólica da consagração do monumento histórico*⁵³, surge inserido numa manifestação social assumidamente *pós-moderna*. Recorrendo ao filósofo francês Gilles Lipovetsky, Joaquim Flores esclarece, *o interesse pelas estruturas arquitetónicas antigas insere-se assim num movimento global da sociedade.*⁵⁴

Mais recentemente, no ano de 2000, foi realizada a Carta de Cracóvia. Fortemente influenciada pela sua antecessora, distingue-se, no entanto, pelo reforço do significado do património paisagístico e urbano, e sobretudo pela *consideração do turismo cultural como um risco* (...).⁵⁵



42. Nave central do mosteiro de Alcobaça, antes e depois da intervenção da DGEMN, séc. XIX

Conservação em Portugal, DGEMN

Em Portugal, por Decreto nº16 791 de 30 de Abril de 1929, foi criado a DGEMN, com o propósito de *reunir os serviços de obras de edifícios e monumentos nacionais*.⁵⁶ Do trabalho orientado pela Direcção-Geral, destacam-se as fortes componentes ideológica e política das suas intervenções. A *unidade de estilo*, tão requisitada nas diversas campanhas, levou muitas vezes a uma *manipulação* da imagem dos monumentos, procurando-se um *restauro estilístico*, dentro dos desejos formais *violletianos*.

No entanto, na década de 1940, ouvem-se já algumas críticas à atuação da DGEMN. O arquiteto Raúl Lino surge em defesa da conservação dos monumentos em contraposição à postura restauracionista adotada no património português. Uma posição *que se encontrava ancorada em princípios românticos de influência anglo-saxónica (como o denuncia a frequente citação ou referência a textos de Ruskin), (...)*.⁵⁷ Apesar disso, as alterações na prática desta instituição seriam verificadas só mais tarde, já após o lançamento da Carta de Veneza e no período de renovação dos quadros da instituição: *a abertura progressiva à evolução dos conceitos e critérios fixados internacionalmente no domínio da salvaguarda do património construído, a par de uma mobilização interna dos serviços, que contava com um grupo dinâmico de arquitetos dirigentes, no contacto com áreas do saber de Arqueologia e História de Arte permitiram uma modernização de filosofias de atuação*.⁵⁸ Uma *filosofia de atuação* que teve, mais tarde, também a seu favor a alteração de regime político verificada em 1974.

Paralelamente à evolução das metodologias de intervenção no património português, cresce a consciencialização da valorização do monumento histórico na cidade contemporânea: *a partir dos anos 50, a temática da intervenção patrimonial englobou o difícil problema da utilização referido aos valores de uso e aos valores turístico-económicos*.⁵⁹ Segundo Choay, este último valor foi *induzido pelo desenvolvimento da indústria cultural e de que Riegl não tinha podido prever a emergência*.⁶⁰

¹ SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António - **Intimidade e Encanto - O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós**. Leiria: Edições Magno, 1998. ISBN 972-8345-09-7. pp 172

² Cf. TOMÉ, Miguel. **Património e Restauro em Portugal: 1920-1995**. 1ª ed. Porto : Faculdade de Arquitetura da UP, 2002. ISBN 972948354X. pp 126

³ Cf. FIGUEIRA, Jorge. **Do Românico ao Minimalismo: os Caminhos da Intervenção Patrimonial em Portugal**. In RP - Revista Património. Lisboa: DGPC, Novembro 2012, nº1. ISSN: 2182-9330. pp 18

⁴ GOMES, Paulo Varela. **Arquitetura de Mulheres, Mundo de Homens: Intervenções da DGEMN em Mosteiros Femininos Extintos, 1930-50**. In ALÇADA, Margarida; GRILO, Maria Inácia Teles [coord.]. Caminhos do património: DGEMN 1929 - 1999. Lisboa: D.G.E.M.N. Livros Horizonte, D.L. 1999. ISBN 9729763828. pp 98

⁵ Cf. SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António - [op.cit.]. pp 173

⁶ Cf. Ibid pp 176

⁷ conservação In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consult. 2014-09-29].Disponível em <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/conserva%C3%A7ao>

⁸ BENEVOLO, Leonardo. **A Cidade e o Arquitecto**. Lisboa: Edições 70, 2007. ISBN: 972-44-0107-3. pp 144

⁹ Cf. Ibid pp 144

¹⁰ Cf. Ibid pp 144

¹¹ Cf. Ibid pp 144

¹² Cf. Ibid pp 144

¹³ CHOAY, Françoise. **Alegoria do Património**. Lisboa: Edições 70, 2013. ISBN: 978-972-44-1274-0. pp 160

¹⁴ Ibid pp 162

¹⁵ TOMÉ, Miguel - [op.cit.]. pp 24

¹⁶ AGUIAR, José. **Cor e Cidade Histórica - Estudos Cromáticos e Conservação do Património**. 1ª ed. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade, 2002. ISBN 9729483477. pp 41

¹⁷ Cf. Ibid pp 40

¹⁸ Cf. Ibid pp 41

¹⁹ Ibid pp 42

²⁰ RUSKIN, John Apud AGUIAR, José. - [op.cit.]. pp 43

-
- ²¹ AGUIAR, José. - [op.cit.]. pp 44
- ²² RUSKIN, John Apud AGUIAR, José. - [op.cit.]. pp 43
- ²³ AGUIAR, José. - [op.cit.]. pp 44
- ²⁴ CHOAY, Françoise - [op.cit.]. pp 162
- ²⁵ Ibid pp 167
- ²⁶ AGUIAR, José - [op.cit.]. pp 46
- ²⁷ CHOAY, Françoise - [op.cit.]. pp 168
- ²⁸ Cf. Ibid pp 168
- ²⁹ AGUIAR, José - [op.cit.]. pp 47
- ³⁰ CHOAY, Françoise - [op.cit.]. pp 169
- ³¹ AGUIAR, José - [op.cit.]. pp 46
- ³² Cf. CHOAY, Françoise - [op.cit.]. pp 195
- ³³ Cf. Ibid pp 197
- ³⁴ AGUIAR, José - [op.cit.]. pp.50
- ³⁵ GIOVANNONI, Gustavo Apud CHOAY, Françoise - [op.cit.]. pp 211
- ³⁶ Ibid pp 211
- ³⁷ BRANDI, Cesare. **Teoria do Restauro**. Alfragide: Edições Orion, 2006, 1º edição. ISBN: 972-8620-08-X. pp 4
- ³⁸ AGUIAR, José - [op.cit.]. pp 57
- ³⁹ BRANDI, Cesare - [op.cit.]. pp 5
- ⁴⁰ Ibid pp 4
- ⁴¹ Ibid pp 92
- ⁴² Cf. **Carta de Atenas, 1931**. [Consultado em 02 de Maio de 2014] Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>
- ⁴³ AGUIAR, José - [op.cit.]. pp 51
- ⁴⁴ Cf. **Carta de Atenas, 1931**. [Consultado em 02 de Maio de 2014] Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>. Ponto III
- ⁴⁵ Cf. **Carta de Atenas, 1931**. [Consultado em 02 de Maio de 2014] Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>. Ponto III

-
- ⁴⁶ FLORES, Joaquim de Moura. **“Património”. Do Monumento ao Território.** In COUCEIRO, João [coord.]. Urbanidade e património. Lisboa: IGAPHE URBE, D.L. 1998. pp 14
- ⁴⁷ TOMÉ, Miguel - [op.cit.]. pp 89
- ⁴⁸ AGUIAR, José - [op.cit.]. pp 52
- ⁴⁹ Cf. Ibid pp 65
- ⁵⁰ **Carta de Veneza, 1964.** [Consultado em 02 de Maio de 2014] Disponível em: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>. Artigo 1º
- ⁵¹ Cf. AGUIAR, José - [op.cit.]. pp 57
- ⁵² Cf. COSTA, Alexandre Alves. **O Património Entre a Aposta Arriscada e a Confluência Nascida da Intimidade.** In Jornal dos Arquitetos, nº213, setembro 2003, pp. 7-13. Lisboa: Ordem dos Arquitetos. pp 9
- ⁵³ Cf. CHOAY, Françoise - [op.cit.]. pp 135
- ⁵⁴ FLORES, Joaquim de Moura. **“Património”. Do Monumento ao Território.** In COUCEIRO, João [coord.]. Urbanidade e património. Lisboa: IGAPHE URBE, D.L. 1998. pp 15
- ⁵⁵ COSTA, Alexandre Alves - [op.cit.]. pp 10
- ⁵⁶ Cf. NETO, Maria João. **A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitetónico em Portugal, 1929-1999.** In ALÇADA, Margarida; GRILO, Maria Inácia Teles [coord.]. Caminhos do património: DGEMN 1929 - 1999. Lisboa: D.G.E.M.N. Livros Horizonte, D.L. 1999. ISBN 9729763828. pp 23
- ⁵⁷ TOMÉ, Miguel - [op.cit.]. pp 132
- ⁵⁸ NETO, Maria João - [op.cit.]. pp 38
- ⁵⁹ TOMÉ, Miguel - [op.cit.]. pp 209
- ⁶⁰ CHOAY, Françoise - [op.cit.]. pp 251

2012 - INTERVENÇÃO PROGRAMA PRELIMINAR



43. Corredor do antigo dormitório do convento de Santa Maria de Cós, ano de 2012

2012 - Intervenção Programa Preliminar

*Na sequência da aquisição, para propriedade pública, de parte do antigo espaço conventual, a Câmara Municipal de Alcobaça pretende efetuar a sua valorização. Pretende também que a área de intervenção seja dotada de várias valências relacionadas com o conhecimento histórico do convento e com a sua promoção turística.*¹ No ano de 2012, é elaborado pela Câmara Municipal de Alcobaça o Programa Preliminar de intervenção no mosteiro de Cós.

A vontade de rentabilização das estruturas do património, aliada à recusa dos historicismos das vanguardas da arquitetura, já em finais do séc. XX, veio possibilitar uma revisão do papel da história enquanto matéria da arquitetura, *a modernidade não é senão a capacidade de viver com o mundo, e logo com o passado, para produzir o novo.*² É neste contexto que, em *Santa Marinha da Costa*, o arquiteto Fernando Távora esclarece a história³ e projeta o futuro, numa intervenção que faz *Juris Prudentia*⁴ ao caso da reconstrução do património português e que se vai estender até à contemporaneidade.

O Programa de Intervenção de Cós, estrutura-se em três fases distintas, respetivamente: *Demolições, Estudos Arqueológicos e Intervenção ao nível do edificado, (...) designadamente na “Ala das Celas” (...)*⁵. O primeiro ponto, pretende a *remoção dos elementos arquitetónicos dissonantes*⁶. O segundo ponto, tem como objetivo o *reconhecimento arqueológico das áreas funcionais do convento, incluindo a área da estrada Cós/Castanheira (...) e subsequente definição de um percurso interpretativo para visita pública.*⁷

Por último, a intervenção com vista à *reutilização sob a forma de espaço de atendimento ao público, espaço museológico e de eventos, espaço de venda de produtos locais certificados e de produções alusivas à região, pequena unidade de alojamento, entre outras possibilidades (...)*⁸ São referidas ainda, a *Regeneração dos arruamentos mais próximos do convento, a construção de uma alternativa nos eixos Póvoa/Cós/Castanheira e o Reajustamento do estacionamento.*⁹



44. Pousada de Santa Marinha da Costa, 1985, Arq. Fernando Távora

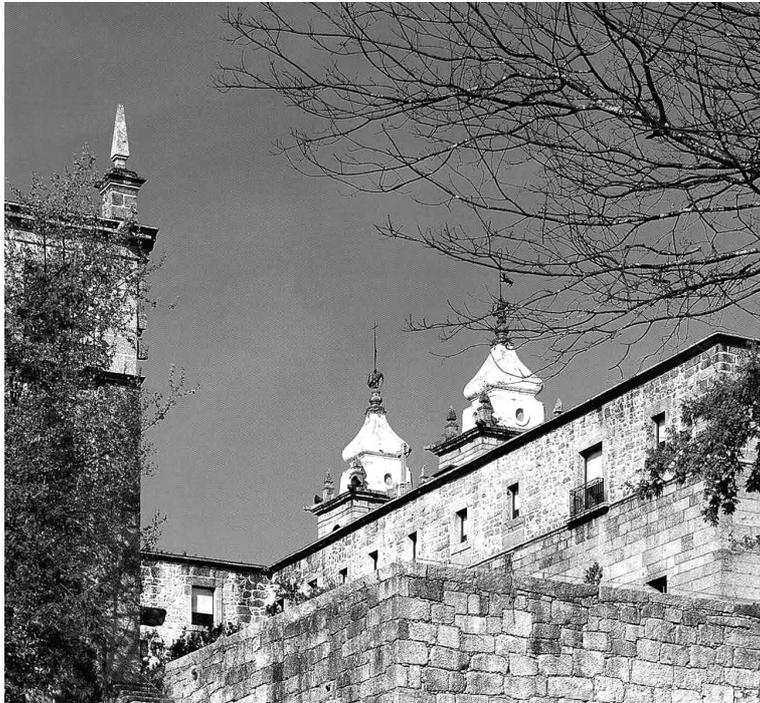
Intervenção no Património

Em 2003, o Professor Alves Costa afirmara que *nos edifícios, nas cidades ou no território sempre humanizado, a arquitetura dos próximos anos será marcada pela prática da recuperação.*¹⁰ Com efeito, o panorama atual atesta a veracidade desta afirmação.

A análise da geografia e arqueologia urbana portuguesa atestam a permanência de um tecido histórico no seu território habitado. No que respeita à disciplina da arquitetura, esta encontra-se agora perante uma nova geografia, onde o património surge como caracterizador do *genius loci* da nova construção. No diálogo entre os diferentes momentos, os novos autores apontam o mais variado leque de influências, que facilmente se podem dividir entre os antónimos Viollet-le-Duc e John Ruskin, ou ainda num misto de influências, destacando-se em certos momentos do projeto, ideologias, crenças, ou simplesmente caprichos, que conduzem ao resultado final que é a obra de arquitetura.

No caso específico português, desde as intervenções pioneiras no património edificado até às mais recentes obras de recuperação, este caracteriza-se por uma atitude que privilegia, segundo o Professor Jorge Figueira, a *performance da arquitetura*¹¹ em oposição ao *rigor filológico*¹² ou *autenticidade*¹³. É neste espírito que se englobam os casos de estudo referidos nas páginas seguintes, respetivamente, Santa Maria do Bouro, Santa Maria de Alcobaça, São Mamede de Lorvão e São João de Tarouca.

O estudo do conjunto das diferentes intervenções procurou, por um lado, reunir exemplos inseridos na homogeneidade da paisagem histórica cisterciense, e por outro, confirmar a heterogeneidade de posturas adotadas na relação com este património. O enquadramento histórico elaborado no início de cada um dos casos de estudo permite a compreensão da complexidade da matéria em questão. No encerramento desta análise, o balanço das diferentes intervenções faz-se sobre a forma de uma proposta de programa de intervenção no Convento de Santa Maria de Cós.



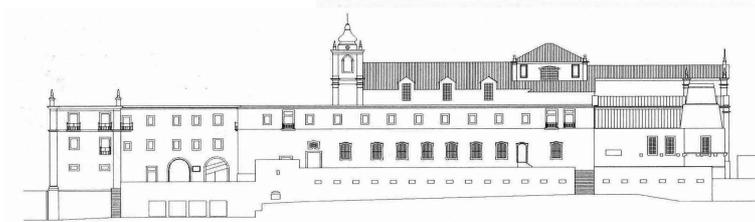
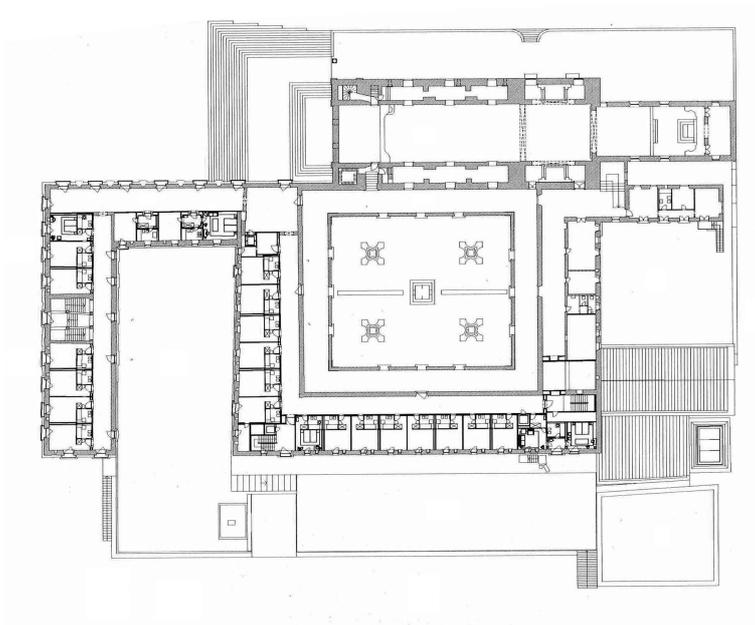
45. Pousada de Santa Maria do Bouro, 1997, Arq. Souto de Moura

Santa Maria do Bouro, A Pousada 1989 - 1997

O *Mosteiro de Santa Maria do Bouro* localiza-se no concelho de Amares, distrito de Braga. Data de 1148 a doação do couto pela mão de D.Afonso Henriques aos monges, originalmente da ordem beneditina, que só, posteriormente, no ano de 1195 passaria para o controlo do capítulo de São Bernardo, com a invocação de Nossa Senhora da Assunção.¹⁴

As referências à existência do mosteiro só são verificadas em 1208, nas atas do Capítulo Geral de Cister, embora em documento da chancelaria de D. Afonso Henriques, do século precedente, apareça já referência a uma pequena ermida existente no local, construída pelos monges beneditinos. O percurso sinuoso da vida do complexo monástico cisterciense de Santa Maria do Bouro, é mais um testemunho da complexidade da vida destas estruturas religiosas. Com efeito, no séc. XV atinge um dos seus pontos altos, abrangendo *cerca de vinte a vinte e cinco monges*¹⁵, passando, contrariamente, ainda no mesmo século *a uma fase de decadência*¹⁶, atingindo no início do séc. VI o estado de ruína¹⁷. Até este ponto a forma do convento permanecia caracterizada na sua maioria pela estrutura medieval. O ponto de viragem na forma do convento seria verificado mais tarde: *em finais do século XVI e inícios do século XVII foi praticamente todo reconstruído, seguindo-se amplas remodelações e ampliações ao longo dos séculos XVII e XVIII, época de que data a maior parte do edifício atual.*¹⁸

O ano de 1834 é o momento de quebra, ao qual se segue a aquisição da igreja como paróquia local e a venda a entidades privadas do restante complexo monástico. Santa Maria do Bouro seria seguidamente classificada como Imóvel de Interesse Público em 1958, passando, em 1980, para a tutela do Estado, que por sua vez atribuiu a gestão à ENATUR - Empresa Nacional de Turismo, S.A.¹⁹, esta última, responsável pelo projeto de adaptação a pousada. Como relata o autor Miguel Tomé, *antes da intervenção, o edifício encontrava-se em adiantado estado de degradação e totalmente abandonado, mantendo ainda a cerca e apresentando uma relativa integridade da envolvente.*²⁰



46. Planta e alçado da pousada de Santa Maria do Bouro, 1997, Arq. Souto de Moura

O projeto de adaptação do Mosteiro de Santa Maria do Bouro a pousada, 1989-1997, da autoria do arq. Eduardo Souto de Moura, segue o programa delimitado pela entidade responsável, que comportou, previamente ao início das obras de readaptação, nos anos 1994-1995,²¹ o estudo arqueológico do mesmo monumento.

Segundo Souto de Moura, *o projeto tenta adaptar, ou melhor, servir-se das pedras disponíveis para construir um novo edifício.*²² De facto, a obra de readaptação caracteriza-se pela manutenção de elementos existentes, permanecendo intacta a forma do convento na sua volumetria geral. O processo de transformação mais acentuado é verificado no seu interior, nomeadamente na zona dos quartos, construindo-se uma nova estrutura dando resposta às exigências contemporâneas, se bem que seguindo a métrica anteriormente existente das celas do cenóbio cisterciense. Uma nova construção é verificada ao nível do piso inferior, onde é construído, sob a forma de embasamento, zonas de serviço, que maior esforço exigiriam na sua integração no antigo corpo. Como refere o arquiteto, *para o projeto as ruínas são mais importantes do que o “convento” propriamente dito, já que são material disponível, aberto, manipulável.*²³ A ruína, que aqui é mencionada pelo arquiteto como objeto de trabalho, mas que representou, também, um fim em si mesmo, como refere Miguel Tomé, *foi a intenção de manter a imagem geral da ruína que determinou a reconstrução do volume, pela consolidação das paredes exteriores e pela construção de coberturas planas, recusando a recuperação dos telhados tradicionais.*²⁴

Uma imagem que é procurada pelo autor e que tem a sua orientação na postura defendida por Viollet, no *valor de uso*, pese embora a veia romancista das teorias ruskianas na aparente apologia do *valor de antiguidade*²⁵ do monumento. O Professor Jorge Figueira esclarece, *E mesmo quando as intervenções apelam a um “silêncio” climático, que parece traduzir a impossibilidade do restauro, como é evidente no caso do Convento de Santa Maria do Bouro (1989-1997) de Eduardo Souto de Moura, estamos perante a manipulação engenhosa das qualidades da preexistência mais do que na desistência que nos conduz à ruína.*²⁶



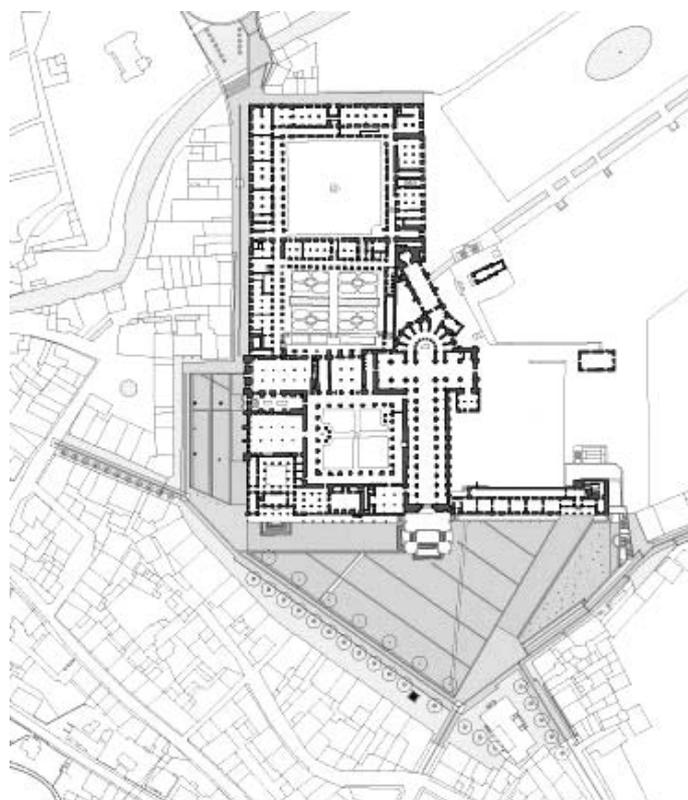
47. Requalificação da zona envolvente ao mosteiro de Alcobaça, 2005,
Arq. Gonçalo Byrne e Arq. Falcão Campos

Santa Maria de Alcobaça, O Terreiro 2003 - 2005

O mosteiro de Santa Maria de Alcobaça localiza-se na cidade com o mesmo nome, no distrito de Leiria. Data de 1153²⁷ a doação dos coutos de Alcobaça por ordem de D. Afonso Henriques a São Bernardo de Claraval, segundo a lenda, em cumprimento da promessa feita pelo rei ao abade cisterciense.²⁸

Em 1178, dá-se início às obras de construção da abadia, começando-se pela construção do corpo da igreja.²⁹ Só mais tarde, no ano de 1223, é que os monges se mudam para a recente abadia, que viria a consagrar a igreja no ano de 1252³⁰, ainda que esta não se encontre totalmente concluída. Diversas são as intervenções levadas a cabo neste complexo, datando do ano de 1308, a construção do Claustro D. Dinis, ao qual só mais tarde no séc. XVI seria acrescentado o segundo piso. Este acrescento integra-se num conjunto de campanhas de *modernização*³¹ do complexo, por ordem de D. Manuel I, no qual se destaca João de Castilho *mestre de obras*³² e que irá aqui ser responsável pela construção da Sacristia Nova e da Livraria, entre outros. No seguimento do papel preconizado pelo seu pai, o infante D. Afonso concebe alterações à estrutura do mosteiro, destacando-se em 1530 a alteração da cerca do complexo, tornando a fachada da igreja virada para a via pública.³³ Os novos claustros, localizados a nascente, seriam executados mais tarde, por ordem de D. Henrique e pelo traço de Miguel de Arruda³⁴, prolongando-se a sua construção desde o séc. XVI até ao XVIII.³⁵ A fachada principal viria a ser desenhada já dentro do espírito barroco, nos séculos XVII e XVIII. Por fim, destaca-se a construção da Biblioteca³⁶, construída já após o terramoto, e o Panteão Régio, da autoria de William Elsdon.³⁷

Com a abertura das portas do mosteiro em 1834, o monumento viria a ser reutilizado pelos mais diversos programas, tais como: Câmara Municipal, Tribunal, Prisão, Escola, Banco, Teatro, Instituição Militar, Asilo, Residências Particulares e Biblioteca Municipal.³⁸ Em 1928, dá-se início a um vasto conjunto de campanhas de restauro, passando pela DGEMN, pelo IPPAR e culminando na intervenção do Prof. Gonçalo Byrne e Arq. Falcão Campos.



48. Planta de requalificação da zona envolvente ao mosteiro de Alcobaca, 2005, Arq. Gonçalo Byrne e Arq. Falcão Campos

A intervenção levada a cabo no *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça* pela equipa de arquitetos liderada por Gonçalo Byrne contemplou diferentes programas e espaços do complexo monástico. Esta campanha iniciou-se no ano 1994³⁹ pelo desenho da *senalização de percurso de visita, equipamento de apoio às vendas, nova loja do IPPAR*, na área medieval e, posteriormente, pela *intervenção na ala sul delimitada ao rés-do-chão e ao troço sul do primeiro andar*⁴⁰, concluindo-se em 2005⁴¹ pela *Requalificação da Zona Envolvente ao Mosteiro de Alcobaça*.

Segundo os arquitetos Byrne e Falcão Campos, *a Requalificação da zona envolvente à Abadia de Santa Maria de Alcobaça procura recuperar a relação de complementaridade entre a cidade e abadia, reaproximando ambas na zona envolvente ao monumento, e propondo concretizá-la no seu monumental terreiro*.⁴² Os espaços circunscritos ao Mosteiro, nomeadamente o espaço do Rossio, como referem os Professores Duarte Krüger e Cidália da Silva, sofreram, desde 1826 até 1998, um avanço que abandona o espaço *coeso*⁴³ em detrimento de um espaço *fragmentado*⁴⁴, motivando uma redução da *inteligibilidade*⁴⁵ e *integração do mapa axial da cidade*.⁴⁶ Contudo, o novo processo de desenho, tanto na sua forma como no conteúdo, propõe um recuo cronológico, remetendo para o estado original dos diversos espaços. Na sua forma, o *monumental terreiro* procura a forma *coesa* original, a rua D. Pedro V é rebaixada, *indo ao encontro das costas primitivas, libertando-se o cunhal e os vãos o Mosteiro*⁴⁷ e o saibro é utilizado como material de revestimento da praça e *evoca o antigo terreiro*.⁴⁸ No seu conteúdo, *os novos materiais usados foram escolhidos de modo a acentuar um certo despojamento hierático, tão subjacente à arquitetura cisterciense, onde o modo de trabalhar a luz natural se figura, por sistema, decisivo*.⁴⁹

A intervenção no Mosteiro de Alcobaça procura na génese da preexistência do cenóbio cisterciense as bases que coordenam a nova intervenção, esta que engloba o monumento na sua dimensão urbana, ou *interior-exterior*.⁵⁰ Uma dimensão de igual pertinência para a conservação do objeto, pois, como refere *Cesare Brandi*, (...) *com a alteração dos dados espaciais [exterior] de um monumento, chega-se a invalidá-lo como obra de arte*.⁵¹



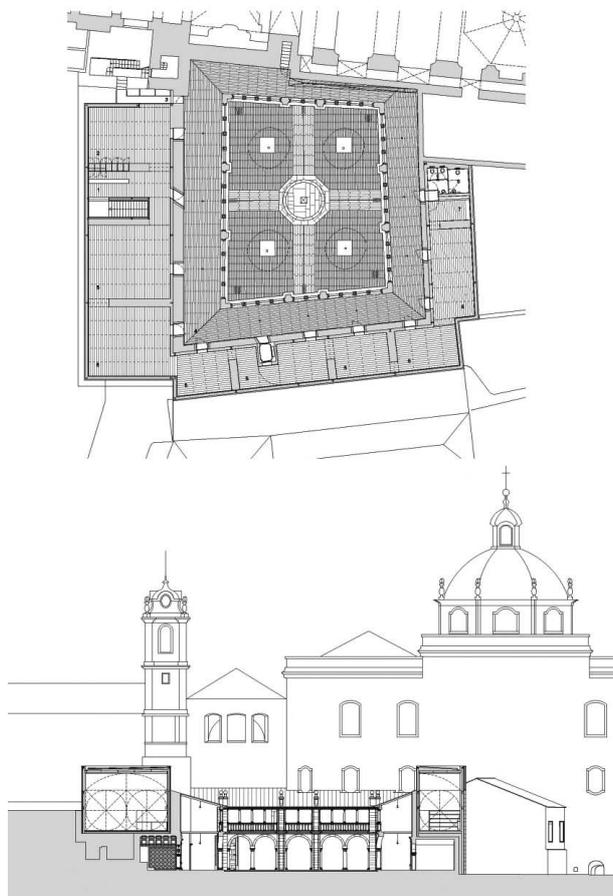
49. Museu Claustro do Silêncio, 2013, Arq. João Mendes Ribeiro

São Mamede de Lorvão, O Museu 2004 - 2013

O convento de *São Mamede de Lorvão* localiza-se num vale nas proximidades da cidade de Coimbra, no concelho de Penacova. O seu mosteiro é *antiquíssimo*⁵², as suas origens remetem a um complexo masculino beneditino já existente no séc. VI⁵³ e que permaneceu até ao séc. XIII.

A introdução de uma comunidade de freiras cistercienses deve-se a D. Teresa, filha de D. Sancho I, e ficou oficializada em julho de 1211⁵⁴, após cumprimentos das ordens do Papa Inocêncio III.⁵⁵ Na sua estrutura, o complexo monástico sofreu diversas transformações, no entanto, aponta-se o Claustro do Silêncio⁵⁶ como uma construção que se preservou, na sua disposição geral, desde a primordial casa beneditina. Nos primeiros anos da comunidade cisterciense, não só o claustro permaneceu, como também outras partes do antigo complexo, sofrendo devidas alterações, essenciais à clausura feminina, como é o caso da igreja e a torre. No início do séc. XVII, com o desenvolvimento da vila em torno do convento, foi edificado a cerca monástica⁵⁷, com portal a Norte⁵⁸ e respetiva ponte em pedra sobre o rio. Outras construções foram sendo verificadas, mais concretamente no espaço delimitado entre a torre medieval e o da igreja⁵⁹, a primeira que passaria a partir de 1636⁶⁰ a funcionar como mirante. As grandes ampliações seriam verificadas na segunda metade do séc. XVII, acrescentando-se um piso ao claustro⁶¹ e construindo-se o grande dormitório⁶² das freiras, a norte da igreja, compondo a fachada do pátio de entrada do cenóbio. Outros acrescentos seriam, posteriormente, realizados, como o caso do hospício e da nova hospedaria, mas a última grande obra seria marcada pela igreja e coro, ambas erigidas em 1744.⁶³

O ponto final na vida da última monja cisterciense a 3 de Julho de 1887 ditaria o último parágrafo da epopeia cisterciense no convento de *São Mamede de Lorvão*. De entre as várias apropriações realizadas no espaço conventual, destaca-se a utilização como Hospital psiquiátrico, obra da autoria do engenheiro Bissaya Barreto e elaborada dentro das campanhas de intervenções da DGEMN, iniciadas em 1943.



50. Planta e Corte do Museu Claustro do Silêncio, 2013, Arq. João Mendes Ribeiro

Em 2004 o IPPAR lançaria um concurso para o museu de Lorvão, ganho pelo Arq. João Mendes Ribeiro. O programa de intervenção proposto incide sobre o espaço do *Claustro do Silêncio* e teve como objetivos centrais a conservação e reabilitação do conjunto existente e a ampliação para o novo programa: um museu de arte sacra e um centro de interpretação.⁶⁴

A nova intervenção, da autoria do Arq. João Mendes Ribeiro, contemplou, assim, duas abordagens distintas, a reabilitação e uma nova construção. Ao nível do piso térreo do claustro, galerias, capelas, pátio e restantes elementos foram *reabilitados sem alterações significativas em termos morfológicos*.⁶⁵ Ao nível do primeiro piso do claustro, no espaço do antigo dormitório, cozinha e refeitório, desaparecidos após a extinção da comunidade cisterciense, é construído um *novo edifício, reproduzindo a presença dos antigos edifícios*⁶⁶ e que se caracteriza sob a forma de uma *caixa translúcida, elevada sobre a cobertura, que se demarca visualmente da preexistência*⁶⁷, respondendo, por um lado, à exigência da demarcação temporal das diferentes matérias, por outro, à exigência do programa museológico, onde a luz tem um papel principal na caracterização do espaço. Como refere o Professor, *Utilizando a preexistência como matéria de projeto, insistiu-se nesta clareza de diálogo entre passado e presente, marcando a diferença entre os tempos de vida do edifício através da utilização, nos elementos novos, de uma linguagem inequivocamente contemporânea*.⁶⁸ Um diálogo desigual, segundo o historiador Nelson Borges, pois aqui *há uma clara preocupação em impor a marca do arquiteto em favor da imagem geral do monumento, demonstrando o seu claro desconhecimento da história desta instituição*.⁶⁹

Posições divergentes no diálogo com o *monumento histórico* e que podem justificar-se através da apologia, dos diferentes autores, das duas categorias de valores opostas, o *valor de memória* e *valor de atualidade*, segundo definição de Alois Riegl. O valor de atualidade defendido pelo arquiteto e que resulta, segundo o Prof. Jorge Figueira, *na articulação plástica de elementos preexistentes com elementos novos, e uma atenção ao detalhes que não põe em causa a integridade do conjunto*.⁷⁰



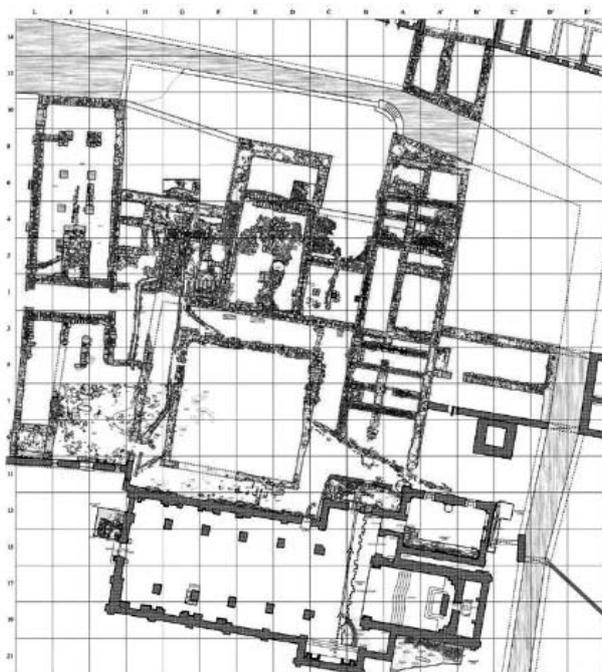
51. Musealização do Mosteiro de São João de Tarouca 2013,
Arqueólogo Luís Sebastian e Arq. Gabriel de Andrade e Silva

São João de Tarouca, A Ruína 2009 - 2013

O Mosteiro de São João de Tarouca fica situado na Beira Alta, Serra do Leomil, no concelho de Tarouca, distrito de Viseu. Na sua origem estará uma eremita dedicada a *São João de Vellaria*⁷¹, segundo a ordem beneditina. Em 1143 ou 1144⁷², entraria para a ordem de São Bernardo, fazendo deste um dos primeiros exemplares da mesma ordem em território português.

A introdução de uma nova regra cisterciense, exigiu a construção de um novo complexo monástico. A nova casa terá sido iniciada pelo corpo da igreja e data de 1152 ou 1154⁷³ e terá sido consagrada em 1169⁷⁴. A organização dos espaços regulares do mosteiro de Tarouca, tal como exigia S. Bernardo segue a orientação da casa mãe, sendo que aqui a planta se encontra em *espelho*⁷⁵, desenvolvendo-se o seu corpo para norte da igreja, tal como aconteceria em Alcobaça. A partir do séc. XVI e até ao séc. XVIII⁷⁶ iniciou-se um conjunto de intervenções no cenóbio cisterciense. Inicialmente, na segunda metade do séc. XVI⁷⁷, segundo Luis Sebastian e Ana Sampaio e Castro, é elaborado a nordeste do claustro original, um novo claustro, construído sob um aterro que cobre o cruzamento das linhas de água. Ao primeiro claustro de estilo românico é acrescentado, em 1640⁷⁸, um segundo andar em estilo maneirista, introduzindo alterações nos seus espaços nas zonas de contacto com o corpo da igreja. Também nesta época, primeira metade do séc. XVII⁷⁹, a igreja, no seu exterior, recebe uma nova fachada *maneirista*⁸⁰, e no seu interior, em 1710⁸¹, é construída uma nova sacristia. O novo dormitório, edifício mais a norte do complexo, que hoje ainda conserva parte da sua estrutura foi construído em 1720⁸², bem como as capelas de Santo António, Santa Umbelina, as escadarias de acesso e a cerca com a forma atual.

Em 1834, o mosteiro de S. João de Tarouca é transformado em pedreira, ficando somente a salvo a igreja que passou para a paróquia. De 1936 a 1985⁸³ a DGEMN intervém, contudo limita o seu espaço de ação à igreja, sendo as restantes áreas do complexo estudadas já dentro da concessão do IPPAR que inicia sondagens arqueológicas em 1994 e 1998⁸⁴, perfazendo um total de 2255m² de área estudada.



52. Planta das ruínas do mosteiro de São João de Tarouca, 2013, Arqueólogo Luís Sebastian e Arq. Gabriel de Andrade e Silva

A musealização do Mosteiro de São João de Tarouca, 2009-2013 insere-se num projeto mais abrangente de valorização da região do Varosa, com a designação de *Vale do Varosa*, e engloba um conjunto *espontâneo*⁸⁵ patrimonial constituído, também, pelo Mosteiro de Salzedas e Santo António de Ferreirim, comportando um *conceito de unidade*⁸⁶ inerente às diferentes intervenções, no qual se destaca a participação do arqueólogo Luís Sebastian e do Arq. Gabriel de Andrade e Silva.

O projeto de musealização do Mosteiro de S. João de Tarouca estrutura-se em três partes distintas, incidindo, cada uma destas, numa zona específica do complexo monástico. O primeiro momento, 2009-2012⁸⁷, focou-se no corpo da igreja e caracteriza-se pela atualização das infraestruturas deste edificado. O segundo momento, iniciado em agosto de 2012⁸⁸ e já concluído, dedica-se às ruínas do complexo monástico, com maior foco sobre a zona do claustro medieval, *tendo por objetivo a musealização dos vestígios dos edifícios das dependências monásticas expostos pelas escavações arqueológicas*.⁸⁹ Uma intervenção que se caracteriza pela cumplicidade de ações entre o arqueólogo e o arquiteto, na composição de um percurso interpretativo em diálogo com a preexistência, quer pelo seu contraste, marcado pelas escadas em *aço corten*⁹⁰, que possibilitam o acesso à torre sineira, e a vedação *metálica*⁹¹, isolando a área museu e compondo o espaço de estacionamento automóvel, quer pela sua conformidade, marcada pela *elevação das paredes através da recolocação dos silhares recuperados*⁹² e pela recolocação das cotas do pavimentos, utilizando gravilha como novo material. O último momento, o *centro interpretativo*⁹³, está ainda em fase de execução e incide sobre o antigo palheiro do complexo monástico.

No processo de *elevação das paredes*⁹⁴, dentro da dinâmica da disciplina de restauro, segundo Brandí, *a reconstrução, a repriminação, a cópia não podem nem sequer ser tratadas como temática de restauro*.⁹⁵ No entanto, aqui, estamos perante um processo de *Gestaltismo*⁹⁶, pois este tem como o objetivo *criar um mecanismo espontâneo da percepção*⁹⁷. Como afirma Luís Sebastian, *no global, esta solução veio permitir uma maior leitura das paredes, logo dos diversos espaços que compunham as dependências monásticas*.⁹⁸

Programa de Intervenção em Cós

A partir da análise dos casos de estudo e com base no Programa Preliminar de intervenção no Mosteiro de Cós, é possível, neste momento, traçar as linhas gerais de uma Intervenção que se julga o mais adequada às circunstâncias do Convento de Santa Maria de Cós. A nova intervenção estrutura-se em duas escalas diferentes de desenho, a primeira, ao nível urbano, a segunda, ao nível do edificado.

O caso de Alcobaça é uma prova do valor urbano como elemento caracterizador do monumento histórico, circunstância, também, sublinhada nas teorias de *Giovannoni*⁹⁹. Neste sentido, ao nível urbano, defende-se, à semelhança do P.P. de intervenção em Cós¹⁰⁰, a regeneração da totalidade das vias principais, nomeadamente, as associadas ao Mosteiro cisterciense, adequando a sua forma e estrutura viária a uma nova identidade. O tratamento dos eixos viários da vila, deverá, por isso, reajustar-se a uma lógica renovada, agora dedicada a um tráfego condicionado, valorizando a circulação pedonal de habitantes ou turistas que se desloquem nesta vila.

À semelhança do exemplo do vizinho mosteiro cisterciense de Alcobaça, deverá procurar-se, aqui, retomar a forma do antigo Terreiro do Convento¹⁰¹. Esta intervenção permitirá a redefinição urbana de um novo ponto central na organização da vila. Não obstante dos inquestionáveis benefícios para o monumento histórico que aqui se encontra, este espaço representa, também, e não menos importante, um momento de relevo no bem-estar social dos seus habitantes, traduzindo-se sob a forma de palco principal de eventos diversos que englobam esta comunidade.

A influência do Mosteiro de Alcobaça, poderá não só ser sentida sob a forma da estratégia de projeto, mas também, e especialmente, sob a forma concreta desta intervenção. Tal como referido no âmbito do projeto do *Vale do Varosa*¹⁰², a unidade procurada nas diferentes intervenções poderá, aqui, tornar-se uma realidade. A cumplicidade entre estas duas casas cistercienses é um facto confirmado pela história e que o novo projeto deverá permitir dar continuidade.

Ao nível do edificado, as possibilidades de intervenção multiplicam-se, como comprovam os casos de estudo anteriormente referidos. Com base no Programa Preliminar de intervenção em Cós, destacam-se o espaço museológico e eventos, uma unidade de alojamento e o percurso interpretativo das ruínas do convento.

O exemplo da intervenção no Claustro do Silêncio, no Mosteiro de Lorvão¹⁰³, é uma referência que se enquadra dentro das possibilidades suscitadas pela estrutura da antiga ala dos dormitórios do Convento de Santa Maria de Cós, tanto pela sua escala, como pelo seu conteúdo, o Museu. Neste sentido, ao nível do rés-do-chão, defende-se a construção de um espaço museológico polivalente, podendo abranger diversos eventos locais, que fomentem o desenvolvimento de ações culturais da vila de Cós.

O programa de Pousada, ilustrado através do exemplo da intervenção do Arq. Eduardo Souto de Moura¹⁰⁴ comprova a complexidade infraestrutural que este programa exige. Do ponto de vista da reutilização, o novo programa deve procurar adaptar-se às possibilidades suscitadas pela preexistência, minimizando as alterações a este monumento¹⁰⁵, no caso de Cós, na sua generalidade, caracterizada pela construção em pedra, tanto nas lajes como nas paredes interiores. Neste sentido, conclui-se que esta adaptação não se torna viável, correndo o risco de se tornar nociva para a estrutura histórica existente. Em alternativa, ao nível do primeiro piso, os diferentes espaços que compõem este monumento, poderão dar resposta às necessidades práticas relacionadas com as atividades religiosas, mais concretamente, a escola da catequese, que hoje se encontra repartida nos pequenos espaços da torre sineira.

Um último ponto diz respeito ao espaço de elevado potencial arqueológico¹⁰⁶. Na sua generalidade, este deverá ser palco de uma campanha de intervenção que no seu resultado final poderá aproximar-se da musealização das ruínas do corpo medieval do Mosteiro de São João de Tarouca¹⁰⁷, que inserido numa lógica de um espaço interpretativo funcionarão como o polo principal de atração turística deste conjunto monástico.

¹ **Recuperação e Valorização do Espaço Monástico de Cós - Área de Propriedade Municipal, Alcobaça, Município de Alcobaça, 2012 (documento técnico policopiado).** pp 11

² boletim DGEMN - Pousada de sta Marinha - Guimaraes nº130, 1985, citado de M.tomé p215

³ Cf. FIGUEIRA, Jorge. **Do Românico ao Minimalismo: os Caminhos da Intervenção Patrimonial em Portugal.** In Revista Património. Lisboa: DGPC, Novembro 2012, nº1. ISSN: 2182-9330. 18

⁴ Cf. *A importância desta obra [Convento de Santa Marinha da Costa] marcará a intervenção no património, no contexto português.*
Ibid pp 18

⁵ **Recuperação e Valorização do Espaço Monástico de Cós - Área de Propriedade Municipal, Alcobaça, Município de Alcobaça, 2012 (documento técnico policopiado).** pp 11

⁶ Ibid pp 3

⁷ Ibid pp.3

⁸ Ibid pp 3 e 4

⁹ Ibid pp 4

¹⁰ COSTA, Alexandre Alves. **O Património Entre a Aposta Arriscada e a Confluência Nascida da Intimidade.** In Jornal dos Arquitetos, nº213, setembro 2003, pp. 7-13. Lisboa: Ordem dos Arquitetos. pp 12

¹¹ Cf. FIGUEIRA, Jorge - [op.cit.], pp 19

¹² Cf. Ibid pp 19

¹³ Cf. Ibid pp 19

¹⁴ Cf. **Convento de Santa Maria do Bouro/Pousada de Santa Maria do Bouro.** Disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1123.

¹⁵ Cf. FONTES, Luís Fernando de Oliveira. **Mosteiro de Santa Maria do Bouro, Amares: aproximação à evolução arqueológica do edificado pós-medieval.** In SOROMENHO, Miguel ; PERDIGÃO, Maria de Lurdes; SERPA, Catarina [coord]. Cister - Espaços, Territórios, Paisagens. Volume II. Lisboa: IPPAR, 2000. ISBN: 972-8087-78-0. pp 529

¹⁶ Cf. Ibid pp 529

¹⁷ Cf. Ibid pp 529

¹⁸ Cf. Ibid pp.529

¹⁹ Cf. Ibid pp 529-530

²⁰ TOMÉ, Miguel. **Património e Restauro em Portugal: 1920-1995.** 1ª ed. Porto: Faculdade de Arquitetura da UP, 2002. ISBN 972948354X. pp 231

-
- ²¹ Cf. FONTES, Luís Fernando de Oliveira - [op.cit.]. pp 527
- ²² MOURA, Eduardo Souto de. **Santa Maria do Bouro: construir uma Pousada com as pedras de um Mosteiro**. 1ª ed. Lisboa: White ; Blue, Lda., 2001. 79 p. ISBN 97286500195. pp 5
- ²³ Ibid pp 5
- ²⁴ TOMÉ, Miguel - [op.cit.]. pp 233
- ²⁵ Cf. Ibid pp 236
- ²⁶ FIGUEIRA, Jorge - [op.cit.]. pp 18
- ²⁷ Cf. **Mosteiro de Alcobaça/Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça**. [Consultado em 06 de Fevereiro de 2014] Disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4719.
- ²⁸ Cf. ALMEIDA, Dr José António Ferreira de [coord.]. **Tesouros Artísticos de Portugal**. Lisboa: Selecções Readers´s Digest, 1976. pp 64
- ²⁹ Cf. Ibid pp 65
- ³⁰ Cf. Ibid pp 65
- ³¹ Cf. RASQUILHO, Rui; FERREIRA, Maria Augusta T. **Cister e a Europa - Santa Maria de Alcobaça. Aliança entre a espiritualidade e o trabalho manual**. Lisboa: bACD Editores, 2007. ISBN: 9789728855338. pp 170
- ³² Cf. Ibid pp 167
- ³³ Cf. Ibid pp 167
- ³⁴ Cf. Ibid pp 170
- ³⁵ Cf. RODRIGUES, Jorge. **Mosteiro de Alcobaça**. Londres: IPPAR, Edições Scala, 2007. ISBN: 978-1-85759-492-8. pp 109
- ³⁶ Cf. RASQUILHO, Rui ; FERREIRA, Maria Augusta T. - [op.cit.]. pp 171
- ³⁷ Cf. Ibid pp 171
- ³⁸ Cf. **Mosteiro de Alcobaça/Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça**. [Consultado em 06 de Fevereiro de 2014] Disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4719.
- ³⁹ Cf. **Exposição de Arte Sacra do Renascimento ao Barroco - Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Alcobaça**. [Consultado em 06 de Fevereiro de 2014] Disponível em <http://falcaodecampos.pt/index.php?/projetos-concluidos/exposicao-de-arte-sacra-do-barroco-ao-renascimento/>
- ⁴⁰ Cf. BYRNE, Gonçalo. **Santa Maria de Alcobaça: o regresso ao presente**. In CALADO, Luís Ferreira [dir.]. Revista Estudos património, nº 2, 2002. Lisboa: IPPAR. ISSN: 1645-2453. pp 58
- ⁴¹ Cf. FERNANDES, Fátima; CANNATÀ, Michele. **Territórios Reabilitados / Revamped Landscape**. Sintra: Caleidoscópio, 2009. ISBN: 978-989-658-043-8. pp 127

⁴² MILANO, Maria [coord.]. **Gonçalo Byrne - Coleção Arquitetos Portugueses**. Vila do Conde: Quidnovi, 2011. ISBN: 978-989-554-897-2. pp 66

⁴³ Cf. KRÜGER, Mário Júlio Teixeira; SILVA, Cidália Maria Ferreira da. **A Abadia de Santa Maria e a evolução morfológica da cidade de Alcobaça**. In SOROMENHO, Miguel ; PERDIGÃO, Maria de Lurdes; SERPA, Catarina [coord]. Cister - Espaços, Territórios, Paisagens. Volume II. Lisboa: IPPAR, 2000. ISBN: 972-8087-78-0. pp 573

⁴⁴ Cf. Ibid pp 573

⁴⁵ Cf. Ibid pp 570

⁴⁶ Cf. Ibid pp 568-569

⁴⁷ Cf. FERNANDES, Fátima; CANNATÀ, Michele - [op.cit.]. pp 125

⁴⁸ Cf. MILANO, Maria [coord.] - [op.cit.]. pp 66

⁴⁹ Cf. Ibid pp 66

⁵⁰ Cf. BRANDI, Cesare. **Teoria do Restauro**. Alfragide: Edições Orion, 2006, 1º edição. ISBN: 972-8620-08-X. pp 2

⁵¹ Ibid pp 92

⁵² Cf. RÊPAS, Luís Miguel Malva de Jesus. **Os Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal: a Herança Medieval. Fundações e Fundadores**. In MARINAS, M^a Isabel Viforcós; SÁNCHEZ-BORDONA, M^a Dolores Campos [coord.]. **Fundadores, Fundaciones y Espacios de Vida Conventual. Nuevas Aportaciones al Monacato Feminino**. Leon: Universidad de Leon, 2005. pp 56

⁵³ Cf. Ibid pp 56

⁵⁴ Cf. Ibid pp 58

⁵⁵ Cf. Ibid pp 58

⁵⁶ Cf. ANTUNES, Tânia Sofia Lopes. **Lorvão um Mosteiro e um Lugar: análise e Reconstituição**. Coimbra: [sn], 2013. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, apresentada ao Departamento de Arquitetura da F. C. T. da Univ. de Coimbra. pp 27

⁵⁷ Cf. Ibid pp 53

⁵⁸ Cf. Ibid pp 55

⁵⁹ Cf. Ibid pp 55

⁶⁰ Cf. Ibid pp 59

⁶¹ Cf. Ibid pp 63-65

⁶² Cf. Ibid pp 67

⁶³ Cf. Ibid pp 77-79

⁶⁴ **Claustro do Silêncio no Mosteiro de Lorvão.** [Consultado em 07 de Abril de 2014] Disponível em http://www.domalomenos.com/filter/architectural_photography/Joao-Mendes-Ribeiro-Silence-Cloister-of-the-Lorvao-Monastery-in

⁶⁵ Ibid

⁶⁶ Ibid

⁶⁷ Ibid

⁶⁸ Ibid

⁶⁹ ANTUNES, Tânia Sofia Lopes - [op.cit.]. pp 119

⁷⁰ FIGUEIRA, Jorge - [op.cit.]. pp 23

⁷¹ Cf. COCHERIL, Maur. **Alcobaça. Abadia Cisterciense de Portugal.** Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989. pp 107

⁷² Cf. Ibid pp 107

⁷³ Cf. CASTRO, Ana Sampaio e; SEBASTIAN, Luís. **Intervenção arqueológica no Mosteiro de São João de Tarouca: 1998-2001.** In CALADO, Luís Ferreira [dir.]. Revista Estudos património, n° 2, 2002. Lisboa: IPPAR. ISSN: 1645-2453. pp 36

⁷⁴ Cf. Ibid pp 35

⁷⁵ Cf. Ibid pp 38

⁷⁶ Cf. Ibid pp 38

⁷⁷ Cf. Ibid pp 40

⁷⁸ Cf. Ibid pp 40

⁷⁹ Cf. Ibid pp 38

⁸⁰ Cf. Ibid pp 38

⁸¹ Cf. Ibid pp 39

⁸² Cf. Ibid pp 41

⁸³ Cf. Ibid pp 36

⁸⁴ Cf. Ibid pp 36

⁸⁵ Cf. SEBASTIAN, Luís. **Mosteiro de S. João de Tarouca: da investigação à musealização.** In SEBASTIAN, Luís; BRAGA, Alexandra [coord.]. Atas das 1as Conferências do Museu de Lamego/CITCEM. História e Património do/do Douro: Investigação e Desenvolvimento. Lamego: Museu de Lamego, DRCN, 2013. ISBN: 978-989-98657-3-0. pp 51

⁸⁶ Cf. Ibid pp 53

⁸⁷ Cf. Ibid pp 53

⁸⁸ Cf. Ibid pp 55

⁸⁹ Ibid pp 55

⁹⁰ Cf. SEBASTIAN, Luís - [op.cit.]. pp 57

⁹¹ Cf. Ibid pp 57

⁹² Cf. Ibid pp 56

⁹³ Cf. Ibid pp 57

⁹⁴ Cf. Ibid pp 56

⁹⁵ BRANDI, Cesare - [op.cit.]. pp 41

⁹⁶ Cf. Ibid pp 25

⁹⁷ Cf. Ibid pp 25

⁹⁸ SEBASTIAN, Luís - [op.cit.]. pp 56

⁹⁹ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 1946 - Conservação. pp 136

¹⁰⁰ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 2008 - Intervenção Programa Preliminar. pp 152

¹⁰¹ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 2008 - Intervenção Programa Preliminar. pp 162

¹⁰² Confrontar com informação já referida no subcapítulo 2008 - Intervenção Programa Preliminar. pp 170

¹⁰³ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 2008 - Intervenção Programa Preliminar. pp 166

¹⁰⁴ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 2008 - Intervenção Programa Preliminar. pp 158

¹⁰⁵ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 1946 - Conservação. pp 142

¹⁰⁶ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 2008 - Intervenção Programa Preliminar. pp 152

¹⁰⁷ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 2008 - Intervenção Programa Preliminar. pp 170

PROPOSTA



Collage Proposta de Requalificação

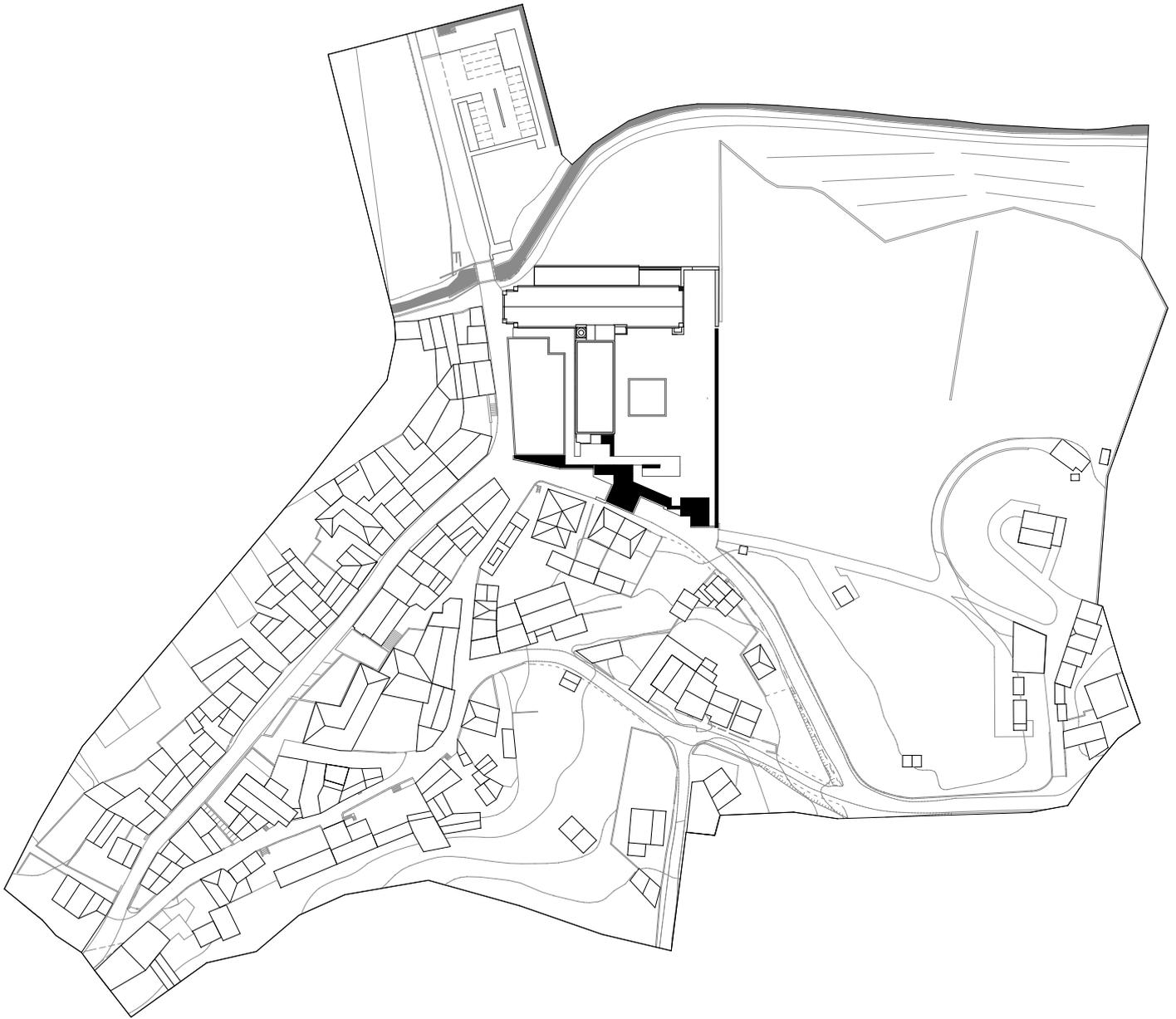
Proposta

A proposta de requalificação do convento de Santa Maria de Cós, em Alcobaça, tem como objectivo devolver ao monumento histórico o papel principal enquanto elemento caracterizador da vila de Cós.

Os registos históricos, num passado recente, dão conta de um património arquitetónico que permaneceu ocultado das mais diversas formas. Desde as construções privadas que foram sendo construídas anexas a este monumento e que compuseram as novas fachadas urbanas, passando pelo desmantelamento da sua estrutura e posterior reaproveitamento do seu espaço para terrenos agrícolas, entre outras formas¹. Como consequência destas intervenções, a leitura do monumento histórico foi-se extinguindo, destruindo-se com o tempo as raízes que ligavam este elemento à terra de Cós. É no sentido da reintrodução deste património arquitetónico na vida contemporânea que se encontram as bases que motivam a presente proposta de requalificação.

A proposta de intervenção desenvolve-se sobre o tema do *muro*. Segundo a definição corrente, esta palavra significa: *1. obra, geralmente de alvenaria, que cerca um terreno ou separa terrenos contíguos; parede; 2. muralha; 3. sebe; tapamento; 4. resguardo; 5. figurado aquilo que impede o acesso a algo.*² Em todas as suas definições da palavra, encontra-se uma correspondência real na forma deste novo objeto, na proposta apresentada. A sua posição desenvolve-se nos limites da área de intervenção, definindo os novos contornos deste espaço, libertando e ao mesmo tempo protegendo o existente património arquitetónico. Na sua génese, esta massa construída, não nasce de uma lógica própria por si definida, mas de um diálogo entre as diferentes preexistências, tanto do histórico património resistente, como da contemporânea realidade urbana da vila de Cós.

O novo objeto construído segue a matriz exposta pelo *Programa de Intervenção*³, dando resposta aos diferentes espaços procurados, desde a praça do terreiro, até ao percurso interpretativo das ruínas. Este último programa consiste no momento de maior expressão da proposta apresentada.



Planta de implantação Proposta de Requalificação, escala 1.2000

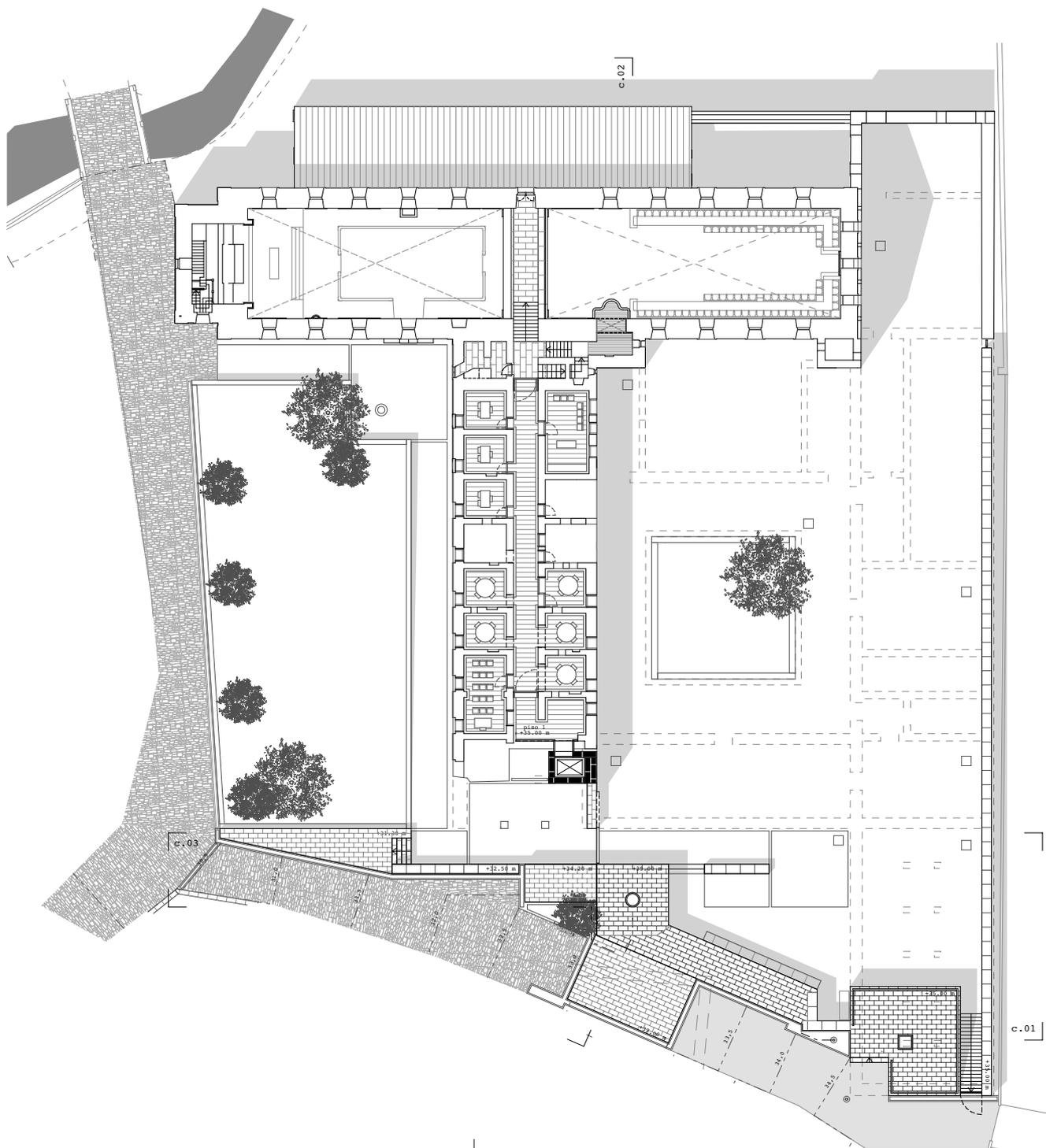
A requalificação do convento de Cós desenvolve-se em diferentes escalas de trabalho, desde a escala urbana à escala do edificado, procurando dar resposta às múltiplas problemáticas existentes.

Do ponto de vista urbano, o novo elemento, fortemente marcado pela sua expressão a sul do monumento, vai delimitar os contornos da propriedade histórica existente, tendo sido neste espaço - a Rua Afonso Barbosa - onde se verificaram as maiores transformações na realidade urbana desta vila⁴. A nascente do monumento, o projeto toma a forma literal de um muro, prolongando-se em linha reta, restituindo a posição da parede limite, outrora ali existente, encerrando esta área.

A poente do espaço de maior concentração da nova intervenção, subscreve-se a estratégia delimitada no âmbito do programa de intervenção, retomando, aqui, a praça do convento, através de uma nova plataforma. Este espaço público exterior, do ponto de vista simbólico, reforça a reaproximação do convento à vila de Cós. A fachada da igreja, juntamente com o antigo corpo da ala dos dormitórios, permitem uma definição exata deste momento urbano, devolvendo, assim, um papel-chave às preexistências enquanto objetos caracterizadores da dinâmica urbana da vila.

Os arruamentos que circunscrevem o convento surgem com uma nova conceção, procurando na sua linguagem uma alusão à intervenção do seu congénere Mosteiro de Alcobaça, confirmando os laços de cumplicidade inerentes a estes dois conjuntos monásticos, bem como cumprindo um dos requisitos definidos no *Programa de Intervenção*⁵. O novo material das vias, a pedra ataija, matéria-prima local, prolonga-se a toda a extensão das vias históricas existentes. Na rua de Santa Rita, o novo material estende-se até ao limite mais a norte da vila, rematado, neste ponto, com o parque de estacionamento, agora, redesenhado.

Na Rua Afonso Barbosa, estabelece-se o ponto de transição entre o material histórico das vias, a pedra, e o novo material, o asfalto, através da nova construção, que invade este eixo, interrompendo a sua pendente. A permanência do novo material neste eixo urbano permite a distinção dos diferentes tempos inerentes aos respetivos arruamentos.



Planta de piso 1 e corte c.01 Proposta de Requalificação, escala 1.500

À escala do edificado, as tipologias programáticas inerentes à proposta de requalificação do convento de Santa Maria de Cós são diversificadas. A estratégia de intervenção delimitada procura trabalhar em conformidade com estas valências, sublinhando o papel do património arquitetónico existente.

O esclarecimento do conceito de *monumento histórico*⁶ permite o reconhecimento das suas partes, ou seja, das categorias de valores, que formulam este objeto. Valores estes que se encontravam ocultados no convento de Cós, por culpa do seu abandono e estado de arruinamento. Contudo, esta circunstância não é uma situação sem precedentes na história. Como verificado através do estudo de Françoise Choay, o património histórico arquitetónico foi sendo, onde ao longo dos tempos, palco das mais diversas manifestações, que não incluíram na sua generalidade, a atenção pela sua preservação ou conservação⁷. Esta última tarefa surge só mais tarde, como meio de negligenciar as marcas da passagem do tempo nestes objetos. Segundo alguns autores, esta viagem no tempo é uma possibilidade legítima, tão legítima, como a ação contrária, ou seja, o assumir do facto que o tempo não volta atrás⁸.

Os partidos que se apresentam perante o diálogo com o património são diversos. Consequentemente, a leitura da história dentro do espectro do património nem sempre surge linear⁹. Os avanços e recuos surgem como causas de motivos diversos, que podem estar inscritos tanto na vontade dos agentes que surgem como orientadores de um novo caminho, como nas circunstâncias do objeto. Numa das mais recentes contribuições para a conservação do património histórico, e dentro do palco respeitante à disciplina da arquitetura, o autor *Cesare Brandi*¹⁰ adianta a redundância do programa e sublinha o papel da história nestes objetos.

Remetendo para o caso concreto da proposta de requalificação do convento em estudo, a intervenção proposta afasta-se da área definida pelo património arquitetónico histórico, onde são realizadas pequenas adaptações nos seus espaços, e é investido, em alternativa, na materialização de um novo objeto respeitante a uma área interpretativa do núcleo arqueológico da ala em ruínas.

Com base na postura apresentada, destacam-se duas vertentes adotadas para este projeto de requalificação, a primeira, incidente sobre a conservação das preexistências, a segunda, respeitante a uma nova construção.

No círculo específico da disciplina da conservação, a proposta apresentada passa pela manutenção dos espaços existentes, com leves adaptações imprescindíveis à alteração programática proposta, o Espaço Museológico Polivalente e Escola da Catequese. De um modo geral, à preexistência, é proposta a cristalização do seu corpo, fixando a sua evolução no momento atual desta intervenção. Embora os documentos históricos e físicos disponíveis comprovem a existência de mais um piso no corpo do antigo dormitório, não se intenta a reconstituição do mesmo.

A proposta de requalificação do convento de Santa Maria de Cós passa, como referido, pelo reconhecimento do valor histórico do monumento, sublinhado por *Brandi*¹¹, remetendo, conseqüentemente, para circunstância da autenticidade do objeto de *Boito*¹². Por outro lado, a preexistência liberta-se do peso funcional do seu espaço, mais plural e menos exigente do ponto de vista técnico, sublinhando o papel da história. No limite, o espaço museológico do antigo convento poderá funcionar como uma escultura habitada onde a *patine* das paredes funciona como tela onde está ilustrada a arte do tempo.

O espaço exterior em ruína, que se encontra encoberto pelas diferentes camadas construídas ao longo dos tempos, é agora trazido à luz do dia. Os diferentes elementos descobertos, permitirão a reconstituição simbólica dos diversos espaços, outrora pertencentes ao convento. Este simulacro arquitetónico, estabelece-se como a área de maior dimensão desta intervenção, representando um papel de relevo na estratégia de requalificação proposta.

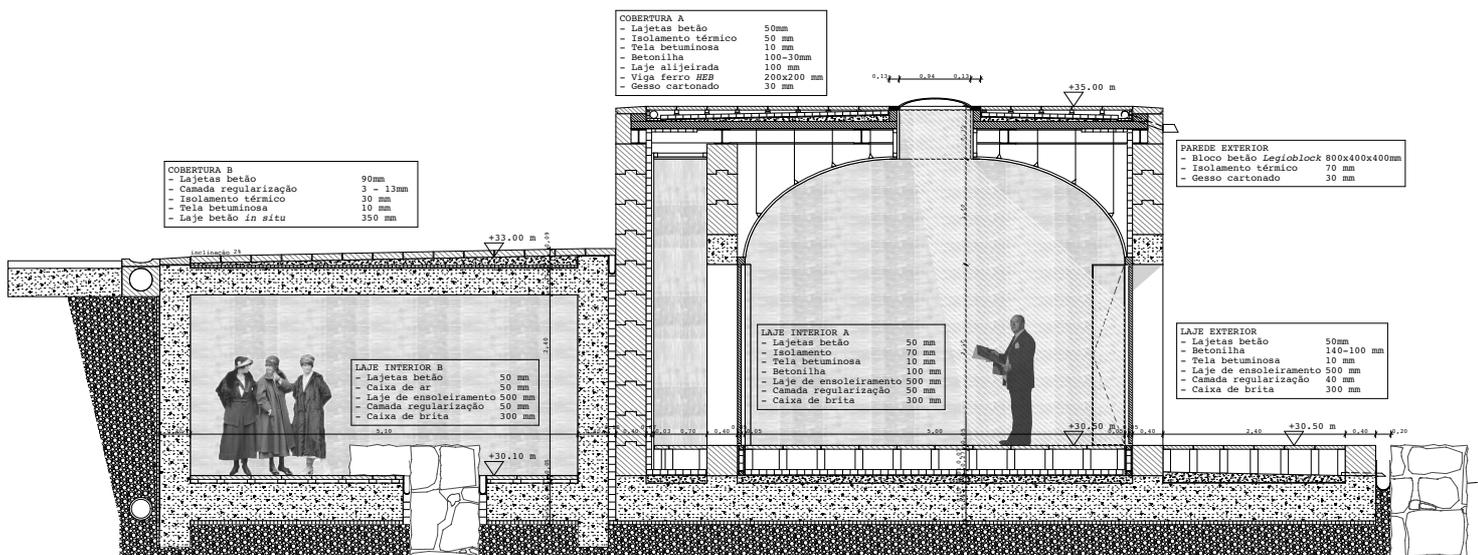
A praça exterior estabelece-se como um elemento autónomo, desligado do contacto com a preexistência, através de um passadiço circundante aos seus limites. Deste modo, à praça garante-se a estabilidade na sua cota num ponto fixo, funcionando o passadiço como elemento plural no contacto com os diferentes pontos de entrada do complexo monástico.

Relativamente à nova construção, a proposta apresentada localiza-se fora do espaço ocupado pelo antigo convento, com maior incidência no espaço vazio definido através da linha limite das antigas alas do convento a sul e a rua Afonso Barbosa¹³.

O espaço livre, sem registos históricos na sua base da implantação, permite o desenvolvimento deste muro, afirmando-se como um objeto contenedor de espaços, escavados na sua massa, abertos para o interior da parcela, estabelecendo pontos de contacto com a preexistência histórica. Para o exterior, este elemento surge encerrado, sendo delimitado nos seus contornos por uma linha de água, com diferentes momentos ao longo do seu percurso, numa alusão à identidade cisterciense¹⁴ e auxiliando na transição entre os diferentes materiais em contacto.

No centro do novo corpo, encontra-se o espaço de bilheteira, de planta circular e cobertura abobadada, funcionando como eixo de distribuição dos restantes elementos. A oeste, localizam-se as instalações sanitárias e a sudeste, escavado na espessura da rua Afonso Barbosa, um espaço que permite visualizar as ruínas da Casa do Padres que ali se encontram ocultadas. Prolongando-se a este, este corpo dá lugar ao Acervo Arqueológico, cujas aberturas na sua face permitem a exposição de alguns elementos. Após o estrangulamento da sua forma, em contacto direto com a ruína, este volume expande-se gerando um novo espaço, o Laboratório Arqueológico, numa atmosfera própria, de luz zenital. Sobre este elemento, surge um miradouro para a vila de Cós, à cota da rua Afonso Barbosa.

Desconectado do corpo central são gerados outros elementos, de menor escala. A norte, encerrando os diferentes espaços, um muro que vai permitir na sua extremidade a instalação de um elevador, dando resposta às necessidades contemporâneas de funcionamento da ala resistente do convento. A este, sob a forma de um banco, pequenos elementos surgem organizando a rampa que permite o acesso à ruína. É através desta *promenade* que se faz a passagem dos diferentes tempos, desde a realidade contemporânea do terreiro exterior, à realidade simulada dos espaços em ruína do antigo convento, num gesto que apela ao intelecto do *voyeur*¹⁵ na reconstituição do mosteiro cisterciense.



Fotomontagem e Corte construtivo Proposta de Requalificação, escala 1.100

Do ponto de vista construtivo, as opções de projeto procuram reforçar a postura adotada na leitura das diferentes partes inscritas na requalificação do convento de Santa Maria de Cós.

No que respeita à preexistência, sublinha-se a necessidade do desenho de uma nova cobertura do piso 1, garantindo a sua conservação a longo prazo. Neste ponto, decidiu-se passar pela construção de uma cobertura plana verde. Do ponto de vista formal, a opção tomada procura evitar equívocos na leitura deste elemento, sublinhando o seu carácter contemporâneo, uma estratégia delimitada no âmbito das convenções internacionais anteriormente estudadas¹⁶. Do ponto de vista simbólico, esta cobertura, procura, à semelhança da pousada de Santa Maria do Bouro¹⁷, reforçar a dimensão estética da ruína. As paredes existentes na antiga ala dos dormitórios, permitem dar resposta ao correto funcionamento deste espaço sem necessidade de recorrer a novos elementos para este propósito.

No que respeita à nova construção, a solução construtiva adotada baseia-se no sistema de Blocos Arquitetónicos de Betão, Legioblock®. Estes elementos garantem uma solução eficaz do ponto de vista estrutural, tanto pelo seu carácter autoportante, como pela ausência de manobras demasiado invasivas ao nível das fundações, o que poderia verificar-se nocivo para a envolvente histórica. No que respeita às técnicas de reconstrução do património, estes elementos de betão garantem, por um lado, a diferenciação dos diferentes tempos da arquitetura, como também, permitem garantir a reversibilidade deste objeto. A exceção surge no espaço construído debaixo da rua Afonso Barbosa, que devido às exigências estruturais da sua implantação, à semelhança de todo o muro de suporte necessário, se opta por uma estrutura de betão *in situ*.

A verdadeira capacidade física autoportante da solução construtiva adotada no novo projeto procura garantir uma característica tão comum à arte Cisterciense. Como escreveu Le Corbusier, *cada elemento da construção é aqui (em Cister) um valor criador de arquitetura. O conjunto como o pormenor são um... A luz e a sombra são altifalantes desta arquitetura de verdade, de calma, de força...*¹⁸

¹ Confrontar com informação já referida em ambos os subcapítulos 2013 - Início e 1834 - Exclaustração. pp 20 e pp 106

² muro in Infopedia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-01-05 19:05:04]. Disponível em: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/muro>

³ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 2008 - Intervenção Programa Preliminar. pp 172-174

⁴ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 2013 - Início. pp 22

⁵ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 2008 - Intervenção Programa Preliminar. pp 172-174

⁶ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 1834 - Exclaustração. pp 108 - 110

⁷ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 1834 - Exclaustração. pp 112 - 118

⁸ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 1946 - Conservação. pp 130 - 138

⁹ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 1834 - Exclaustração. pp 112 - 118

¹⁰ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 1946 - Conservação. pp 138

¹¹ Cf. Ibid.

¹² Confrontar com informação já referida no subcapítulo 1946 - Conservação. pp 134

¹³ Confrontar com informação já referida no subcapítulo Reconstituição Crítica. pp 92-98

¹⁴ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 1532 - Afiliação. pp 60

¹⁵ *To be lifted to the summit of the World Trade Center is to be lifted out of the city's grasp. One's body is no longer clasped by the streets that turn and return it according to an anonymous law; nor is it possessed, wether as player or played, by the rumble of so many differences and by nervousness of New York traffic. When one goes up there, he leaves behind the mass that carries off and mixes up in itself any identity of authores or spectators. An Icarus flying above these waters, he can ignore the diveces of Daedalus in mobile and endless labyrinths far below. His elevation tranfigures him into a voyeur. It puts him at a distance. It transforms the bewitching world by which one was 'possessed' into a text taht lies before one's eyes. It allows one to read ir, to be solas Eye, looking down like a god. The exaltation of a scopic gnostic drive: the fiction of knowledge is related to this lust to be a viewpoint and nothing more.*

CERTEAU, Michel de. **The Practice of Everyday Life**. Disponível em http://soundenvironments.files.wordpress.com/2011/09/decerteau_walking.pdf. pp 157

¹⁶ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 1946 - Conservação. pp 140-142

¹⁷ Confrontar com informação já referida no subcapítulo 2008 - Intervenção Programa Preliminar. pp 156-158

¹⁸ JEANNERET-GRIS, Charles-Édouard Apud COCHERIL, Maur. **Abadias Cistercienses Portuguesas**. Lisboa: Lusitania Sacra, 1959. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.14/4973>. pp 82

BIBLIOGRAFIA E FONTE DE IMAGENS

[Monografias]

AGUIAR, José. **Cor e Cidade Histórica - Estudos Cromáticos e Conservação do Património**. 1ª ed. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade, 2002. ISBN 9729483477.

ALÇADA, Margarida ; GRILO, Maria Inácia Teles [coord.]. **Caminhos do património: DGEMN 1929 - 1999**. Lisboa: D.G.E.M.N. Livros Horizonte, D.L. 1999. ISBN 9729763828.

ALMEIDA, Dr José António Ferreira de [coord.]. **Tesouros Artísticos de Portugal**. Lisboa: Selecções Readers's Digest, 1976.

BARBOSA, Pedro Gomes. **Coz Maior et Minor**. In BARROCA, Mário Jorge. **Carlos Alberto Ferreira de Almeida - in Memoriam**. Porto: Faculdade de Letras da Univ. Porto, 1999, vol I. ISBN 137-689-99.

BRANDI, Cesare. **Teoria do Restauro**. Alfragide: Edições Orion, 2006, 1º edição. ISBN: 972-8620-08-X.

CARREIRAS, José Albuquerque [dir.]. **Mosteiros de Cister - História, Arte, Espiritualidade e Património**. Leiria: Jorlis, 2013. ISBN 978-989-98209-1-3.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Património**. Lisboa: Edições 70, 2013. ISBN: 978-972-44-1274-0.

COCHERIL, Dom Maur. **Note sur la Décoration de L'Église de l'Abbaye Cistercienne de Santa Maria de Cós Alcobaça**. Alcobaça: Tip. Alcobacense, Limitada. 1983.

COCHERIL, Maur. **Alcobaça. Abadia Cisterciense de Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

COCHERIL, Maur. **Abadias Cistercienses Portuguesas**. Lisboa: Lusitania Sacra, 1959. [Consultado em 27 de março de 2014] Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.14/4973>.

COUCEIRO, João [coord.]. **Urbanidade e património**. Lisboa: IGAPHE URBE, D.L. 1998.

DUBY, Georges. **O Tempo das Catedrais : a Arte e a Sociedade, 980-1420**. 1ª ed. Lisboa: Estampa, 1993. ISBN 9723309327.

DUBY, Georges. **São Bernardo e a arte cisterciense**. 1ª ed. Porto: Asa, 1997. ISBN 9724118134.

FERNANDES, Fátima; CANNATÀ, Michele. **Territórios Reabilitados / Revamped Landscape**. Sintra: Caleidoscópio, 2009. ISBN: 978-989-658-043-8.

GUSMÃO, Artur Nobre de. **A Real Abadia de Alcobaça: estudo histórico-arqueológico**. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1992. ISBN 9722408356.

JORGE, Virgolino Ferreira. **Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal - Notas Sobre a Tipologia dos Sítios e das Igrejas**. In Revista Cisterciensis. Outubro-Diciembre 1999, nº 217.

JORGE, Virgolino Ferreira. **Conservação do Património e Igreja**. In Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa. Série IV, 1º Tomo 2000/02, nº 94. Lisboa: Ramos, Afonso ; Moita Lda. pp 15

LEROUX-DHUYSS, Jean François. **Las abadias Cistercienses - História y Arquitectura**. Potsdam: h.f.ullmann, 2006. ISBN 978-3-8331-3470-8.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes. **Estudos Sobre a Ordem de Cister em Portugal**. Lisboa: edições Colibri, 1998. ISBN 972-772-019-6.

MARTINHO, Ana Margarida Louro - **Mosteiro de Santa Maria de Cós (Alcobaça). Contributos para a sua Conservação e Valorização**. Leiria: Folheto Edições; Design, 2011. ISBN: 978-989-8158-94-9.

MILANO, Maria [coord.]. **Gonçalo Byrne - Coleção Arquitetos Portugueses**. Vila do Conde: Quidnovi, 2011. ISBN: 978-989-554-897-2.

MOURA, Eduardo Souto de. **Santa Maria do Bouro: construir uma Pousada com as pedras de um Mosteiro**. 1ª ed. Lisboa: White ; Blue, Lda., 2001.. ISBN 97286500195.

RASQUILHO, Rui; FERREIRA, Maria Augusta T. **Cister e a Europa - Santa Maria de Alcobaça. Aliança entre a espiritualidade e o trabalho manual**. Lisboa: bACD Editores, 2007. ISBN: 9789728855338.

RÊPAS, Luís Miguel Malva de Jesus. **Os Mosteiros Cistercienses Femininos em Portugal: a Herança Medieval. Fundações e Fundadores**. In MARINAS, Mª Isabel Viforcós e SÁNCHEZ-BORDONA, Mª Dolores Campos [coord.]. Fundadores, Fundaciones y Espacios de Vida Conventual. Nuevas Aportaciones al Monacato Feminino. Leon: Universidad de Leon, 2005.

RÊPAS, Luís Miguel Malva de Jesus. **O sagrado e o profano nos mosteiros femininos cistercienses: espaços e ritos**. Torres Vedras: Câmara Municipal, 2008.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos - e Outros Ensaios**. Lisboa: Edições 70, 2013. ISBN: 978-972-44-1713-4.

RODRIGUES, Jorge. **Mosteiro de Alcobça**. Londres: IPPAR, Edições Scala, 2007. ISBN: 978-1-85759-492-8.

SARAMAGO, José. **Viagem a Portugal**. Lisboa: Editorial Caminho, 1991. ISBN 972-42-0224-0

SEBASTIAN, Luís; BRAGA, Alexandra [coord.]. **Atas das 1as Conferências do Museu de Lamego/CITCEM. História e Património do/do Douro: Investigação e Desenvolvimento**. Lamego: Museu de Lamego, DRCN, 2013. ISBN: 978-989-98657-3-0.

SOROMENHO, Miguel; PERDIGÃO, Maria de Lurdes; SERPA, Catarina [coord.]. **Cister - Espaços, Territórios, Paisagens**. Volume II. Lisboa: IPPAR, 2000. ISBN: 972-8087-78-0. Sta Maria do Bouro.

SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António - **Intimidade e Encanto - O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós**. Leiria: Edições Magno, 1998. ISBN 972-8345-09-7.

TEIXEIRA, Ricardo. **Arqueologia dos Espaços Cistercienses no Vale do Douro**. In Cister no Vale do Douro. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

TOMÉ, Miguel. **Património e Restauro em Portugal: 1920-1995**. 1ª ed. Porto: Faculdade de Arquitetura da UP, 2002. ISBN 972948354X.

[Periódicos e Artigos]

BORGES, Nelson Correia. **Arquitetura Monástica Portuguesa na Época Moderna - Notas de Uma Investigação**. In Revista Museu. IV série, 1998, nº7.

CALADO, Luís Ferreira [dir.]. **Revista Estudos património**, nº 2, 2002. Lisboa: IPPAR. ISSN: 1645-2453.

COSTA, Alexandre Alves. **O Património Entre a Aposta Arriscada e a Confluência Nascida da Intimidade**. In Jornal dos Arquitetos, nº213, setembro 2003, pp. 7-13. Lisboa: Ordem dos Arquitetos.

CUNHA, João Alves da. **A Multidisciplinaridade da Arquitetura Cisterciense: Pistas para o Estudo e Salvaguarda da sua Autenticidade**. In Revista Lusitana Sacra. Lisboa. ISSN 0076-1508. 2ª S. 17 (2005). [Consultado em 05 de Abril de 2014] Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.14/4516>.

FIGUEIREDO, António Jorge. **A Propósito de Cós - Contributos de um Acompanhamento Arqueológico**. Espaços ADEPA. Alcobça: ADEPA. 2006, nº2, ISBN 995224-96

FIGUEIREDO, António Jorge. **Cós: resgatar ao limbo um mosteiro e uma comunidade. Primeiros apontamentos**. Cadernos Leirienses. Leiria: Textiverso. 2014, nº2.

FIGUEIRA, Jorge. **Do Românico ao Minimalismo: os Caminhos da Intervenção Patrimonial em Portugal**. In Revista Património. Lisboa: DGPC, Novembro 2012, nº1. ISSN: 2182-9330.

GOMES, Saul António. **Acerca da Origem Social das Monjas Cistercienses de Santa Maria de Cós (Alcobaça) em Tempos Medievos**. In Revista Portuguesa de História t.XXXVI (2002-2003). vol. I. [Consultado em 09 de Fevereiro de 2014] Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12731/1/Saul%20Gomes%2036%20vol%201.PDF>.

GOMES, Saul António. **A Congregação Cisterciense de Santa Maria de Alcobaça nos Séculos XVI e XVII: Elementos para o seu Conhecimento**. In Revista Lusitana Sacra. Lisboa. ISSN 0076-1508. 2ª S. 18 (2006). [Consultado em 09 de Fevereiro de 2014] Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.14/4559>.

Carta de Atenas, 1931. [Consultado em 02 de Maio de 2014] Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>

Carta de Veneza, 1964. [Consultado em 02 de Maio de 2014] Disponível em: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

Carta de Cracóvia, 2000. [Consultado em 02 de Maio de 2014] Disponível em : <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

Claustro do Silêncio no Mosteiro de Lorvão. [Consultado em 07 de Abril de 2014] Disponível em http://www.domalomenos.com/filter/architectural_photography/Joao-Mendes-Ribeiro-Silence-Cloister-of-the-Lorvao-Monastery-in

Convento de Santa Maria do Bouro/Pousada de Santa Maria do Bouro. [Consultado em 26 de Maio de 2014] Disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1123.

Cós, entre o passado e Futuro. Boletim Informativo da Câmara Municipal de Alcobaça. Alcobaça: DL Publicidade. 2013, nº 4. ISBN 181196-02.

Exposição de Arte Sacra do Renascimento ao Barroco - Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Alcobaça. [Consultado em 06 de Fevereiro de 2014] Disponível em <http://falcaodecampos.pt/index.php?projetos-concluidos/exposicao-de-arte-sacra-do-barroco-ao-renascimento/>

Recuperação e Valorização do Espaço Monástico de Cós - Área de Propriedade Municipal, Alcobaça, Município de Alcobaça, 2012 (documento técnico policopiado).

Mosteiro de Alcobaça/Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça. [Consultado em 06 de Fevereiro de 2014] Disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4719.

[Trabalhos Académicos]

VAZ, Raquel Maria Filipe Álvares Guedes - **Património: Intervir ou Intereferir? Sta Marinha da Costa ou Sta Maria do Bouro**. Coimbra: [sn], 2009. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, apresentada ao Departamento de Arquitetura da F. C. T. da Univ. de Coimbra.

GIL, Guilherme - **Intervenção em Património: Dois Casos de Estudo e Duas Contribuições Teóricas**. Coimbra: [sn], 2011. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, apresentada ao Departamento de Arquitetura da F. C. T. da Univ. de Coimbra.

CUNHA, João Alves da Cunha - **Metodologias de Intervenção no Património Cisterciense**. Lisboa: [sn], 2003. Dissertação de Mestrado de Reabilitação da Arquitetura e Núcleos Urbanos, apresentada à Faculdade de Arquitetura da Univ. Técnica de Lisboa.

ANTUNES, Tânia Sofia Lopes. **Lorvão um Mosteiro e um Lugar: análise e Reconstituição**. Coimbra: [sn], 2013. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, apresentada ao Departamento de Arquitetura da F. C. T. da Univ. de Coimbra.

[Fonte de Imagens]

1. SIPA.FOTO 00523594, autor desconhecido; [Consultado em 19 de Março de 2014] Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1;nipa=IPA.00003313
2. Fotografia do autor
3. [Consultado em 02 de Setembro de 2014] Disponível em: http://2.bp.blogspot.com/-2gQ3C3CFnNw/TruKO1J5IQI/AAAAAAAAAB6U/tMPOiW7Pbrk/s1600/geo_26b.jpg
4. [Consultado em 07 de Março de 2014] Disponível em: http://2.bp.blogspot.com/_SDlrA4jxm58/S_WW8JVNgI/AAAAAAAAABZ8/bZt0RSjyP4Q/s1600/limite-dos-coutos.jpg
5. Fotografia do autor
6. SIPA.FOTO 00523568, autor Luís Manuel Carneiro Amoroso Lopes. [Consultado em 19 de Março de 2014] Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1;nipa=IPA.00003313
7. [Consultado em 30 de Novembro de 2014] Disponível em: http://cisterportugal.blogspot.pt/2010_01_01_archive.html

8. [Consultado em 30 de Novembro de 2014] Disponível em: <https://blogvisao.wordpress.com/2007/08/20/837-so-bernardo-de-claraval-glria-da-igreja-e-da-cristandade-e-mentor-dos-cavaleiros-templrios/>
9. [Consultado em 30 de Novembro de 2014] Disponível em: http://images-00.delcampe-static.net/img_large/auction/000/272/651/402_001.jpg
10. [Consultado em 30 de Novembro de 2014] Disponível em: <https://www.bensculturais.com/app365/imagem.php?i=17-06-2013.jpg>
11. [Consultado em 30 de Novembro de 2014] Disponível em: <https://www.bensculturais.com/app365/imagem.php?i=17-06-2013.jpg>
11. Fotografia do autor
12. [Consultado em 30 de Novembro de 2014] Disponível em: http://www.gardenvisit.com/uploads/image/image/165/16511/st_gall-sankt_gallen_1817_jpg_original.jpg
13. Fotografia do autor
14. [Consultado em 30 de Novembro de 2014] Disponível em: http://blog.marcantonioarchitects.com/wp-content/uploads/2011/01/apocalypse_ms_heavenly_jerusal.jpg
15. [Consultado em 30 de Novembro de 2014] Disponível em: http://data.greatbuildings.com/gbc/drawings/Fontenay_Abbey_Plan.jpg
16. LEROUX-DHUYS, Jean François. **Las abadias Cistercienses - História y Arquitectura**. Potsdam: h.f.ullmann, 2006. ISBN 978-3-8331-3470-8. pp.52
17. Fotografia do autor
18. Fotografia do autor
19. SIPA.FOTO 00523526, autor desconhecido; [Consultado em 19 de Março de 2014] Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1;nipa=IPA.00003313
20. Fotografia do autor

21. SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António - **Intimidade e Encanto - O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós**. Leiria: Edições Magno, 1998. ISBN 972-8345-09-7. pp 143
22. Fotografia do autor
23. [Consultado em 30 de Novembro de 2014] Disponível em: http://www.ateneodemadrid.com/var/ezwebin_site/storage/images/biblioteca/coleccion-digital/placas-de-cristal/187/37777-1-esl-ES/187_fullLightbox.jpg
24. MARTINS, Ana Maria Tavares. **Arquiteturas de Cister em Portugal: Uma Investigação Patrimonial e Arquitetónica**. In *Mosteiros Cistercienses - História, Arte, Espiritualidade e Património - Tomo I*. Alcobaça: Jorlis - Edições e Publicações, Lda, 2013. ISBN: 978-989-98209-2-0. pp. 198-199
25. SIPA.FOTO 00523522, autor desconhecido [Consultado em 19 de Março de 2014] Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1;nipa=IPA.00003313
26. Fotografia do autor
27. SIPA.FOTO 00523576, autor desconhecido; [Consultado em 19 de Março de 2014] Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1;nipa=IPA.00003313
28. SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António - **Intimidade e Encanto - O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós**. Leiria: Edições Magno, 1998. ISBN 972-8345-09-7. pp 146, 140
29. SOUSA, Cristina Maria André de Pina e ; GOMES, Saul António - **Intimidade e Encanto - O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós**. Leiria: Edições Magno, 1998. ISBN 972-8345-09-7. pp 141
30. SOUSA, Cristina Maria André de Pina e ; GOMES, Saul António - **Intimidade e Encanto - O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Cós**. Leiria: Edições Magno, 1998. ISBN 972-8345-09-7. pp 140
31. SIPA.FOTO 00523573, autor Luis Manuel Carneiro Amoroso Lopes; [Consultado em 19 de Março de 2014] Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1;nipa=IPA.00003313

32. [Consultado em 30 de Novembro de 2014] Disponível em: http://2.bp.blogspot.com/-EfYuSWDg7E/TXKwl_q6U7I/AAAAAAAAA5w/OXtb2zXa6XE/s1600/Parthenon%2BXIX.jpg
33. [Consultado em 30 de Novembro de 2014] Disponível em: <http://www.geographicus.com/mm5/graphics/00000001/L/ParthenonTempleTheseus-bocage-1791.jpg>
34. [Consultado em 30 de Novembro de 2014] Disponível em: <http://lcweb2.loc.gov/service/pnp/pga/00000/00051v.jpg>
35. [Consultado em 30 de Novembro de 2014] Disponível em: http://www.mosteirojeronimos.pt/thumb.php?file=../data/fotos/jf26ag_pt.jpg
36. SIPA.FOTO 00523549, autor desconhecido; [Consultado em 19 de Março de 2014] Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1;nipa=IPA.00003313
37. [Consultado em 30 de Novembro de 2014] Disponível em: <http://www.art.com/products/p14881956757-sa-i6817711/eugene-viollet-le-duc-paris-notre-dame-1848.htm>
38. [Consultado em 30 de Novembro de 2014] Disponível em: <http://ruskin.ashmolean.org/collection/8990/9122/9158>
39. [Consultado em 30 de Novembro de 2014] Disponível em: <http://www.exponsor.it/wp-content/uploads/2014/03/Porta-Ticinese.jpg>
40. [Consultado em 30 de Novembro de 2014] Disponível em: <http://cotjournal.com/gustavo-giovanoni/>
41. BRANDI, Cesare. **Teoria do Restauro**. Alfragide: Edições Orion, 2006, 1ª edição. ISBN: 972-8620-08-X. pp.20
42. SIPA.FOTO 00500290 e SIPA.FOTO 00500231, autor desconhecido; [Consultado em 4 de Agosto de 2014] Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1;nipa=IPA.00004719
43. **Recuperação e Valorização do Espaço Monástico de Cós - Área de Propriedade Municipal, Alcobça, Município de Alcobça, 2012 (documento técnico policopiado)**. pp 36
44. [Consultado em 30 de Novembro de 2014] Disponível em: http://fims.up.pt/imagens/galeria//jedPousada_sitevbi.jpg

45. MOURA, Eduardo Souto de. **Santa Maria do Bouro: construir uma Pousada com as pedras de um Mosteiro**. 1ª ed. Lisboa: White ; Blue, Lda., 2001. 79 p. ISBN 97286500195. pp 33
46. MOURA, Eduardo Souto de. **Santa Maria do Bouro: construir uma Pousada com as pedras de um Mosteiro**. 1ª ed. Lisboa: White ; Blue, Lda., 2001. 79 p. ISBN 97286500195. pp 41 e 36
47. José Manuel Rodrigues©; [Consultado em 30 de Novembro de 2014] Disponível em: http://www.byrnearqu.com/?lop=projetos;list_mode=1;id=c4ca4238a0b923820dcc509a6f75849b;print=1
48. José Manuel Rodrigues©; [Consultado em 30 de Novembro de 2014] Disponível em: http://www.byrnearqu.com/?lop=projetos;list_mode=1;id=c4ca4238a0b923820dcc509a6f75849b;print=1
49. Do Mal o Menos©; [Consultado em 30 de Novembro de 2014] Disponível em: <http://www.domalomenos.com/Joao-Mendes-Ribeiro-Silence-Cloister-of-the-Lorvao-Monastery-in>
50. Planta e Corte Museu Claustro do Silêncio, 2013, Arq. João Mendes Ribeiro; [Consultado em 07 de Abril de 2014] Disponível em: <http://www.archdaily.mx/mx/02-335101/claustro-del-silencio-en-el-monasterio-lorvao-joao-mendes-ribeiro>
51. Fotografia do autor.
52. SEBASTIAN, Luís. **Mosteiro de S. João de Tarouca: da investigação à musealização**. In SEBASTIAN, Luís; BRAGA, Alexandra [coord.]. Atas das 1as Conferências do Museu de Lamego/CITCEM. História e Património do/do Douro: Investigação e Desenvolvimento. Lamego: Museu de Lamego, DRCN, 2013. ISBN: 978-989-98657-3-0. pp 31

ANEXOS

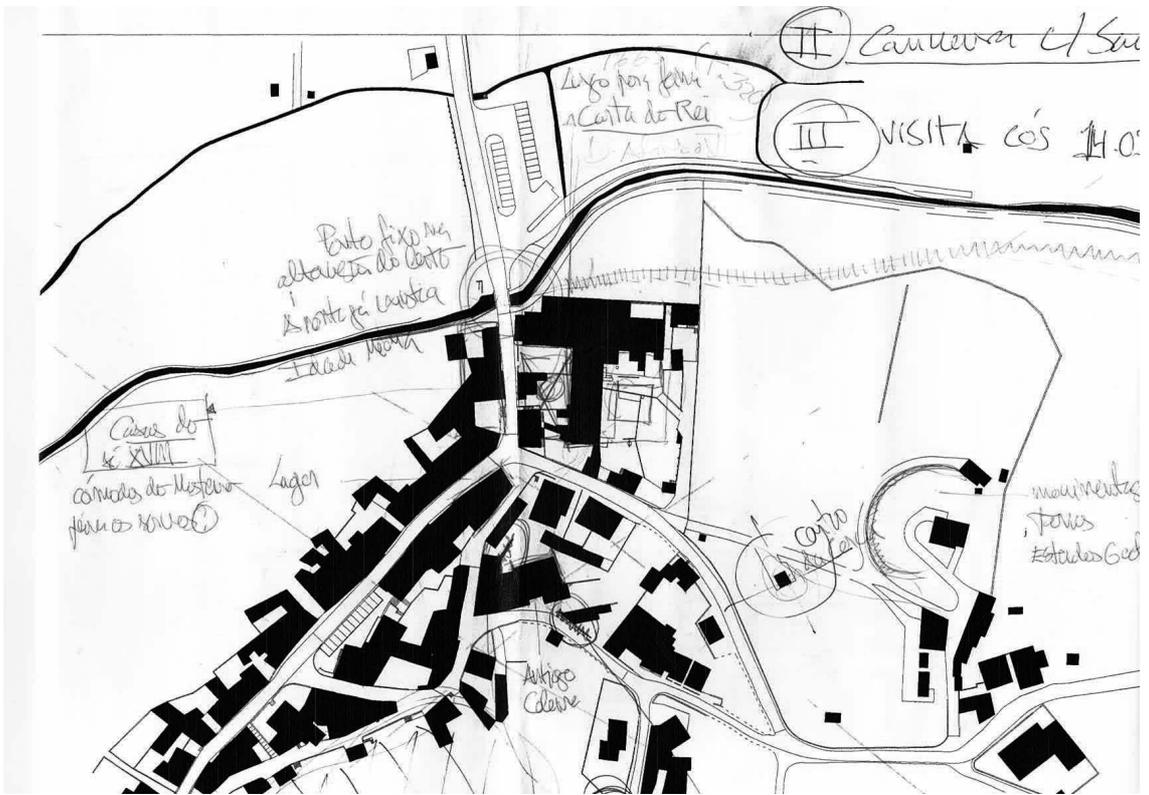
Anexos

As páginas seguintes procuram reunir, sob a forma de um relatório, o conteúdo principal das ideias debatidas nos diferentes encontros decorridos durante a elaboração deste trabalho com dois intervenientes-chave dentro da esfera do Convento de Santa Maria de Cós, o Prof. Dr. Saúl António Gomes e o Arqueólogo Jorge Figueiredo, que se demonstraram, desde o início, prestáveis à partilha do seu conhecimento.

O primeiro autor, o Prof. Dr. Saúl António Gomes, é o co-autor de *Intimidade e Encanto, o Mosteiro Cisterciense e Santa Maria de Cós*, e autor de diversas publicações respeitantes ao estudo de Cister, em geral, e do Convento de Cós, em concreto, como por exemplo, *Acerca da origem social das monjas cistercienses de Santa Maria de Cós (Alcobaça) em tempos medievos*. O segundo, o Arqueólogo Jorge Figueiredo, membro da Câmara Municipal de Alcobaça, é responsável pelas sondagens elaboradas na envolvente do Convento de Cós, e respetiva Vila, autor de artigos diversos, e que mais recentemente, tem vindo a acompanhar as obras de demolição dos elementos dissonantes dentro da área respetiva do Convento de Santa Maria de Cós.

Ao conversar com ambos os autores, procurou-se dar resposta a algumas questões mais pertinentes e esclarecer a real complexidade que envolve o antigo espaço deste complexo monástico. Os encontros com os diferentes intervenientes tiveram lugar ao longo do período da elaboração deste trabalho. No decorrer dos mesmo não se efetuou o registo audio das conversas, por consentimento das partes, mas antes, optou-se por um registo gráfico, em plantas e esquemas, que se fizeram acompanhar em cada reunião.

Como consequência do carácter informal das reuniões ocorridas, não se intenta uma transcrição literal dos conteúdos abordados. Por outro lado, a sensibilidade dos temas abordados, e a sempre presente margem de erro nas hipóteses discutidas no âmbito destes encontros, levou a que estes registos surjam sob a forma de tópicos, sublinhando algumas passagens, imprescindíveis ao estudo em causa.



12 de Março de 2014

À Conversa com Prof. Dr. Saúl António Gomes

Cafetaria da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra

Resumo:

- O Ponto alto da Vila de Cós, junto ao cemitério, aponta-se como a área original de implantação desta vila. Neste sentido, a matriz de Santa Eufémia, localizar-se-ia nesta área, sendo possivelmente, o elemento que hoje se encontra no ponto mais alto, integrado no espaço do cemitério, no entanto, sem provas em concreto que confirmem tal suposição;
- A ponte junto ao convento consiste numa estrutura que já existia antes da última campanha de ampliação do convento, funcionando como um elemento-chave na distribuição urbana das vias adjacentes, sendo este o único elemento de travessia do rio Cós;
- Ao analisar o percurso da linha de água do rio é perceptível uma forma atípica do seu percurso, formando uma espécie de balão junto à ponte e à cabeceira da igreja. O anterior percurso descreveria, certamente, uma linha mais directa em direção à ponte. O seu desvio poderá ter sido causado pela ampliação do mosteiro, mais concretamente, pela construção da nova igreja. Este raciocínio, leva-nos a crer que a anterior igreja seria um elemento construído a sul da existente, permitindo uma circulação, sem alterações, desta linha de água.
- Os elementos resistentes das fachadas das habitações a oeste do Convento indicam uma construção do séc. XVIII, que pela sua proximidade à cerca do Convento, podem ser tidos como espaços pertencentes aos servos do dito Mosteiro;
- À casa que se encontra na bifurcação da rua Prof. José dos Santos Teodoro e a Rua do Celeiro é atribuída a função de antigo lagar do Mosteiro;

- Uma construção localizada no alto da Rua do Celeiro, hoje habitação privada, terá sido em tempos o antigo celeiro do Convento. Estes elementos estariam posicionados no limite da cerca, permitindo a comunicação entre o interior do espaço religioso com o exterior;
- A este do Convento, numa extensa área, que hoje constituem terrenos privados, encontra-se a antiga fonte do convento. Este elemento, dentro da lógica de organização do espaço da cerca, representava um papel central do ponto de vista geométrico;
- Nesta mesma área restrita a este, localiza-se atualmente no ponto mais alto, uma habitação privada, cujos grandes muros de suporte devem coincidir com o redesenho de uma estrutura outrora ali existente, possivelmente dentro da mesma linguagem, que coincide com a descrição das capelas de Montserrat.

18 de Março de 2014

Visita ao local com Arqueólogo António Figueiredo

Convento de Santa Maria de Cós, Cós, Alcobaça

Resumo:

- Explicação dos trabalhos elaborados pelas entidades públicas, num passado recente, junto do Convento de Santa Maria de Cós;
- Apresentação das sondagens elaboradas no âmbito das campanhas de demolições de elementos sem valor patrimonial;
- Chamada de atenção à parede que se encontra na continuação do alinhamento da ala em ruínas, a sul, como um elemento que muito possivelmente pertencerá a uma campanha posterior, justificando-o através da análise da sua estrutura;
- Destaque para o material, potencialmente relevante, encontrado de baixo da Rua Afonso Barbosa. Estrutura de pedra com argamassas, onde era visível restos de azulejaria. Estes elementos encontram-se a um nível inferior em cerca de 1m da cota atual da rua;
- Existência de elementos atribuídos a antigos muros, a um nível de cota inferior, no ponto de encontro da rua Afonso Barbosa e Rua do Celeiro.
- Estrutura muralhada na Rua da Escola, localizada junto ao antigo Celeiro, que possivelmente pertencerá à cerca, tendo sido reaproveitada sob a forma de muro de suporte;
- Elementos encontrados no terreno a este do antigo Convento, cujo local é atribuído pelos Professores C. Sousa e S. Gomes como o do segundo Claustro. Nenhuma sondagem foi elaborada até ao momento, sendo que os dados conhecidos são os atualmente visíveis.

21 de Março de 2014

À Conversa com Prof. Dr. Saúl António Gomes

Igreja São Paulo de Frades - Mosteiro de Lorvão - Coimbra

Resumo:

- A igreja de São Paulo de Frades poderá ser, na sua estrutura e forma, um elemento que se aproxima à escala da igreja do Convento de Cós do séc. XVI ou possivelmente ainda anterior. O seu corpo não se apresenta como fruto de uma única campanha, mas como resultado de diversas alterações, nomeadamente no altar, torre e coro alto. Perceção da reintegração destes elementos na estrutura urbana da vila. Anexo à igreja, a sul, encontrar-se-ia o Claustro, agora reaproveitado sob a forma de moradias privadas. A norte, possivelmente parte do antigo cemitério do convento foi sendo expandido tornando-se parte do cemitério da vila;
- A escala dos conventos não apresenta, necessariamente, uma relação proporcional ao número de professoras, mas antes uma relação direta com a classe das suas monjas, correspondendo os conventos maiores aos mais ricos, ou seja, aqueles onde existia um ou mais membros do Reino;
- O mosteiro de Lorvão é exemplo de um convento com um outro estatuto em comparação ao convento de Santa Maria de Cós, já que na origem deste convento encontrar-se-ia um membro do reino, a infanta D. Teresa;
- O Claustro do Silêncio, no mosteiro de Lorvão, poderá ser uma referência, na sua fisionomia, ao Claustro de Cós; Tanto em Lorvão como em Cós, e segundo os registos que referem um *Claustro Velho*, o elemento do claustro consiste numa construção antiga, que remonta aos primórdios do complexo religioso e foi sendo reaproveitado nas sucessivas campanhas.

25 de Março de 2014

Visita ao local com Prof. Dr. Saúl António Gomes

Convento de Santa Maria de Cós, Cós, Alcobaça

Resumo:

- Na fachada oeste da antiga ala dos dormitórios, junto à porta da torre, encontra-se um conjunto de três aberturas que comprova a reutilização de elementos de uma campanha anterior, nas novas campanhas de ampliação do convento;
- No limite sul deste corpo, com a desobstrução de parte desta fachada, deixou agora a descoberto um vão que tem uma forma típica da época de quinhentos;
- No interior do antigo dormitório, ao nível do piso 0, os elementos de pedra pertencentes à casa da Roda poderão ter sido mantidos *in situ*;
- No interior do antigo dormitório, ao nível do piso 0, a sala localizada mais a sul é pautada pela existência de um elemento que se assemelha a um banco. Seria este espaço um local de reunião das religiosas? Para poder ser a sala do Capítulo, seria, necessário, certamente, mais área. Seria um espaço de descanso?
- Na fachada este da antiga ala dos dormitórios, ao nível do piso 0, a estrutura existente assinala uma diferença de materiais entre os diferentes pisos deste corpo, o que poderá indiciar uma construção anterior ao nível do piso inferior;
- O poço localizado a sul, no suposto espaço do antigo claustro levanta algumas questões: será que este elemento se encontraria no centro do claustro, ou na zona da cozinha, ou na zona do lava-mãos? Ou será, simplesmente, um elemento posterior?
- Num corpo anexo ao coro das religiosas, a sudeste, numa das faces saliente deste elemento, encontram-se marcas de vão de traçado quinhentista, podendo este elemento ter sido reaproveitado ou movido para aquele local.

6 de Junho de 2014

À Conversa com Arqueólogo António Figueiredo após primeiras demolições

Gabinete da Câmara Municipal de Alcobaça, Alcobaça

Resumo:

- No espaço que se aponta como o antigo terreiro do Convento, realizaram-se sondagens preliminares no decorrer das demolições, não tendo sido detetados quaisquer elementos que indiquem a existência de vestígios históricos;
- Circunscritas ao espaço do suposto terreiro localizavam-se as paredes das casas, paralelas à rua, que pareciam indicar duas diferentes estruturas construtivas, uma das quais poderá corresponder à antiga cerca do convento, reaproveitada na construção destes elementos;
- Na área em frente à suposta frontaria do Convento, encontraram-se alguns elementos históricos. Apesar da escassez de tempo não ter permitido a averiguação da sua forma, conseguiu-se identificar uma zona de potencial valor arqueológico;
- Ainda não foram elaboradas sondagens no espaço apontado como respeitante ao antigo claustro. Porém, a população local afirma a existência de diversas camadas de pedra subterrada;
- As sondagens arqueológicas deste espaço requerem um grande investimento ao nível dos recursos humanos e, consequentemente, monetário, o que poderá indiciar um processo de trabalho de regime a longo prazo;
- O novo programa a introduzir em Cós, deverá respeitar o legado histórico existente, propondo uma ocupação provisória e pouco evasiva do ponto de vista estrutural. O envolvimento social tem uma importante relevância na requalificação do património, uma vez que a arquitetura não o consegue fazer sozinho.

Dissertação de Mestrado em Arquitetura
dezembro.2014 | FCTUC - D'ARQ | UNIVERSIDADE DE COIMBRA